



**FEDERAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE FUTEBOL**

## **RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR:**

# **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL**

Relatório de estágio apresentado à faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa como trabalho final do 2º ciclo conducente à obtenção do grau de **Mestre em Ciências Jurídicas - Empresariais**

- Elaborado por: Ana Margarida Quilhó Santos; nº003638
- Orientador da FDUNL: Professor Doutor José Manuel Meirim
- Orientador da FPF: Dr. João Leal (Diretor Jurídico)

**Fevereiro, 2015**

**Agradecimentos:**

Gostaria de deixar aqui algumas palavras, de reconhecimento e agradecimento, a todos os que contribuíram para a realização deste meu trabalho.

Começo desde já por agradecer à FDUNL pois, como instituição que prima pela inovação, oferece ao aluno alternativas para obter o grau de mestre em Direito.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Doutor José Manuel Meirim, por toda a disponibilidade, amizade, trabalho, dedicação e ajuda revelada ao longo destes meses de investigação e trabalho. Deixo aqui a minha sincera homenagem a um grande profissional. Graças aos conhecimentos adquiridos e transmitidos pelo Professor ao longo do Mestrado, senti a necessidade de querer ir ainda mais longe e poder desenvolver um projeto nesta área.

Gostaria de agradecer também ao Dr. João Leal, Diretor jurídico da Federação Portuguesa de Futebol, que desde o início se mostrou igualmente disponível, que me orientou dentro da Federação Portuguesa de Futebol e tudo fez para que me sentisse integrada e num bom ambiente de trabalho, bem como colaborasse em projetos de interesse na minha área de investigação, entre outros. Obrigada por todo o empenho, disponibilidade e apoio dado durante esta fase de estágio e pesquisa.

Agradeço à Federação Portuguesa de Futebol e também a todos os profissionais com o qual tive o prazer de trabalhar, especialmente aos elementos do departamento jurídico: Dr.<sup>a</sup> Catarina Cravo, Dr. Nuno Frias, Estrela Tomás, Rute Soeiro, Vítor Franco e Hermínio Luís, por toda a atenção que me dispensaram e que se traduziu numa preciosa ajuda.

Para finalizar gostaria de fazer um agradecimento especial, aos meus pais, Irmão João e ao Martim, bem como ao resto da minha família, por me acompanharem em mais uma fase da minha vida académica. Pessoas fantásticas, que todos os dias me apoiaram. Agora diretamente para o meu pai, obrigada por todos os conhecimentos transmitidos, outro profissional com o qual cresci e pelo qual tenho um imenso respeito e admiração, um verdadeiro professor.

A todos, os meus maiores e sinceros agradecimentos.

### **Declaração anti-plágio<sup>1</sup>**

Ao abrigo do art.º 20.º-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro que o texto exibido é da minha exclusiva autoria e que a utilização de contribuições ou textos alheios está convenientemente referenciada.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>Art. 20.º- A do Despacho n.º 6738/2010, de 7 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73, de 15 de abril de 2010, pp. 19536 – 19548, Regulamento do 2.º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> Este trabalho contém 176.363 carateres.

### **Sumário Analítico**

Este relatório tem como objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido ao longo do estágio curricular realizado no departamento jurídico da Federação Portuguesa de Futebol.

Primeiramente, e em termos gerais, irão ser abordados temas como a evolução do Futebol em Portugal, as Federações Desportivas, seguindo-se uma caracterização da entidade acolhedora, não só do ponto de vista da sua contextualização legal, mas também quanto à sua estrutura orgânica e dinâmica de funcionamento. Dar-se-á a conhecer o trabalho realizado durante o estágio nomeadamente as atividades desenvolvidas no âmbito deste.

Além das atividades supra referenciadas, foi realizado um estudo, que recai essencialmente sobre as associações regionais e distritais de futebol, mais concretamente sobre os estatutos das diversas associações, tendo como objetivo perceber se as diversas associações regionais e distritais de Futebol, na sua qualidade de sócias ordinárias da Federação Portuguesa de Futebol, e face à recente alteração do regime jurídico das federações desportivas, cumprem ou não, com o *DEVER DE ADAPTAÇÃO ESTATUTÁRIO*, imposto por esta.

## **Abstract**

The main purpose of this report is to inform about the work developed throughout the curricular training period, which took place in the Legal Department of The Portuguese Football Federation.

Firstly, and in general terms, issues such as the evolution of football in Portugal and Sports Federations will be dealt with in this study. In addition, a characterization of the welcoming entity will be done as well, focusing not only on its legal context, but also on its organic structure and operating dynamics. Also, the work developed during the training period will be made known, namely the activities undertaken as part of the project.

Besides all the above-mentioned, a study has been carried out essentially on the Regional District Football Associations, in what concerns the statutes of the various associations ( object of study ), including the statutes of FPF- since the main goal of this work is to understand whether the various District and Regional Football Associations, as regular partners of the Portuguese Football Federation, do or do not comply with the Duty of Statutory Adjustment imposed by it, regarding the amendment to the Sports Federation legal regime.

**Lista de abreviaturas utilizadas**

AG = Assembleia Geral.

AFAveiro = Associação de Futebol de Aveiro.

AFA = Associação de Futebol de Algarve.

AFAH = Associação de Futebol de Angra Heroísmo.

AFBeja = Associação de Futebol de Beja.

AFBraga = Associação de Futebol de Braga.

AFBragança = Associação de Futebol de Bragança.

AFCB = Associação de Futebol de Castelo Branco.

AFC = Associação de Futebol de Coimbra.

AFE = Associação de Futebol de Évora.

AFG = Associação de Futebol da Guarda.

AFH = Associação de Futebol da Horta.

AFLeiria = Associação de Futebol de Leiria.

AFLisboa = Associação de Futebol de Lisboa.

AFM = Associação de Futebol da Madeira.

AFPD = Associação de Futebol de Ponta Delgada.

AFPortalegre = Associação de Futebol de Portalegre.

AFPorto = Associação de Futebol do Porto.

AFSantarém = Associação de Futebol de Santarém.

AFSetúbal = Associação de Futebol de Setúbal.

AFVC = Associação de Futebol de Viana do Castelo.

AFVR = Associação de Futebol de Vila Real.

AFV = Associação de Futebol de Viseu.

Antigo RD da FPF = Regulamento Disciplinar da FPF de 2006 com a última alteração de 13 de maio de 2006.

ARD's = Associações Regionais e Distritais

Art. = Artigo.

Art.s = Artigos.

Actual RD da FPF = Regulamento Disciplinar da FPF, aprovado a 30 de Abril de 2013.

CA = Conselho de Arbitragem.

CC = Código Civil.

CD = Conselho de Disciplina.

CF = Conselho Fiscal.

CJ = Conselho de Justiça.

CND = Conselho Nacional do Desporto.

CRP = Constituição da República Portuguesa.

DL = Decreto de Lei.

Estatutos = Estatutos da FPF.

FDUNL = Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

FIFA = Fédération Internationale de Football Association.

fl. = folha.



fls. = folhas.

FPF = Federação Portuguesa de Futebol.

LBAFD = Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

LPFP = Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Ob. cit. = Obra citada.

P. = Página.

PP. = Páginas.

RD = Regulamento Disciplinar.

RJFD = Regime Jurídico das Federações Desportivas.

ROP = Regulamento Oficial de Provas.

TAD = Tribunal Arbitral do Desporto.

TAS = Tribunal Arbitral du Sport (CAS/TAS).

UEFA = Union des Associations Européennes de Football.

UP = Estatuto de mera utilidade pública.

UPD = Estatuto de Utilidade Pública Desportiva.

V. = Ver.

### **Designações e Definições<sup>3</sup>**

**Associação Regional ou Distrital:** Associação de clubes localizada e organizada numa determinada área geográfica que superintende o fomento e a prática do futebol no âmbito das respetivas competições, reconhecida pela Federação Portuguesa de Futebol.

**Código de Ética** (Fédération Internationale de Football Association): código que considera o desporto como uma atividade sociocultural que enriquece a sociedade e a amizade entre as nações, contando que seja praticado lealmente, erradicando a batota, a arte de usar a astúcia dentro do respeito das regras, a dopagem, a violência, física ou verbal, a desigualdade de oportunidades, a comercialização excessiva e a corrupção.

**Competição de carácter profissional:** Competição reconhecida pelo membro do Governo responsável pela área do desporto, mediante pedido do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol.

**Competição de carácter não profissional:** Competição reconhecida pela FPF que não se encontre abrangida na definição de competição de carácter profissional.

**Confederação:** Grupo de Federações reconhecido pela Fédération Internationale de Football Association pertencente ao mesmo continente ou área geográfica similar.

**Federação:** Associação de futebol membro da Fédération Internationale de Football Association e da Union des Associations Européennes de Football.

---

<sup>3</sup> De acordo com os Estatutos da FPF.

**FIFA:** Fédération Internationale de Football Association.

**FPF:** Federação Portuguesa de Futebol.

**Futebol:** jogo controlado pela FIFA e organizado de acordo com as Leis do Jogo.

**LPFP:** Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

**Sócio Ordinário:** Pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos como tal admitida na FPF.

**Método de Hondt:** sistema de representação proporcional aplicável mediante a divisão sucessiva do número total de votos obtidos por cada candidatura pelos divisores: (1, 2, 3, 4, 5 etc.) e pela atribuição dos mandatos em disputa, por ordem decrescente, aos quocientes mais altos que resultarem das divisões operadas até que se esgotem todos os mandatos e possibilidades de aparecerem quocientes iguais aos quais ainda caiba um mandato.

**Tribunal Comum:** Órgão de soberania com competência para administrar a justiça em litígios que não estejam reservados à jurisdição desportiva.

**Tribunal Arbitral da FPF:** Tribunal composto por árbitros, que é constituído nos termos dos estatutos, para dirimir litígios que não caibam na competência dos restantes órgãos jurisdicionais, ou que não lhe estejam vedados por imperativo legal, e que julga as questões que lhe são submetidas.

**Tribunal Arbitral do Desporto:** Tribunal Arbitral du Sport (CAS/TAS), situado em Lausana.

**UEFA:** Union des Associations Européennes de Football.

## Índice

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>2</b>
<b>Declaração anti – plágio.....</b>	<b>4</b>
<b>Sumário Analítico.....</b>	<b>5</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>6</b>
<b>Abreviaturas.....</b>	<b>7</b>
<b>Designações e Definições.....</b>	<b>10</b>
<b>1- Introdução.....</b>	<b>15</b>
i) Relatório de estágio Vs. Dissertação – “a escolha”.....	15
ii) A candidatura a estágio.....	16
iii) Estrutura do relatório de estágio.....	17
<b>2- A Federação Portuguesa de Futebol.....</b>	<b>19</b>
2.1 Introdução.....	19
2.2 Organização e Estrutura.....	21
2.2.1 A Assembleia Geral.....	22
2.2.2 O Presidente.....	23
2.2.3 A Direção.....	23
2.2.4 O Conselho Fiscal.....	24
2.2.5 O Conselho de Disciplina.....	25
2.2.6 O Conselho de Justiça.....	26
2.2.7 O Conselho de Arbitragem.....	28

2.3 Deveres dos Titulares dos Órgãos Sociais.....	29	13
<b>3- Revisão de Assuntos.....</b>	<b>29</b>	
3.1 Futebol – Breve História.....	29	
3.2 Federações Desportivas.....	31	
3.3 Organização do Futebol.....	36	
3.3.1 Nível Internacional.....	36	
3.3.2 Nível Europeu.....	43	
3.3.3 Nível Nacional.....	47	
3.3.4 Nível Regional .....	48	
<b>4- O Estágio.....</b>	<b>51</b>	
<b>Parte I - O Faseamento do Estágio.....</b>	<b>52</b>	
4.1 Plano de Estágio.....	52	
4.2 Revisão de Assuntos.....	53	
4.2.1 Procedimento Disciplinar.....	53	
<b>Parte II - Atividades Desenvolvidas.....</b>	<b>58</b>	
4.3 <b>Pareceres.....</b>	<b>58</b>	
4.3.1 Caso da AFL.....	58	
4.3.2 Caso do Nacional.....	59	
4.4 <b>Processos de Disciplina.....</b>	<b>62</b>	
4.4.1 Processo Disciplinar: nº11 – 14/15.....	63	
4.4.2 Processo Disciplinar: nº2 – 13/14.....	64	
4.4.3 Processo Disciplinar: nº16 – 14/15.....	65	
4.4.4 Processo Disciplinar: nº17 – 14/15.....	66	
4.4.5 Processo Disciplinar: nº20 – 14/15.....	67	
4.4.6 Processo Disciplinar: nº56 – 13/14.....	68	
4.4.7 Processo Disciplinar: nº44 – 13/14.....	69	
4.4.8 Processo Disciplinar: nº19 – 14/15.....	70	
4.4.9 Processo Disciplinar: nº25 – 14/15.....	76	
4.5 <b>O Dever de Adaptação Estatutário.....</b>	<b>77</b>	

4.5.1 que é um Dever?.....	77	14
4.5.1.1 O que é Adaptar?.....	77	
4.5.2 O Dever de Adaptação.....	78	
4.5.2.1 Quem Vincula?.....	80	
4.5.2.2 Harmonizar?.....	81	
4.5.3 Sanções face ao incumprimento do dever de adaptação....	83	
4.5.4 Qual a postura da FPF e dos seus associados face ao incumprimento de deveres estatutários?.....	85	
4.5.5 Elaboração de um questionário direccionado às diversas Associações Regionais e Distritais de Futebol.....	86	
4.5.6 Confronto Estatutário: Estatutos da FPF Vs Estatutos da ARD's – estão harmonizados?.....	89	
4.5.7 Considerações .....	95	
4.5.7.1 “Novo ano, Vida nova” – TAD .....	97	
<b>5- Síntese Conclusiva.....</b>	<b>101</b>	
<b>6- Conclusão - Avaliação Pessoal do estágio.....</b>	<b>102</b>	
6.1 Relevância atribuída ao estágio .....	102	
6.2 Relação com os orientadores.....	102	
6.3 Expectativas / Correspondência com a realidade .....	103	
<b>7- Bibliografia.....</b>	<b>105</b>	
<b>8- Anexos.....</b>	<b>108</b>	
8.1 Resultados obtidos nos questionários enviados às diversas ARD's .....	108	
8.2 Dúvidas das ARD's.....	112	
8.3 Páginas online – ARD's (Estatutos) .....	114	
8.4 Informação disponível nas páginas online das ARD's.....	116	

## Introdução

### i) Relatório de estágio Vs. Dissertação – “escolha”

Chegados a esta fase, “Segundo Ciclo de Estudos”, a FDUNL permite ao aluno ter à sua disposição uma de três opções de “trabalho final” pela qual poderá optar.

De acordo com o regulamento do Segundo Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa<sup>4</sup>, artigo 30.º1, *“o estudante indicará: a) Se deseja elaborar uma dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio, especificando, consoante os casos, o tema da dissertação, a natureza e objetivos do projeto ou o tipo e local do estágio;”*.

A minha opção foi a elaboração de um relatório de estágio. Não tive grandes dificuldades, nem indecisões para optar por este. A meu ver, a elaboração de um relatório de estágio acaba por comportar uma vertente mais prática, o que entendo ser bastante interessante, uma vez que estamos prestes a entrar no mundo do trabalho.

Assim, a realização de um estágio profissional é propiciador de vantagens, que acabam por ser mais benéficas relativamente às outras formas de conclusão do 2.º Ciclo de Estudos (dissertação ou trabalho de projeto).

Desde logo, porque vai permitir um maior desenvolvimento da componente prática e promove a inserção do aluno em ambiente real de trabalho o que faz com que estejamos em constante contacto direto com profissionais e que se traduz numa experiência bastante gratificante e enriquecedora, não só pelos conhecimentos que vamos adquirindo mas, acima de tudo, pela

---

<sup>4</sup> Disponível em WWW: <URL: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/2775.pdf>>.

experiência de trabalho em equipa, o que se revela como uma experiência bastante enriquecedora.

16

Este “contacto com profissionais”, como tanto refiro, está ausente na via de elaboração de uma dissertação o que acaba por fazer da “dissertação” um trabalho individual e mais “fechado”. “Viver uma experiência no mundo do trabalho” foi sem dúvida, um dos principais fatores a ter em conta na minha escolha.

## **ii) A candidatura a estágio**

Após ter delineado qual o caminho a seguir, procurei saber quais seriam as opções de estágio, dentro das minhas motivações.

O Direito do Desporto, é uma das áreas do direito que tem vindo a crescer muito e pela qual tenho particular interesse.

O desporto surge como uma realidade que tem vindo a assumir uma importância, cada vez maior, na vida das sociedades, contribuindo para um grande desenvolvimento sócio-económico que, por sua vez, implica uma complexidade de relações a merecer a atenção e tutela do Direito.

Esta circunstância deve ser merecedora de reflexão, análise e capacidade de resposta às situações criadas, designadamente da comunidade jurídica que tem de ser capaz de encontrar soluções para elas, quer trazendo os ramos comuns do direito para o interior do desporto, quer criando novas soluções como sejam a produção de legislação especial que regule este nicho de relações tão particular e que se vem, paulatinamente, autonomizando.

Assim, o desporto, à imagem de qualquer outra atividade, atendendo à crescente importância prática e teórica, necessita de regras, leis e procedimentos que obrigam a um estudo mais focalizado da realidade



desportiva e que se traduz no desenvolvimento de conceitos e normas específicas que delimitam uma nova área de intervenção jurídica que, apesar da utilização dos princípios vertidos no direito civil, administrativo, penal ou do trabalho, pretende percorrer um caminho autónomo que se materializa com o aprofundar de conceitos, noções e teorias próprias.

Porquê a Federação Portuguesa de Futebol?

Desde logo, porque seria um privilégio estagiar numa instituição com o prestígio da FPF e na modalidade que tanto gosto.

E, uma vez que *“A FPF tem por principal objecto promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática do futebol, em todas as suas variantes e competições”*, entendi ser a melhor instituição para desenvolver o meu projeto final de obtenção do grau de mestre na área do Direito do Desporto.

Depois de ter frequentado as aulas do Prof. Doutor José Manuel Meirim, no momento de “escolha do orientador”, esta não podia ter sido mais fácil. Depois de algumas conversas com o professor, tratámos de formalizar esta minha nova etapa. A candidatura foi aceite por parte da Federação Portuguesa de Futebol e, no dia doze de Setembro de dois mil e catorze, dei início a esta nova etapa.

### **iii) Estrutura do relatório de estágio**

O presente relatório de estágio irá, de uma forma linear, relatar o contexto e o decurso do estágio profissional, no departamento jurídico da Federação Portuguesa de Futebol, terminando com as conclusões e análises críticas ao seu conteúdo e realização.

Com o objetivo de contextualizar o trabalho desenvolvido são apresentados, em primeiro lugar e de forma geral, alguns temas que se

enquadram nos capítulos de revisão de assuntos, sobre a história e evolução do futebol e federações desportivas, bem como da organização do futebol a nível internacional, europeu e nacional/regional.

18

Em seguida, é feita a caracterização da FPF, entidade acolhedora, com particular enfoque na sua estrutura e organização.

É apresentado um capítulo referente à parte prática do estágio, onde são enumeradas e descritas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio no departamento jurídico da Federação Portuguesa de Futebol.

Durante o estágio foi-me solicitado, como objeto de estudo, uma análise sobre o dever de adaptação estatutário por parte dos sócios ordinários da FPF.

Os últimos capítulos são referentes às conclusões e críticas finais, do relatório de estágio, abrangendo, dentre outras, as expetativas e relevância atribuída ao mesmo.

## 2 - A Federação Portuguesa de Futebol

19

### 2.1 – Introdução

A Federação Portuguesa de Futebol (doravante FPF), foi fundada no dia 31 de Março de 1914, sob a designação de União Portuguesa de Futebol, sendo criada pelas Associações de Futebol de Lisboa, Portalegre e Porto.

A sede da FPF é na Rua Alexandre Herculano, n.º 58, em Lisboa.

A FPF é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação de direito privado<sup>5</sup>, dotada de utilidade pública desportiva, que nos termos da lei exerce, por *delegação* do Estado, e sob sua fiscalização, poderes públicos de auto-regulação. Uma vez que tem poderes de auto-regulação, os seus regulamentos autónomos têm que respeitar a Constituição e a lei, não podendo incidir sobre matérias reservadas à competência legislativa da Assembleia da República ou à da lei em geral.

Relativamente à sua composição, compreende vinte e duas associações regionais ou distritais, uma liga (a liga portuguesa de futebol profissional), bem como as associações de classe, clubes ou sociedades desportivas, jogadores, treinadores e os árbitros, inscritos ou filiados nos termos dos estatutos e demais agentes desportivos neles compreendidos assim como consta do art.º 1.º dos Estatutos da FPF.

A FPF é membro da FIFA<sup>6</sup>, instituição que superintende o futebol a nível internacional, e da UEFA<sup>7</sup>, instituição que dirige o futebol a nível europeu.

---

<sup>5</sup> Sendo uma organização de direito privado é constituída ao abrigo da liberdade de associação prevista no art. 46.º da CRP, gozando de autonomia estatutária, de gestão e de organização.

<sup>6</sup> Fédération Internationale de Football Association.

<sup>7</sup> Union of European Football Associations.

Tem como principal objetivo<sup>8</sup> *“promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e prática do futebol, em todas as suas variantes e competições”*.

O art.10.º dos Estatutos elenca como sócios FPF: os sócios ordinários e os sócios por inscrição ou filiação da FPF<sup>9</sup>. Como sócios que são, têm direitos e estão sujeitos a deveres, os quais vêm previstos nos art.12.º e art.13.º dos Estatutos que, como iremos observar, irá constar o dever “de adaptação” estatutária e regulamentar, dever esse que é objeto de estudo neste relatório.

A FPF é detentora do estatuto de utilidade pública desportiva<sup>10</sup> (UPD). Este, *“confere a uma federação desportiva a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e poderes especialmente previstos na Lei”*- de acordo com o previsto no art.19.º da LBAFD e do art.10.º do RJFD,

Com a atribuição da UPD, o Estado “delega”, nas federações desportivas os poderes acima descritos, não se confundindo aquela com a figura da chamada “delegação de poderes”, prevista no art.35.º e seguintes do CPA<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> Conforme consta do número 1 do art.2.º dos Estatutos da FPF

<sup>9</sup> São considerados sócios ordinários as Associações de Futebol distritais ou regionais, a Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), a Associação Nacional de Treinadores de Futebol (ANTF), a Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol (APAF), o Sindicato de Jogadores de Futebol Profissional (SJFP), a Associação Nacional dos Dirigentes de Futebol (ANDIF), a Associação Nacional de Enfermeiros Desportivos e Massagistas de Futebol (ANEDAF) e a Associação Nacional dos Médicos de Futebol (AMEF). Por seu turno, os Clubes ou Sociedades Desportivas, os jogadores inscritos na FPF, na LPFP ou nas respetivas Associações distritais ou regionais e os árbitros que integram os quadros de árbitros da FPF e das respetivas Associações distritais ou regionais são sócios de inscrição ou de filiação.

<sup>10</sup> Conferido originariamente pelo Despacho n.º 46/93, de 29 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 288, de 11 de dezembro de 1993, cuja última renovação consta do Despacho n.º 5331/2013, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 78, de 22 de abril de 2013.

<sup>11</sup> Para Freitas do Amaral, a figura da delegação de poderes *“é o ato pelo qual um órgão da Administração, normalmente competente para decidir em determinada matéria, permite, de acordo com a Lei, que outro órgão ou agente pratiquem atos administrativos sobre a mesma matéria”*. Configurando essa figura como detentora de três requisitos: *“é necessário que a Lei preveja expressamente a faculdade de um órgão delegar poderes noutro (...), é necessária a*

O estatuto de utilidade pública desportiva<sup>12</sup> só poderá ser atribuído a pessoas coletivas que já são titulares do estatuto de mera utilidade pública [art.20.º da LBAFD e art.15.º, número 1 do RJFD]<sup>13</sup>. Miguel Nogueira de Brito menciona que faz sentido impor para a atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, a titularidade do estatuto de mera utilidade pública porque *“as duas figuras funcionam numa relação entre geral e especial e é certamente razoável e conveniente que se regule a figura especial e seus requisitos pressupondo o preenchimento dos pressupostos da figura geral e a satisfação dos requisitos a ela atinentes, aligeirando-se nessa medida os requisitos da utilidade pública desportiva”*.

## 2.2 - Organização e Estrutura

A estrutura orgânica vem prevista nos artigos 32.º e seguintes do RJFD e nos artigos 20.º e seguintes dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (de ora a diante apenas Estatutos FPF).

No caso concreto, a FPF possui sete órgãos sociais, a saber: Assembleia Geral, Direção, Presidente, Conselho de Arbitragem, Conselho Fiscal, Conselho de Disciplina, Conselho de Justiça, como consta no art.20º dos estatutos da FPF.

---

*existência de dois órgãos, ou de um órgão e um agente, da mesma pessoa coletiva pública, ou de dois órgãos de pessoas coletivas públicas distintas (...) e é necessária a prática do ato de delegação”, FREITAS DO AMARAL, Curso de Direito Administrativo, Vol. I, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, pp. 839-840. Desde logo, não se pode configurar como uma situação de delegação de poderes, pelo facto de a entidade delegada não ser uma pessoa coletiva pública.*

<sup>12</sup> O pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva é dirigido ao membro do Governo responsável pela área do desporto [art.16.º, número 1 do RJFD]. Este requerimento está sujeito à emissão de parecer por parte do Comité Olímpico de Portugal e da Confederação do Desporto de Portugal nos 30 dias subsequentes e, após a emissão destes pareceres, ou decorrido o prazo para a sua emissão, o processo é remetido ao CND para que emita o seu parecer.

<sup>13</sup> São tidas de utilidade pública as pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, cooperando com a Administração, em termos de merecerem o estatuto de utilidade pública concedido por esta, de acordo com o art.º 1º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, que aprova o Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto -Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 5-B/2008, de 11 de fevereiro. A atribuição de utilidade pública é da competência do Primeiro-Ministro, delegada no Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

### 2.2.1 - A Assembleia Geral

22

Apresenta atualmente como Presidente, o Dr. José Luís Arnaut. A AG, é o órgão supremo da FPF, sendo composta por 84 (oitenta e quatro) delegados, por inerência<sup>14</sup> e por eleição, em função do âmbito nacional, regional ou distrital e da natureza profissional ou não profissional, nos termos dos Estatutos da FPF e do Regulamento Eleitoral mesma.

A Assembleia Geral reúne ordinária e extraordinariamente<sup>15</sup>.

- Os titulares dos restantes órgãos sociais da FPF, que participem na Assembleia Geral, tomam parte nos debates sem direito de voto.
- Têm direito a assistir à Assembleia Geral os titulares dos Órgãos Sociais e observadores ou funcionários, a requerimento à Assembleia Geral ou à Direção.

Incumbe-lhe, dentre outras competências, admitir, suspender e expulsar os sócios ordinários; aprovar e alterar os Estatutos e o regulamento eleitoral; ratificar os regulamentos de disciplina e de arbitragem da LPFP; aprovar o relatório, o balanço, o orçamento e os documentos de prestação de contas; fixar as quotizações dos sócios ordinários; autorizar a FPF a demandar judicialmente os membros da Direção por factos praticados no exercício do seu cargo; aprovar e alterar os Estatutos e aprovar a proposta de extinção da federação. Tendo ainda, competência subsidiária, uma vez que lhe cabe “quaisquer outras (competências) que não caibam na competência específica dos demais órgãos federativos” [art.34.º, número 1, alínea g) do RJFD e art.39.º dos Estatutos].

---

<sup>14</sup> Art.37.º RJFD - Os estatutos ou regulamentos federativos podem conferir às associações territoriais de clubes ou às ligas profissionais o direito de designar um delegado, por cada entidade, para integrar, por inerência, a representação dos clubes das respetivas competições na assembleia geral.

<sup>15</sup> Art.43.º e 44.º dos Estatutos da FPF.

### **2.2.2 - O Presidente**

O actual Presidente é o Dr. Fernando Soares Gomes da Silva;

O presidente representa a FPF, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos.

O Presidente tem por funções a representação da federação junto da Administração Pública; representa a federação desportiva em juízo; estabelece relações entre os sócios da FPF, a FIFA, a UEFA, entidades públicas e outras organizações; convoca as reuniões da direcção e dirige os respectivos trabalhos, cabendo-lhe o voto de qualidade quando exista empate nas votações; solicita ao presidente de mesa de AG a convocação de reuniões extraordinárias deste órgão; é quem assegura a organização e o bom funcionamento dos serviços; assim como lhe cabe a função de contratação e gestão do pessoal ao serviço da federação;

### **2.2.3 - A Direcção**

É composta por 11 (onze) membros:

- O Presidente da FPF – Dr. Fernando Gomes
- O Presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, que é por inerência vice-presidente da FPF – Dr. Luís Duque
- Nove vogais.

No que diz respeito às competências e funcionamento, cumpre à Direcção, aprovar os regulamentos e regimentos internos de todos os órgãos da FPF; organizar as seleções nacionais; garantir a efetivação dos direitos e deveres dos associados; verificar a conformidade dos Estatutos dos Sócios Ordinários com os Estatutos da FPF, da FIFA e da UEFA; administrar os negócios da FPF; deliberar sobre a filiação da FPF em organismos nacionais ou internacionais; aprovar os termos do contrato a

celebrar com a LPFP; elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal, o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas, garantir a efetivação dos direitos e deveres dos sócios da FPF, entre outras previstas no art.49.º dos Estatutos e no número 2 do art.41.º do RJFD.

Compete ao Presidente da FPF, na primeira reunião de direção, nomear, de entre os vogais eleitos, os vice-presidentes e estabelecer a competência específica de cada uma das vice-presidências, bem como o vice-presidente substituto em caso da sua ausência ou impedimento;

A Direção pode constituir comissões não permanentes de apoio ao exercício das suas competências;

As comissões não permanentes funcionam na dependência da respetiva vice-presidência e têm por dever informar a Direção de todos os assuntos, aconselhando-a e assistindo-a no cumprimento dos seus deveres, conforme definido nos Estatutos ou em normas especiais estabelecidas pela Direção da FPF.

A Direção pode criar comissões não permanentes, a pedido dos órgãos jurisdicionais e do Diretor Técnico Nacional.

#### **2.2.4 - O Conselho Fiscal (CF)**

Presidente: Dr. Ernesto Ferreira da Silva

O CF é constituído por três membros: um Presidente, um Vice-Presidente e um vogal, devendo um dos titulares ser Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Relativamente às competências e funcionamento do CF, vem previstas nos artigos art.42.º do RJFD e dos artigos 54.º e 55.º dos Estatutos.



Compete ao conselho fiscal: sindicar os atos de administração financeira da FPF, bem como o cumprimento dos Estatutos e das disposições legais aplicáveis e, em especial, emitir parecer sobre o orçamento e verificar o respetivo cumprimento em relatório trimestral, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras; emitir, no prazo de quinze dias, parecer prévio sobre a aquisição, alienação e oneração de imóveis; verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; acompanhar o funcionamento da FPF, participando aos órgãos competentes as irregularidades de que tenha conhecimento; exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos e regulamentos, bem como fiscalizar os atos de administração financeira da federação desportiva.

#### **2.2.5 - O Conselho de Disciplina**

O conselho de disciplina – CD - é um órgão federativo Jurisdicional, constituído por 13 (treze) elementos, todos licenciados em direito, e está organizado em duas secções, sendo uma para a área profissional e outra para a área não profissional.

O Conselho de Disciplina é composto por um Presidente, dois Vice-Presidentes, um para cada secção, e dez vogais distribuídos de igual forma entre as duas secções, conforme consta do número 2 do art.57.º dos Estatutos.

De acordo com o nº3, *“Cada área tem um regulamento disciplinar próprio, devendo o da área profissional ser aprovado no seio da LPFP e ratificado pela Assembleia Geral e o da área não profissional ser aprovado pela direção da F.P.F.”*

As reuniões do Conselho de Disciplina têm lugar na sede da FPF, sem prejuízo das reuniões da secção para a área profissional se poderem realizar na sede da LPFP.

O Presidente do Conselho de Disciplina convoca e preside às reuniões de cada secção.

De acordo com o art.58.º dos Estatutos, ao CD cabe apreciar e decidir todas as infrações imputadas a pessoas sujeitas ao poder disciplinar da FPF e da LPFP.

### **2.2.6 - O Conselho de Justiça**

Presidente: Dr. Manuel dos Santos Serra

O CJ é um órgão Jurisdicional da FPF, é constituído por 7 (sete) membros (um Presidente, um Vice-Presidente e cinco vogais, todos licenciados em direito) que reúne sempre que para tal for convocado pelo seu Presidente.

De acordo com o art.44.º do RJFD e art.60.º dos Estatutos, dentre as competências expressas, cabe ao CJ: conhecer e julgar os recursos das decisões da LPFP e da Comissão Eleitoral da FPF; conhecer e julgar os recursos do Órgão de Primeira Instância; conhecer e julgar os recursos das decisões da Direção e do Presidente da FPF; conhecer e julgar os recursos das deliberações de qualquer uma das secções do Conselho de Disciplina relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva<sup>16</sup>; conhecer e julgar os recursos do Conselho de Arbitragem; exercer o poder disciplinar sobre os titulares dos órgãos sociais dos Sócios Ordinários e da FPF; conhecer e julgar os protestos de

---

<sup>16</sup> - O vertido neste artigo 44.º do RJFD, alterado pela Lei 93/2014, de 23 de Junho, conjugado com o n.º3 do artigo 4.º da Lei 74/2013, de 06 de Setembro, pode consubstanciar um esvaziamento de funções do CJ, como órgão de recurso das decisões disciplinares do CD, circunstância que não é o âmbito do presente relatório mas que, pela sua importância, aqui evidenciamos.

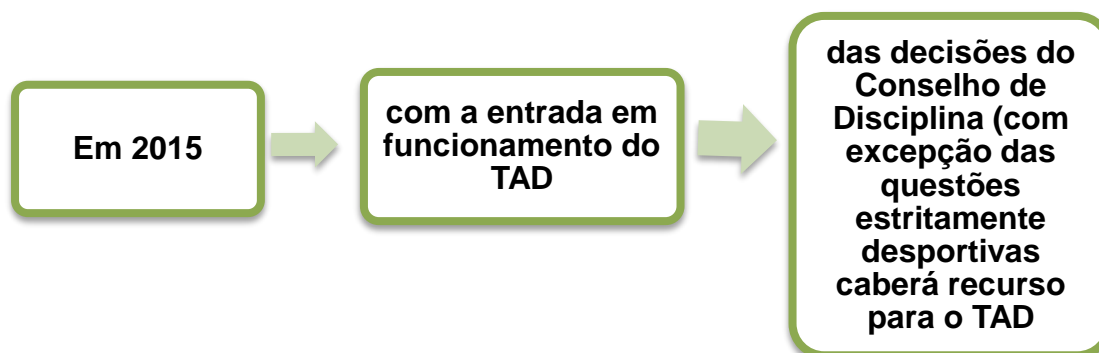
jogos; exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos da FPF e pelo Regulamento Disciplinar.

27

- “Questão” face a atualidade:



No entanto ....



Acontece que:

No dia 21 de Outubro de 2014

O conselho de justiça deixou de ser competente para conhecer recursos do conselho de disciplina em matéria disciplinar com exceção das questões estritamente desportivas.

E agora?

De 21 de Outubro até à entrada em funcionamento do TAD - para onde se recorre das decisões do Conselho de Disciplina de todas as Federações Desportivas?

Das decisões do Conselho de Disciplina caberá recurso para os tribunais administrativos

### 2.2.7 - O Conselho de Arbitragem

28

O CA é composto por treze membros: um Presidente (Vítor Pereira), três vice-presidentes e nove vogais com qualificações específicas do sector da arbitragem, preferencialmente árbitros licenciados.

De acordo com o número 5 do art.º 61.º do Estatutos, conforme exigência dos números 2 e 3 do art.45.º do RJFD, o Conselho de Arbitragem compreende três secções: profissional, não profissional e de classificações; que são compostas da seguinte forma:

- Secção da área profissional: presidente, um vice-presidente e três vogais;
- Secção da área não profissional: presidente, um vice-presidente e três vogais;
- Secção de classificações: presidente, um vice-presidente e três vogais.

Cada secção tem o seu regulamento próprio, devendo os da secção não profissional e de classificações ser aprovados pela Direção da FPF e o da secção profissional aprovado no seio da LPFP e ratificado pela Assembleia Geral da FPF.

O Presidente do Conselho de Arbitragem convoca e preside às reuniões de cada secção.

As reuniões do Conselho de Arbitragem têm lugar na sede da FPF, sem prejuízo das reuniões da secção profissional se poderem realizar na sede da LPFP.

Como consta do art. 62.º dos Estatutos e do art. 45.º do RJFD, entre outras, cabe ao CA coordenar e administrar a atividade da arbitragem; estabelecer os parâmetros de formação dos árbitros; proceder à classificação técnica destes; nomear os árbitros para os jogos das competições nacionais.

## 2.3 - Deveres dos Titulares dos Órgãos Sociais

29

Constituem deveres dos órgãos sociais, nomeadamente, cumprir os Estatutos, os regulamentos, as decisões e o Código de Ética da FIFA, da UEFA e da FPF; promover a ética desportiva, o respeito e o Fair Play no combate contra a violência, a dopagem e a corrupção associadas ao fenómeno desportivo; abster-se de usar para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso por motivo do exercício das suas funções; não praticar atos que ponham em causa o prestígio ou o bom nome da FPF; exercer o seu mandato de acordo com os interesses da FPF e dos seus Sócios; não aprovar medidas contrárias ao objeto social da FPF; prosseguir o objeto da FPF; não intervir, no exercício das suas funções ou por causa delas, direta ou indiretamente, em contratos com a FPF ou com algum dos seus órgãos, e nos quais tenha interesse por si, como gestor de negócios ou representante de outra pessoa e, bem assim, quando nele tenham interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim na linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral ou qualquer pessoa que com ele viva em economia comum; participar nas reuniões dos órgãos sociais para os quais tenham sido eleitos.

## 3 - Revisão de Assuntos

### 3.1 - Futebol – Breve História

É do conhecimento global que a modalidade com maior importância na nossa sociedade é o Futebol, traduzida não só pela popularidade do jogo, mas também pelo número elevado de espectadores que esta modalidade reúne.

Foi na primeira década do século XX, que se iniciaram os primeiros passos relativamente a esta modalidade em Portugal. Surgiram as primeiras organizações “*de enquadramento da actividade futebolística*” - os clubes,

que figuraram como associações privadas sem fins lucrativos, bem como se realizaram as primeiras competições. Este processo de institucionalização do futebol português veio a estender-se até a época da segunda guerra mundial, altura em que se pode considerar a prática da modalidade difundida e institucionalizada em Portugal.

Alguns clubes desportivos criaram equipas de futebol mesmo antes da inclusão da modalidade em Portugal é o caso do pioneiro - Real Ginásio Clube Português (1890). No entanto, parece ter sido o Futebol Clube do Porto, em 1893, o primeiro clube a constituir equipas somente para a prática do futebol, tendo só iniciado a sua atividade em 1906. Posteriormente, formaram-se, o Clube Internacional de Futebol (1902), o Boavista Futebol Clube no Porto (1903), o Sport Lisboa (1904) e o Benfica e o Sporting Clube de Portugal (1906).

A atividade dos clubes iniciou-se com a realização de jogos particulares entre si, mas estendeu-se depois aos campeonatos regionais, havendo necessidade de constituição de associações regionais de futebol.

Em 1910, houve a tentativa de criação da Liga Portuguesa de Futebol, que chegou mesmo a filiar-se na Federação Internacional de Futebol (FIFA). Contudo só em 1914, no dia 31 de Março, se veio a conceber uma federação nacional das associações regionais de futebol, denominada União Portuguesa de Futebol (também ela filiada igualmente na FIFA), que passou a ser designada de Federação Portuguesa de Futebol (FPF) em 1926. Com a constituição da UEFA (União Europeia de Futebol) em 1950, a FPF veio a tornar-se membro, agora da chamada comunidade europeia do futebol.

O período entre as duas guerras mundiais, foi o período que veio a consolidar o futebol em território nacional, bem como a tornar a modalidade no “desporto rei” que, aliás, ainda hoje mantém essa prerrogativa.

Só a partir da segunda guerra mundial, se pensou num processo de profissionalização do futebol de alta competição, sendo que essa consolidação só se veio a afirmar ao longo da década de 1950.

Pode afirmar-se que só a partir da década de 60, é que o futebol ficou plenamente profissionalizado em Portugal.

### 3.2 - Federações Desportivas<sup>17</sup>

No capítulo “*Federações Desportivas*”, importa ter em conta, o DL 93/2014, de 23 de Junho, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro, o qual estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

As federações desportivas são pessoas coletivas que se constituem sob a forma de associação sem fins lucrativos.

De acordo com a disposição legal prevista no artigo 2.º estas são vistas como:

*“Pessoas coletivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respectiva modalidade, preencham cumulativamente, os seguintes requisitos:*

*a) Se proponham, nos termos dos respectivos estatutos, prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos:*

---

<sup>17</sup> Os artigos reportados neste capítulo são referentes ao Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro com as alterações impostas pelo DL 93/2014 de 23 de Junho.

*i) promover, regulamentar e dirigir a nível nacional a prática de uma modalidade desportiva ou de um conjunto de modalidades afins ou associadas; ii) representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados; iii) representar a sua modalidade desportiva, ou conjunto de modalidades afins ou associadas, junto das organizações desportivas internacionais, bem como assegurar a participação competitiva das selecções nacionais;*

*b) Obtenham o estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública desportiva.”*

O estatuto de utilidade pública desportiva, à luz do mesmo diploma legal, nomeadamente art. 10.º, *“confere a uma federação desportiva a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e deveres especialmente previstos na lei”*.

A UPD, é atribuída, por um período de quatro anos – coincidente com o ciclo olímpico – a uma só pessoa coletiva (princípio da unicidade federativa), por modalidade desportiva ou conjunto de modalidades afins, que sendo titular do estatuto de simples utilidade pública, se proponha a prosseguir os objetivos elencados no art.2.º, já mencionado anteriormente, e demonstre que possui relevante interesse desportivo nacional<sup>18</sup> e preencha os requisitos previstos no art.15.º n.º1<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Uma atividade é considerada com relevante interesse nacional quando, de acordo com o art.19.º do RJFD, as organizações estejam enquadradas em federação internacional cuja modalidade integre o programa dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos e que preencham um dos seguintes requisitos: possuam um grau de suficiente implantação a nível nacional, demonstrando possuir um número de praticantes inscritos, a nível nacional, igual ou superior a 500; ou prossigam uma atividade desportiva que contribua para o desenvolvimento turístico do país ou de algumas das suas regiões, através da organização de provas ou eventos desportivos suscetíveis de atrair fluxos turísticos significativos ou que projetem internacionalmente a imagem de Portugal.

<sup>19</sup> Artigo 15.º Princípio da unicidade federativa “1 — O estatuto de utilidade pública desportiva é atribuído por um período de quatro anos, coincidente com o ciclo olímpico, a uma só pessoa colectiva, por modalidade desportiva ou conjunto de modalidades afins, que, sendo titular do estatuto de simples utilidade pública, se proponha prosseguir os objetivos previstos no artigo 2.º,



O pedido de atribuição da UPD, é destinado ao membro do Governo responsável pela área do desporto, sendo que este apresenta o prazo de quinze dias a contar da sua receção para divulgação do requerimento<sup>20</sup> da UPD, através de aviso a publicar em diário da república, da sua publicitação na página da Internet do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. – arts.15.º e 16.º.

No entanto o estatuto de utilidade pública desportiva não é atribuído *ad eternum*<sup>21</sup>.

As federações prosseguem e organizam as suas atividades de acordo com princípios de liberdade, democraticidade, representatividade e

---

demonstre que possui relevante interesse desportivo nacional e preencha os demais requisitos previstos no presente decreto -lei.”

<sup>20</sup> Relativamente á Suspensão, Cessação e Renovação – UPD – V. Arts. 21.º a 25.º DL 93\2014

<sup>21</sup> Podendo haver fundamento para a sua suspensão, cessação ou cancelamento.

Refere o número 1 do art.21.º do RJFD que, “O estatuto de utilidade pública desportiva pode ser suspenso por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área do desporto, nos seguintes casos: a) *Prática de ilegalidades ou irregularidades graves, por ação ou omissão, no exercício dos poderes públicos conferidos pelo estatuto de utilidade pública desportiva, violação reiterada das regras legais de publicitação da atividade ou violação das regras de organização e funcionamento internos das federações desportivas constantes do presente decreto -lei;* b) *Não cumprimento da legislação contra a dopagem no desporto, bem como da relativa ao combate à violência, à corrupção, ao racismo e à xenofobia;* c) *Não cumprimento de obrigações fiscais ou de prestações para com a segurança social;* d) *Violação das obrigações contratuais assumidas para com o Estado através de contratos - programa;* e) *Outros casos expressamente previstos na lei.*”. Da suspensão do estatuto de utilidade pública desportiva decorrem entre outros, efeitos como por exemplo, suspensão dos apoios decorrentes dos contratos-programa, dos apoios em meios técnicos, materiais ou humanos, de processos de atribuição de quaisquer benefícios fiscais, de toda ou parte da atividade desportiva da federação em causa, impossibilidade da federação desportiva outorgar novos contratos-programa com o Estado pelo prazo em que durar a suspensão e impedimento de beneficiar de declaração de utilidade pública de expropriação de bens, ou direitos a eles inerentes, de acordo com exposto no número 2 do art. 21.º do RJFD. O período da suspensão tem que constar do despacho que a determinar e tem o limite de um ano renovável por período idêntico, como vem previsto no n.º 4 do referido artigo.

Podendo ser cancelado quando: “a) *Quando deixem de subsistir os requisitos legais para a sua atribuição;* b) *Decorrido o período da suspensão do estatuto, referido no artigo 21.º, sem que a federação desportiva tenha eliminado os fundamentos que deram origem a tal suspensão*”, conforme nos refere o art. 23.º do RJFD. O cancelamento está sujeito a prévio parecer por parte do CND [art. 25.º do RJFD].

Existindo ainda os casos em que estatuto de utilidade pública desportiva cessa: “a) *Com a extinção da federação desportiva;* b) *Por cancelamento.* c) *Pelo decurso do prazo pelo qual foi concedido sem que tenha havido renovação.* 2 — *Caso 60 dias antes do decurso do prazo referido na alínea c) do número anterior a federação desportiva não tenha apresentado o pedido de renovação da concessão do estatuto da utilidade pública desportiva, o membro do Governo responsável pela área do desporto promove a sua notificação para tal efeito.*”

transparência, sendo que são independentes do Estado, dos partidos políticos e instituições religiosas (Art.5.º).

34

Relativamente ao regime da responsabilidade, temos de ter em conta um duplo regime: um para os atos públicos e outro para os atos privados<sup>22</sup>.

No que diz respeito aos poderes das federações desportivas, de acordo, com o art.11.º, estes são de natureza pública e são exercidos no âmbito na regulamentação e disciplina da respetiva modalidade que, para tanto, lhe sejam conferidos por lei.

Ou seja, as federações desportivas, apesar de terem a sua génese e natureza privada, exercem poderes públicos (plano regulamentar, disciplinar e na organização do desporto) através da concessão da UPD.

As federações desportivas estão sujeitas a fiscalização que respeita ao cumprimento da legalidade e no âmbito do exercício dos poderes públicos, sendo que de acordo com o artigo 14.º a fiscalização do exercício desses mesmos poderes e do cumprimento das regras legais de organização e funcionamento interno das federações é efetuado por parte de serviço ou organismo da administração pública com competências na área do desporto mediante inquéritos, inspeções, sindicância.

Os litígios emergentes dos atos e omissões dos órgãos das federações desportivas, no âmbito do exercício dos públicos que lhes estão atribuídos,

---

<sup>22</sup> As federações desportivas estão sujeitas a diferentes regimes, um de aplicação aos atos privados, e outro referente aos atos públicos. Esta sujeição a um duplo regime, não faz com que seja modificada a sua natureza de entidade privada. Quanto aos atos privados importa mencionar, conforme vem expresso no número 1 do art. 7.º do RJFD, “as federações desportivas respondem civilmente perante terceiros pelas ações ou omissões dos titulares dos seus órgãos, trabalhadores, representantes legais ou auxiliares, nos termos em que os comitentes respondem pelos atos ou omissões dos seus comissários”. Por outro lado, quando estão em causa ações ou omissões dos trabalhadores das federações desportivas, titulares dos seus órgãos sociais, representantes legais e auxiliares no âmbito do seu exercício e com prerrogativas de poder público, a responsabilidade das federações desportivas é apurada com base no regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas de direito público por danos decorrentes do exercício da função administrativa, de acordo com o número 2 do art. 7º do RJFD. A responsabilidade dos titulares dos órgãos das federações desportivas, seus trabalhadores, representantes legais ou auxiliares pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos deveres legais ou estatutários, é civil.

estão sujeitos às normas do contencioso administrativo, ficando sempre protegidos os efeitos desportivos já produzidos ao abrigo da última decisão da instância competente na ordem desportiva (art.12.º).

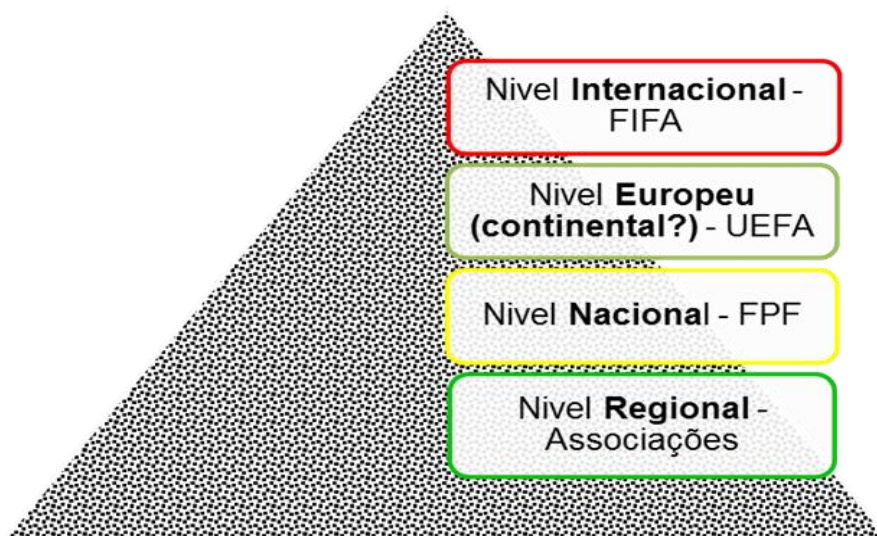
Relativamente à sua estrutura orgânica, o RJFD menciona no seu art.29.º que estas devem contemplar na sua estrutura orgânica, pelo menos, os seguintes órgãos:

- Assembleia geral – em que os delegados, são eleitos ou designados nos termos dos estabelecidos pelo regulamento eleitoral, o qual estabelece a duração dos seus mandatos e o procedimento para os substituir em caso de vacatura ou impedimento (art.33.º,n.º1)
- Presidente – em que a sua candidatura só é admitida se acompanhada de candidatura dos órgãos elencados no artigo 29.º do mesmo decreto (art.33.º,n.º2)
- Direção
- Conselho Fiscal – que é eleito em listas próprias e deve possuir um número ímpar de membros (art.33º,n.º3)
- Conselho de Disciplina – eleito também em listas próprias, com um número ímpar de membros (art.33.º,n.º3)
- Conselho de Justiça – eleito de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos (art.33.º,n.º4)
- Conselho de Arbitragem – também eleito de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos (art.33.º,n.º4)

### 3.3 - Organização do Futebol

36

Poucos fenómenos sociais têm a capacidade de relativizar as fronteiras nacionais como tem o desporto e, em especial, o futebol. A estruturação da atividade desportiva levou à criação de entidades Internacionais, Europeias e Nacionais/regionais - uniformizando as normas e regras referentes aos mais diversos aspetos da prática do futebol.



#### 3.3.1 - Nível Internacional – FIFA

No topo da pirâmide está a entidade máxima da administração do futebol - a Fédération Internationale de Football Association – FIFA.

As Federações desportivas internacionais legislam e criam as suas próprias normas.

A criação das regras e procedimentos a serem tidos em conta e levados a cabo na prática profissional do futebol, em todos os países, é da responsabilidade da FIFA.

As normas que regem o desporto a nível internacional, advêm de organizações desportivas privadas como o Comité Olímpico Internacional e as Federações Desportivas Internacionais<sup>23</sup>.

A “Fédération Internationale de Football Association” (de ora em diante “FIFA”) é uma pessoa coletiva de direito privado, de carácter associativo, foi fundada em 21 de maio de 1904, tem sede em Zurique (Suíça)<sup>24</sup> e é regulada pela legislação suíça.

É composta por 209 federações nacionais, dentro das quais encontra-se a Federação Portuguesa de Futebol.

De acordo com os respetivos Estatutos, tem como objetivo<sup>25</sup>, a melhoria contínua do futebol em todo o mundo, considerando a sua unificação, educacional, cultural, e sua valores humanitários, nomeadamente através de programas de juventude e desenvolvimento; organizar suas próprias competições internacionais; desenvolver regras e regulamentos para garantir a sua implementação; controlar todas as formas de Futebol, tomando medidas adequadas para evitar a violação dos estatutos, regulamentos e decisões da FIFA e as regras do jogo; promover a integridade, comportamento ético desportivo com a finalidade de evitar todos os métodos e práticas como a corrupção, dopagem ou manipulação de jogo entre outros.

A FIFA deve promover relações amistosas<sup>26</sup> entre os seus filiados. Toda a, pessoa e organização envolvida no desporto do futebol é obrigado a cumprir os seus estatutos, regulamentos e princípios.

---

<sup>23</sup> Para José Manuel Meirim “uma normação de aplicação Universal, com um território que vai além das fronteiras nacionais. Estamos perante um direito que se efectiva em qualquer parte do mundo onde se pratique desporto sob a égide de uma federação desportiva nacional, por sua vez associada a uma federação internacional.” – cfr. SUIÇA: UMA REAL ESPECIFICIDADE DESPORTIVA – STVDIA IVRIDICA 101 AD HONOREM – 5 – Coimbra Editora (universidade de Coimbra) – Boletim da Faculdade de Direito.

<sup>24</sup> Art.1.º Estatutos FIFA

<sup>25</sup> Art.2.º Estatutos FIFA

<sup>26</sup> Art.4.º Estatutos FIFA

Como vem referenciado nos Estatutos da FIFA<sup>27</sup>, pode tornar-se membro desta, qualquer associação responsável pela organização e supervisão de futebol em toda a sua forma no seu país, devendo para o efeito, requerer o pedido de adesão por escrito à secretaria-geral da FIFA. O pedido de adesão deverá conter obrigatoriamente para emissão de parecer: cópia dos seus Estatutos e Regulamentos, em conformidade com os estatutos, regulamentos e decisões da FIFA e da Confederação; declaração em como o candidato observa e respeita os Estatutos, regulamentos e Decisões e as leis do jogo em vigor na FIFA; bem como reconhecer o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), como tribunal competente para dirimir os litígios nos termos dos Estatutos. Cabe ao Congresso<sup>28</sup> decidir sobre a admissão do candidato.

Com a aquisição da qualidade de membro FIFA, o filiado adquire certos direitos e deveres, que resultam dessa nova natureza enquanto novo membro filiado.

---

<sup>27</sup>Art.10.º Estatutos FIFA

<sup>28</sup>Art.9.º dos Estatutos da FIFA “*Admisión, suspensión y exclusión - El Congreso decide la admisión, la suspensión o la exclusión de un miembro.*”

- No que diz respeito à suspensão e exclusão:

O art.14.º. Estatutos FIFA: “1. El Congreso es responsable de suspender a un miembro. El Comité Ejecutivo puede, no obstante, suspender con efecto inmediato a un miembro que viole gravemente sus obligaciones como miembro. La suspensión mantiene su vigencia hasta el Congreso siguiente, salvo que el Comité Ejecutivo levante la sanción en el ínterin. 2. La suspensión se confirma en el Congreso siguiente por una mayoría de las tres cuartas partes de las asociaciones miembro presentes y con derecho a voto. En caso contrario, se levanta la suspensión. 3. Un miembro suspendido pierde sus derechos como miembro. Los otros miembros no mantendrán contacto, en el plano deportivo, con un miembro suspendido. La Comisión Disciplinaria puede imponer otras sanciones. 4. Se privará de su derecho de voto en el Congreso a los miembros que no participen en al menos dos competiciones de la FIFA durante cuatro años consecutivos, hasta que no cumplan con sus obligaciones a este respecto.”; No que diz respeito à exclusão do mesmo refere o art.15º, “1. El Congreso puede excluir a un miembro: a) si incumple sus obligaciones financieras con la FIFA; b) si viola gravemente los Estatutos, reglamentos o decisiones de la FIFA; c) si pierde el estatuto de asociación representante del fútbol de su país. 2. Para que una exclusión sea válida, se requiere la presencia en el Congreso de la mayoría absoluta (más del 50 %) de los miembros con derecho a voto; además, la propuesta debe ser aprobada por una mayoría de tres cuartos de los votos emitidos válidos.

- Art.11.ºEstatutos FIFA “*Trámite de la solicitud: 1. El Comité Ejecutivo solicita al Congreso la admisión o el rechazo de una asociación que solicita su admisión. La asociación puede presentar los motivos de la solicitud ante el Congreso. 2. El nuevo miembro adquiere los derechos y deberes inherentes a la calidad de miembro en cuanto es admitido. Sus delegados pueden votar y ser elegidos con efecto inmediato.*”



Segundo o disposto no art.12.º dos Estatutos: “1- Los miembros tienen derecho a: a) participar en el Congreso; b) formular propuestas para su inclusión en el orden del día del Congreso; c) proponer candidatos a la presidencia de la FIFA; d) participar en las competiciones organizadas por la FIFA; e) participar en los programas de asistencia y desarrollo de la FIFA; f) ejercer todo derecho establecido en los presentes Estatutos y otros reglamentos. 2 - El ejercicio de estos derechos está sujeto a las reservas que se deriven de tras disposiciones en los presentes Estatutos y reglamentos aplicables.”

Relativamente aos direitos dos associados, estabelece o art.13º (do mesmo diploma legal) que: “1- Los miembros se obligan a: a) observar en todo momento los Estatutos, los reglamentos, las disposiciones y las decisiones de los órganos de la FIFA, así como las decisiones del Tribunal de Arbitraje Deportivo (TAD) adoptadas en recurso conforme al art. 66, apdo. 1 de los Estatutos de la FIFA; b) participar en las competiciones organizadas por la FIFA; c) pagar las cuotas correspondientes a su calidad de miembros; d) hacer que sus propios miembros respeten los Estatutos, reglamentos, disposiciones y decisiones de los órganos de la FIFA; e) convocar a su órgano legislativo supremo de forma regular, al menos cada dos años; f) ratificar los estatutos que estén en concordancia con los requisitos estipulados en los Estatutos de la FIFA estándar; g) crear una comisión de árbitros directamente subordinada a la asociación miembro; h) respetar las Reglas de Juego; i) administrar sus asuntos de forma independiente y asegurarse de que no se produzca ninguna injerencia por parte de terceros en sus asuntos internos; j) cumplir todas las obligaciones establecidas en los presentes Estatutos y otros reglamentos. 2- La violación de estas obligaciones por parte de un miembro puede entrañar las sanciones previstas en los presentes Estatutos. 3- La violación del apdo. 1, letra i) del presente artículo también puede entrañar sanciones incluso si la injerencia de un tercero no puede imputarse a la asociación miembro en cuestión.”

A FIFA é formada pelo Congresso (órgão legislativo), pelo Comité Executivo (órgão executivo), pela Secretaria-geral (órgão administrativo) e pelos comités (que auxiliam o Comité Executivo)<sup>29</sup>.

O Congresso<sup>30</sup> é o órgão legislativo e a instância máxima da FIFA, formado por todas as federações associadas, cada qual com direito a um voto<sup>31</sup>. Ou seja, é órgão mais importante da entidade máxima do futebol mundial.

A este órgão compete dentre outras: a tomada de decisões sobre os estatutos da FIFA e o método pelo qual eles são implementados e aplicados; aprovação do relatório anual, decidir sobre aceitação de novas federações nacionais e promover eleições, em especial a da presidência da FIFA.

O Comité Executivo<sup>32</sup> (órgão executivo) é dirigido pelo presidente da FIFA<sup>33</sup>. A este órgão compete<sup>34</sup> a decisão de todas as matérias que não digam respeito ao Congresso.

Como podemos observar através da leitura dos Estatutos, o Comité Executivo reúne pelo menos duas vezes por ano, sendo que é ao presidente que compete a tarefa de convocar as reuniões do órgão em causa (se pelo menos treze membros do Comité Executivo solicitarem uma reunião, o Presidente terá de a convocar). Ao Comité Executivo cabe ainda a nomeação dos presidentes, vice-presidentes e membros dos comités permanentes<sup>35</sup>; nomeação dos presidentes, vice-presidentes e membros dos órgãos judiciais.

---

<sup>29</sup>Art.21.º Estatutos FIFA.

<sup>30</sup>Art.22.º Estatutos FIFA.

<sup>31</sup>Art.23.º Estatutos FIFA .

<sup>32</sup>Art.30.º e 31.º dos Estatutos FIFA

<sup>33</sup> Joseph Sepp Blatter.

<sup>34</sup> Art.43.º Estatutos FIFA.

<sup>35</sup> Art.34.º Estatutos FIFA –“ *Comisiones permanentes: 1. Las comisiones permanentes son: a) Comisión de Finanzas; b) Comisión de Auditoría y Conformidad; c) Comisión Estratégica; d) Comisión Organizadora de la Copa Mundial de la FIFA™; e) Comisión Organizadora de la Copa FIFA Confederaciones; f) Comisión Organizadora de los Torneos Olímpicos de Fútbol; g)*



O Comité Executivo pode ainda decidir sobre a criação de comités provisórios, em caso de necessidade em algum momento.

O Comité Executivo é quem nomeia os delegados da FIFA para a IFAB<sup>36</sup>.

Cabe ainda a este órgão elaborar as normas para a organização de comités (permanentes e provisórios); nomear/demitir o Secretário-Geral com base na proposta do Presidente; decidir o local e as datas das competições da FIFA, (excluindo as eliminatórias), definir o número de equipas participantes de cada confederação continental, tendo ainda competência para aprovar as normas que determinem a organização interna da FIFA.

Todos os assuntos do comité executivo, que requeiram uma decisão imediata, ficam a cargo de outro órgão executivo criado para o efeito – comité de emergência<sup>37</sup>.

---

*Comisión Organizadora de la Copa Mundial Sub-20 de la FIFA; h) Comisión Organizadora de la Copa Mundial Sub-17 de la FIFA; i) Comisión del Fútbol Femenino y de la Copa Mundial Femenina de la FIFA™; j) Comisión Organizadora de la Copa Mundial Femenina Sub-20 de la FIFA; k) Comisión Organizadora de la Copa Mundial Femenina Sub-17 de la FIFA; l) Comisión de Fútbol; m) Comisión de Fútbol Playa; n) Comisión del Fútbol de Clubes; o) Comisión Organizadora de la Copa Mundial de Clubes de la FIFA; p) Comisión de Árbitros; q) Comisión de Fútbol; r) Comisión de Medicina; s) Comisión de Desarrollo; t) Comisión del Estatuto del Jugador; u) Comisión de Asuntos Legales; v) Comisión de Deportividad y Responsabilidad Social; w) Comisión de Medios Informativos; x) Comisión de las Asociaciones; y) Comisión de Mercadotecnia y Televisión; z) Comisión de Seguridad e Integridad. 2. Los presidentes y vicepresidentes de las comisiones permanentes deben ser miembros del Comité Ejecutivo, con excepción del presidente y del vicepresidente de la Comisión de Auditoría y Conformidad, quienes no deberán ser miembros del Comité Ejecutivo. 3. El Comité Ejecutivo nombra a los miembros de cada comisión permanente a propuesta de los miembros de la FIFA, del Presidente de la FIFA o de las confederaciones. El Congreso elegirá al presidente, al vicepresidente y a los miembros de la Comisión de Auditoría y Conformidad. Se nombra a los presidentes, vicepresidentes y miembros de las comisiones permanentes para un mandato de cuatro años. Los miembros pueden ser nombrados nuevamente y retirados de sus funciones en cualquier momento, si bien únicamente el Congreso podrá destituir al presidente, al vicepresidente y a los miembros de la Comisión de Auditoría y Conformidad. 4. La composición, las atribuciones y las competencias de las diversas comisiones se establecen en el Reglamento de Organización de la FIFA. 5. El presidente representa a la comisión y conduce los trabajos de acuerdo con el Reglamento de Organización de la FIFA. 6. Cada comisión puede, si es necesario, crear un bureau o una subcomisión para tratar los asuntos urgentes. 7. Las comisiones pueden proponer al Comité Ejecutivo enmiendas en su reglamento específico”.*

<sup>36</sup> IFAB: el International Football Association Board – É a entidade com competência exclusiva para criar e alterar as leis do jogo.

<sup>37</sup> Art.33.º Estatutos FIFA.

Os órgãos jurídicos da FIFA são três<sup>38</sup>: o Comité Disciplinar, o Comité de Recurso e o Comité de Ética (as responsabilidades e funções destes órgãos são regulamentadas pelo Código Disciplinar e o Código de Ética da FIFA).

O Comité Disciplinar<sup>39</sup>: é composto por um presidente<sup>40</sup>, um vice-presidente e um número de membros considerado necessário. O presidente e o vice-presidente devem ter formação jurídica.

Como referido no ponto acima descrito, a função deste comité é regimentada pelo Código Disciplinar da FIFA. A Comissão Disciplinar só pode tomar decisões na presença de pelo menos três membros. Em certos casos, o presidente pode decidir sozinho.

A comissão pode proferir as sanções descritas no Estatuto da FIFA e no Código Disciplinar sobre: membros, clubes, árbitros, jogadores e agentes de jogadores, sendo que, quando tiver em causa a suspensão e expulsão de membros, estão sujeitas ao poder disciplinar do Congresso e do Comité Executivo.

O Comité de Recurso<sup>41</sup> deve ser composto por um presidente<sup>42</sup>, um vice-presidente e o número de membros considerado necessário. Sendo que o presidente e o vice-presidente devem ter formação jurídica.

A função deste Comité é regulada pelo Código Disciplinar da FIFA. A comissão toma decisões na presença de pelo menos três membros. Em certos casos, o presidente pode decidir sozinho, como sucede no Comité Disciplinar

---

<sup>38</sup> Art.61.º Estatutos FIFA.

<sup>39</sup> Art.62.º Estatutos FIFA.

<sup>40</sup> Claudio Sulser.

<sup>41</sup> Art.64.º Estatutos FIFA.

<sup>42</sup> Larry Mussenden.

As Decisões proferidas por este órgão são irrevogáveis e obrigatórias para todas as partes interessadas.

Em relação ao Comité de Ética<sup>43</sup>, este é composto por um presidente<sup>44</sup>, um vice-presidente e um número de membros considerado necessário (só pode tomar decisões na presença de pelo menos três membros; Em certos casos, o presidente pode decidir sozinho).

É regulado pelo Código de Ética da FIFA.

A Comissão de ética tem competência para sancionar funcionários, jogadores, agentes de organizadores dos jogos, jogadores e agentes. Esta sanção será prevista de acordo com os estatutos, código de ética ou código disciplinar da FIFA.

Relativamente às confederações, estas abrangem as federações nacionais de futebol de cada continente, no caso europeu a UEFA. Todas elas<sup>45</sup> oferecem apoio à FIFA sem colidirem nos direitos das federações nacionais. Na realidade, as confederações tornam o futebol mais conhecido com a organização de torneios próprios entre clubes e seleções e por meio de muitas outras atividades.

### 3.3.2 - Nível Europeu – UEFA <sup>46</sup>

A União das Federações Europeias de Futebol, de ora em diante “UEFA”, é uma associação que foi fundada no dia 15 de Junho de 1954 (Basileia), com sede na Suíça, localizada em Nyon, e é regulada pela legislação do

---

<sup>43</sup> Art.63.º Estatutos FIFA.

<sup>44</sup> Hans-Joachim Eckert.

<sup>45</sup> A AFC na Ásia, a CAF na África, a CONCACAF na América do Norte, América Central e Caribe, a CONMEBOL na América do Sul, a UEFA na Europa e a OFC na Oceania.

<sup>46</sup> É uma confederação de federações, uma democracia representativa que agrupa cinquenta e quatro federações nacionais de futebol da Europa – é uma confederação continental que parte do órgão máximo do futebol mundial a FIFA (sedeada em Zurique, Suíça).

país onde está sediada. É o órgão administrativo que rege o Futebol Europeu.<sup>47</sup>

44

A UEFA – é criada à imagem das federações nacionais. Só se pode filiar na federação europeia uma única federação nacional (de cada país) – a partir do momento em que se tornam membros associados, é lhes imposto que harmonizem os seus estatutos e regulamentos de acordo com os estatutos e decisões da UEFA.

Estas organizações procuram primar a sua posição instituindo regras que preveem comumente sanções para os participantes em campeonatos que não foram reconhecidos ou autorizados pela federação internacional.

Tem como objetivos, lidar com todas as questões relativas do futebol europeu, promovendo-o num espírito de paz, compreensão e fair-play, sem qualquer discriminação, gerir e controlar o desenvolvimento do futebol na Europa, organizar e conduzir competições internacionais de futebol e torneios a nível europeu, assim como impedir que todos os métodos ou práticas desleais possam comprometer o regular funcionamento do futebol e suas competições de maneira a manchar o nome do futebol, garantir que os princípios e valores desportivos sejam respeitados, promover a ligação entre associações-membro em matéria Europeia do mundo de futebol, salvaguardar os interesses globais das federações, assegurar que as necessidades dos diferentes intervenientes (ligas, clubes, jogadores, adeptos) são devidamente tidas em conta; atuar como voz representativa do futebol europeu (como um todo), manter boas relações e cooperar com a FIFA e outras Confederações reconhecidas por esta.

A UEFA procura atingir os seus objetivos<sup>48</sup> através da implementação de quaisquer medidas que julgue necessárias (tais como a criação de normas, acordos ou convenções).

---

<sup>47</sup>Art.1.º - Estatutos UEFA.

<sup>48</sup>Art.2.º Estatutos UEFA.

Os órgãos<sup>49</sup> através dos quais a entidade atua são: o Congresso da UEFA, o Comité Executivo da UEFA, o Presidente da UEFA e os órgãos de administração jurídica.

45

### **Congresso da UEFA<sup>50</sup>**

O congresso é o órgão supremo de controlo da UEFA.

Todos os anos se realiza um Congresso ordinário<sup>51</sup>, sendo que poderá realizar-se um segundo Congresso Ordinário, convocado pelo Comité Executivo, para tratar dos assuntos financeiros e/ou outros que se revelem importantes.

Compete a este órgão (entre outras):

- a receção e apreciação dos relatórios elaborados pelo Presidente, Comité Executivo, Administração da UEFA, bem como os relatórios financeiros e de auditoria;
- aprovação da contabilidade geral e orçamento;
- a eleição do Presidente da UEFA, dos membros do Comité Executivo, dos membros europeus do Comité Executivo da FIFA, e ainda a eleição do órgão auditório;
- a correção dos Estatutos da UEFA;
- consideração e tomada de decisões sobre propostas;
- ponderação de quais as sanções a aplicar aos membros associados bem como deliberar sobre a sua exclusão;

---

<sup>49</sup> Art.11.º Estatutos UEFA.

<sup>50</sup> Art.12.º Estatutos UEFA.

<sup>51</sup> O XXXVIII Congresso Ordinário da UEFA realizou-se em Astana, no Cazaquistão, a 27 de Março de 2014, sendo que a próxima edição, a 24 de Março de 2015 será em Viena, na Áustria.

### **Comité Executivo da UEFA<sup>52</sup>**

O Comité Executivo da UEFA é o órgão executivo, composto por um Presidente e por 15 outros membros, eleitos pelo Congresso.

O Comité Executivo tem o poder de adotar regulamentos e tomar decisões sobre questões que não incidam na competência do Congresso da UEFA ou de qualquer outro órgão. O Comité Executivo é o órgão que gere a UEFA, a não ser que essa competência seja delegada, pelos Estatutos da UEFA, ao Presidente ou à administração.

### **Painel de Emergência da UEFA**

O Painel de Emergência da UEFA é constituído por cinco membros do Comité Executivo em exercício de funções - o Presidente, o primeiro vice-presidente, o vice-presidente da UEFA responsável pelo Comité Financeiro, e dois outros membros do Comité Executivo designados, caso a caso, pelo Presidente da UEFA. Entre reuniões do Comité Executivo, o Painel de Emergência é autorizado a tomar e executar decisões finais relativamente a questões de carácter urgente que recaiam sobre a autoridade do Comité Executivo da UEFA.

### **Presidente<sup>53</sup>**

O Presidente representa a UEFA e dirige o Congresso, bem como as reuniões do Comité Executivo. Em caso de empate numa qualquer votação, o Presidente da UEFA possui voto de qualidade.

---

<sup>52</sup> Art.21.º Estatutos UEFA.

<sup>53</sup> Art.29.º Estatutos UEFA.

Para cumprir as suas responsabilidades, o Presidente consulta o Comité Executivo. O Presidente da UEFA é eleito para um mandato de quatro anos pelas federações-membro durante o Congresso da UEFA.

47

### **Órgãos de Administração de Justiça<sup>54</sup>**

Os órgãos de Administração de Justiça são formados pelos órgãos de disciplina da UEFA (ou seja, Comité de Controlo, Ética e Disciplina e o Comité de Recursos), pelos Inspectores Disciplinares e de Ética e pelas duas câmaras do Comité de Controlo Financeiro de Clubes (CFCB).

As disputas entre UEFA e federações, Ligas, clubes, jogadores e árbitros, ou as disputas de dimensão europeia entre estes, são também resolvidas pelo Tribunal Arbitral do Desporto.

### **3.3.3 - Nível Nacional**

As federações nacionais controlam todas as questões gerais da sua modalidade, neste caso o Futebol, representando simultaneamente essa modalidade nas federações europeias ou internacionais. Organizam também os campeonatos nacionais e atuam como órgãos reguladores. Uma vez que existe uma única federação nacional para cada modalidade, estas federações têm uma posição monopolista. Por exemplo, há uma única federação nacional de futebol em cada país – neste caso a Federação Portuguesa de Futebol. Só esta federação pode organizar campeonatos nacionais oficiais em Portugal.

A Federação Portuguesa de Futebol é Membro da FIFA e da UEFA.

Como já referido, a FPF é uma pessoa coletiva de direito privado - constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, dotada de

---

<sup>54</sup> Art.32.º Estatutos UEFA.

utilidade pública desportiva<sup>55</sup>, que nos termos da lei exerce, por delegação do Estado e sob sua fiscalização<sup>56</sup>, poderes públicos de auto-regulação.

Uma vez que é detentora de poderes de auto-regulação<sup>57</sup>, os seus regulamentos autónomos têm que respeitar a Constituição e a lei, não podendo incidir sobre matérias reservadas à competência legislativa da Assembleia da República ou à competência da lei em geral.

A FPF tem como objeto principal a direção, promoção, ensino e regulamentação do futebol a nível Nacional.

### 3.3.4 - Nível Regional – ARD's

#### As Associações

No que respeita as Associações Regionais e Distritais de Futebol, estas são tidas como pessoas coletivas de direito privado, reguladas e previstas no Código Civil nos artigos 167.º a 194.º.

As Associações são pessoas coletivas de base associativa constituídas por uma pluralidade de membros com vista à realização de um fim e dotadas dos meios económicos necessários. São pessoas coletivas que se distinguem das sociedades por não terem fim lucrativo.

De acordo com o princípio da liberdade de associação previsto no artigo 46.º da CRP, a constituição de associações é livre. As associações

---

<sup>55</sup> A FPF, possui o estatuto de utilidade pública desportiva, atribuído nos termos do Despacho n.º 56/95, de 1 de Setembro, do Primeiro-Ministro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 213, de 14 de Setembro de 1995, e renovado, pela última vez, pelo Despacho n.º 5331/2013, de 5 de Abril, do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 78, de 22 de Abril de 2013.

<sup>56</sup> Artigo 14.º (RJFD 93/2014) “A fiscalização do exercício de poderes públicos e do cumprimento das regras legais de organização e funcionamento internos das federações desportivas é efetuada, nos termos legais, por parte de serviço ou organismo da Administração Pública com competências na área do desporto, mediante a realização de inquéritos, inspeções, sindicâncias e auditorias externas.”

<sup>57</sup> De acordo com o art. 2.º, n.º 2.4 dos Estatutos na FPF: “Para a prossecução do seu objecto, cabe em especial à FPF (...) Elaborar e aprovar normas e regulamentos, garantindo a sua aplicação”.



constituem-se por escritura pública “*sem prejuízo do disposto em lei especial*”, conforme o previsto no artigo 168º do CC, mencionando a esse propósito o artigo 167.º (do CC) que: “*O acto de constituição da associação especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa coletiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado.*” Referindo ainda que, “*Os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa coletiva e consequente devolução do seu património*”.

O ato de constituição bem como os estatutos estão sujeitos a exigências de publicidade como refere o artigo 168.º do CC<sup>58</sup>.

A organização das associações integra, pelo menos 3 (três) órgãos a saber: assembleia geral, direção e conselho fiscal.

Assembleia geral é o órgão deliberativo por excelência, a quem cabe a formação da vontade interna da associação<sup>59</sup>, sendo constituída pela universalidade dos associados.

De acordo com o artigo 173.º do CC, compete “*à assembleia geral todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da pessoa colectiva.*” Citando o n.º2 do mesmo preceito legal que: “*São, necessariamente, da competência da assembleia geral a destituição dos titulares dos órgãos da associação, a aprovação do*

---

<sup>58</sup> Artigo 168.º do CC - “*Forma e comunicação*” – “1. O acto de constituição da associação, os estatutos e as suas alterações devem constar de escritura pública, sem prejuízo do disposto em lei especial. 2. O notário, a expensas da associação, promove de imediato a publicação da constituição e dos estatutos, bem como as alterações destes, nos termos legalmente previstos para os actos das sociedades comerciais.”

<sup>59</sup> Artigo 170.º do CC- “*(Titulares dos órgãos da associação e revogação dos seus poderes)*” - “1. É a assembleia geral que elege os titulares dos órgãos da associação, sempre que os estatutos não estabeleçam outro processo de escolha. 2. As funções dos titulares eleitos ou designados são revogáveis, mas a revogação não prejudica os direitos fundados no acto de constituição. 3. O direito de revogação pode ser condicionado pelos estatutos à existência de justa causa.”

*balanço, a alteração dos estatutos, a extinção da associação e a autorização para esta demandar os administradores por factos praticados no exercício do cargo.”*

O órgão coletivo de administração é usualmente denominado de direção, sendo as suas competências e atribuições fixadas nos estatutos.

O órgão coletivo de fiscalização é denominado de conselho fiscal, competindo-lhe em geral a fiscalização da atividade e contas da associação.

Como refere o Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos<sup>60</sup> *“além destes, podem os associados dotar a associação com outros órgãos desde que o façam constar dos respectivos estatutos.”*

*De acordo com o Artigo 182.º do CC, “As associações extinguem-se: a) Por deliberação da assembleia geral; b) Pelo decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente; c) Pela verificação de qualquer outra causa extintiva prevista no acto de constituição ou nos estatutos; d) Pelo falecimento ou desaparecimento de todos os associados; e) Por decisão judicial que declare a sua insolvência.”*

Referindo ainda o n.º 2 do mesmo artigo que *“As associações extinguem-se ainda por decisão judicial: a) Quando o seu fim se tenha esgotado ou se haja tornado impossível; b) Quando o seu fim real não coincida com o fim expresso no acto de constituição ou nos estatutos; c) Quando o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou imorais; d) Quando a sua existência se torne contrária à ordem pública.”*

(relativamente aos efeitos da extinção da associação estes vem previstos no artigo 184.º do CC<sup>61</sup>).

---

<sup>60</sup> VASCONCELOS, Pedro Pais de – Teoria Geral do Direito Civil – 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2008.

<sup>61</sup> Artigo 184.º do CC – “ (Efeitos da extinção) 1. Extinta a associação, os poderes dos seus órgãos ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e dos necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes; pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham à associação respondem solidariamente os administradores que os praticarem. 2. Pelas obrigações que os administradores contraírem, a associação só

## O que são Associações Regionais e Distritais de Futebol?

De acordo com os Estatutos da FPF<sup>62</sup>, uma associação distrital é uma *“Associação de clubes localizada e organizada numa determinada área geográfica que superintende o fomento e a prática do futebol no âmbito das respectivas competições, reconhecidas pela FPF.”*

A FPF engloba vinte e duas **associações Regionais ou Distritais**<sup>63</sup> que representam a base da pirâmide aludida no ponto 3.3.

O seu campo de atuação cinge-se a uma área, região ou distrito, onde são responsáveis pela organização de campeonatos e pela coordenação do desporto a nível regional.

As associações fazem parte dos sócios ordinários da FPF<sup>64</sup>.

## 4 - O Estágio

### Parte I - O Faseamento do Estágio

---

responde perante terceiros se estes estavam de boa fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade”.

<sup>62</sup> V. Estatutos FPF – “Definições e Designações”

<sup>63</sup> Associações Distritais e Regionais: 1. Associação de Futebol de Aveiro; 2. Associação de Futebol do Algarve; 3. Associação de Futebol de Angra Heroísmo; 4. Associação de Futebol de Beja; 5. Associação de Futebol de Braga; 6. Associação de Futebol de Bragança; 7. Associação de Futebol de Castelo Branco; 8. Associação de Futebol de Coimbra; 9. Associação de Futebol de Évora; 10. Associação de Futebol da Guarda; 11. Associação de Futebol da Horta; 12. Associação de Futebol de Leiria; 13. Associação de Futebol de Lisboa; 14. Associação de Futebol da Madeira; 15. Associação de futebol de Ponta Delgada; 16. Associação de Futebol de Portalegre; 17. Associação de Futebol do Porto; 18. Associação de Futebol de Santarém; 19. Associação de Futebol de Setúbal; 20. Associação de Futebol de Viana do Castelo; 21. Associação de Futebol de Vila Real; 22. Associação de Futebol de Viseu.

<sup>64</sup> Artigo 10.º, nº2, ponto 1, 2 e 3 dos Estatutos da FPF.

#### 4.1 - Plano de Estágio

52

O estágio no departamento jurídico da FPF teve a duração de 4 meses, teve início no dia 11 de Setembro de 2014 e terminou no dia 15 de Janeiro de 2015.

Inicialmente o trabalho desenvolvido incidiu, sobretudo, sobre a pesquisa de matérias referentes ao objeto de estudo, nomeadamente na procura de estatutos e regulamentos de disciplina das várias associações distritais de futebol. Posteriormente evoluiu para uma vertente mais prática, onde pude estar em contacto com os problemas diários que surgem na FPF, tendo elaborado e participado em trabalhos a pedido do meu orientador da FPF, Dr. João Leal. Essas atividades traduziram-se, na elaboração de pareceres, instrução de processos disciplinares que correram termos na Secção Não Profissional do Conselho de Disciplina e no Conselho de Justiça, participação ativa na preparação dos processo sumários, apreciação dos Relatórios de Jogo e a subsunção dos fatos ao Regulamento Disciplinar (tarefa que é elaborada semanalmente e conduz à aplicação, por parte do Conselho de Disciplina, às punições constantes do Mapa de Castigos), bem como a presença em diversas reuniões do CD da secção profissional e não profissional, as quais têm lugar, respetivamente e em regra, às terças e sextas-feiras. Nessas reuniões são decididos os processos e aprovados os mapas de castigos dos jogos realizados. A presença nessas reuniões foi uma mais-valia uma vez que pude perceber, de uma forma mais clara, o funcionamento deste órgão federativo, ou seja, a aplicação da justiça desportiva.

## 4. 2 - Revisão de Assuntos

53

### 4.2.1 – Procedimento Disciplinar

Antes de referir os processos em que fui instrutora, todos eles referentes ao **CD – SECÇÃO NÃO PROFISSIONAL** –, no âmbito das competições organizadas pela FPF<sup>65</sup>, importa ter em conta certas considerações, nomeadamente a questão do procedimento disciplinar.



#### A quem se aplica o RD da FPF?

De acordo com o RD da FPF - art. 5.º nº1 - este aplica-se aos agentes desportivos que desempenhem funções nos jogos das competições organizadas pela FPF, nos jogos particulares ou amigáveis integrados em torneios autorizadas pela FPF, pela LPFP ou pelas Associações Distritais e Regionais e nos jogos particulares ou amigáveis em que intervenham árbitros designados pela FPF, pela LPFP ou pelas Associações Distritais e Regionais.

#### Procedimento Disciplinar:

De acordo com o RD da FPF, (TÍTULO II – DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR – CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS) – Artigo 195.º e seguintes, o procedimento disciplinar é o meio de efetivar a responsabilidade disciplinar e reveste natureza pública, podendo por isso ser instaurado oficiosamente. É autónomo de outros procedimentos

<sup>65</sup> São jogos organizados pela FPF, em Futebol masculino, os jogos referentes: à Taça de Portugal, à Supertaça, ao Campeonato Nacional de Seniores, Juniores A I divisão, Júnior A II divisão, Juniores B e Juniores C; em Futebol Feminino: os jogos do Campeonato Nacional, o Campeonato de Promoção e a Taça de Portugal; no âmbito do Futsal Masculino: os jogos da Liga Sport Zone (I Divisão de Futsal), II Divisão, III Divisão, Supertaça, Taça de Portugal, Juniores A e Juniores B; no âmbito do Futsal Feminino: Campeonato Nacional e Taça de Portugal; e os jogos do Campeonato Nacional de Futebol de Praia Masculino. Os jogos de todas as Seleções Nacionais também são jogos organizados pela FPF, no entanto, o poder disciplinar relativo a esses jogos não é exercido pela FPF, mas pela UEFA ou FIFA.

destinados a efetivar a responsabilidade penal ou civil, e o exercício da ação penal do Estado não impede a FPF de promover o competente procedimento disciplinar, nem constitui causa de suspensão ou dilação deste.

O procedimento disciplinar não depende de formalidades especiais, devendo limitar-se concretamente às diligências necessárias para apurar os factos típicos da infração<sup>66</sup> e as eventuais medidas de sanção.

No decorrer do processo, os arguidos podem constituir advogado, sendo que nos processos de recurso e naqueles que são propostos no CJ, essa circunstância é uma condição necessária, com exceção da FPF, os seus órgãos sociais e seus membros, os sócios ordinários da FPF e seus dirigentes, que podem litigar por eles próprios, tal como dispõe o art. 168.º do antigo RD da FPF. No mesmo artigo é referido que não existe apoio judiciário.

No âmbito do mesmo, é obrigatório conceder ao arguido a possibilidade de ser ouvido, em homenagem ao Princípio do contraditório – sendo que o poderá fazer a todo o tempo do processo.

O arguido tem sempre direito a pronunciar-se sobre os factos que lhe são imputados, não sendo permitida a aplicação de qualquer sanção sem que antes lhe seja concedida essa hipótese de defesa, salvo a aplicação de sanções em sede de processo sumário.

---

<sup>66</sup> Considera-se infração disciplinar, de acordo com o previsto no art.2.º, número 1 do antigo RD da FPF (o atual não contém uma definição de infração disciplinar), “o facto voluntário praticado por entidade ou agente desportivo que desenvolva atividade compreendida no objeto da FPF, por interveniente em geral no espetáculo desportivo, e bem assim por espetador, que viole os deveres de correção previstos e punidos nos Estatutos e Regulamentos da FPF e demais legislação desportiva aplicável”. Para efeitos do RD da LPFP, “considera-se infração disciplinar o facto voluntário, por ação ou omissão, e ainda que meramente culposos, que viole os deveres gerais ou especiais previstos nos regulamentos desportivos e demais legislação aplicável” [art.17.º, nº1].

A aplicação da sanção é da competência do Conselho de Disciplina. Uma vez aplicada a sanção o arguido terá sempre o direito de recorrer da mesma.

Relativamente às decisões disciplinares, estas são tomadas com base nos factos imputados ao arguido, assim como são tidas em conta todas provas que surgem ao longo do processo.

No que toca às decisões tomadas em processo sumário, estas são tipificadas e registadas num mapa de castigos, que vai integrar a ata da reunião da Secção não profissional do Conselho de Disciplina da FPF<sup>67</sup>, contendo a infração e a sanção aplicada, seguindo para publicação imediata em Comunicado Oficial e no sítio oficial da FPF<sup>68</sup>.

O procedimento disciplinar é instaurado por deliberação do Conselho de Disciplina da FPF.

A fase de inquérito e sua instrução é exercida através de instrutor nomeado para o efeito.

Uma vez nomeada Instrutora tive de promover a realização de diligências probatórias e a promoção da execução das sanções em causa – de acordo com o disposto no art.213.º, n.º4 do RD da FPF.

No ponto referente aos processos em que fui instrutora, não poderei apresentar os casos em concreto uma vez que estamos a falar de processos que ainda hoje estão a correr e como tal estão em segredo de

---

<sup>67</sup> Artigo 196.º do Regulamento Disciplinar da FPF – “Competências” : “1. O exercício das funções decisórias no âmbito dos procedimentos disciplinares previstos no presente Regulamento compete à Secção para a Área não profissional do Conselho de Disciplina da FPF, nos termos do disposto no artigo 60.º dos Estatutos, sem prejuízo das competências exercidas pelo Conselho de Justiça da FPF em primeira instância. 2. No exercício do seu poder decisório, os membros da Secção não profissional são inteiramente independentes, não podendo receber ordens ou instruções de quaisquer órgãos da FPF, sem prejuízo do seu dever de obediência à lei, aos Estatutos da FPF e ao presente Regulamento. 3. As funções instrutórias são exercidas por um instrutor nomeado por sorteio pela Direção da FPF, de entre listagem previamente definida.”

<sup>68</sup> [www.fpf.pt](http://www.fpf.pt)



justiça até à acusação<sup>69</sup>, não podendo ser revelados os arguidos em causa.

56

Como acima referi, o procedimento disciplinar não depende de grandes formalidades devendo apenas cingir-se às diligências essenciais para apuramento dos factos imputados ao arguido e da eventual sanção.

Numa primeira fase dos processos é necessário juntar aos autos todos os documentos necessários que passam, dentre outra documentação, pelos dados relativos às identidades dos arguidos em causa, dos cadastros disciplinares, dos relatórios de jogo e relatórios de policiamento, para se poder fazer uma análise dos factos imputados ao arguido e poder elaborar as respetivas notas de culpa. Depois de reunidos todos indícios suficientes para configurar “aquela situação” como “prática da infração disciplinar” assim como o seu autor, segue-se a fase de acusação<sup>70</sup>.

Proferido o despacho de acusação, o arguido tem de ser notificado para, querendo, apresentar a sua defesa escrita, dispondo de 7 dias para o efeito (ver se os prazos são encurtados numa fase adiantada do campeonato), podendo juntar documentos, indicar testemunhas e requerer outras diligências probatórias. Uma vez ultrapassado o prazo fixado a falta de apresentação de defesa vale como efetiva audiência do arguido, dando-se como provados os factos ali imputados ao mesmo.

Nos processos em que estive envolvida como instrutora, alguns arguidos arrolaram testemunhas, o que implicou ter em consideração, relativamente à prova e diligências probatórias, o art. 222.º do Regulamento Disciplinar da FPF, que estabelece o seguinte:

---

<sup>69</sup> Art. 215.º, n.º5 do RD da FPF.

<sup>70</sup> De acordo com o regulamento disciplinar da FPF, artigo 218.º n.º2: “Acusação deve conter os seguintes elementos: a. Identificação do arguido; b. A narração dos factos constitutivos das infrações disciplinares que lhe são imputadas; c. A indicação das disposições legais e regulamentares aplicáveis e, sendo disso caso, as circunstâncias atenuantes e agravantes; d. As sanções abstratamente aplicáveis; e. A data e a assinatura do instrutor.”



*“1. O arguido não pode oferecer mais de três testemunhas por cada facto, com o limite máximo de nove.*

*2. A inquirição das testemunhas do arguido realiza-se de forma contínua, e pela ordem pela qual foram oferecidas, salvo o previsto no número seguinte.*

*3. Compete ao arguido providenciar pela apresentação das testemunhas na data designada para a sua inquirição, não sendo a respetiva falta motivo de adiamento da diligência, podendo, neste último caso, ser alterada a ordem de inquirição.*

*4. O instrutor ouve o arguido, a requerimento deste e sempre que o entenda conveniente, e pode também acareá-lo com as testemunhas ou o participante.*

*5. Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, a inquirição de testemunhas faz-se sempre na sede da FPF sempre que o arguido não requeira na sua defesa que a inquirição seja feita na sede de um dos sócios ordinários da FPF.*

*6. Quando se verifique o disposto na segunda parte do número anterior e a inquirição se não possa fazer por videoconferência, o arguido é notificado por telecópia ou carta registada de que deve proceder ao pagamento das despesas até dois dias antes da data agendada para a diligência sob a cominação de, por falta de tal pagamento nesse prazo, esta se realizar na sede da FPF.*

*7. Os órgãos disciplinares podem autorizar excecionalmente que se proceda à inquirição de testemunhas ou realização de outras diligências probatórias fora da sede da FPF, se a mesma se justificar; podem igualmente os mesmos órgãos, por razões de celeridade, proceder à inquirição de testemunhas.*

*8. O arguido é sempre responsável pelas despesas resultantes da produção de prova que requeira; no caso de ser condenado é igualmente responsável pelas diligências probatórias suscitadas oficiosamente.”*

58

Concluídas as diligências previstas no art.º 222.º do regulamento disciplinar da FPF, para finalização da fase de instrução, é necessário elaborar um relatório final remetendo-se todo o processo para a Secção – Área não profissional do Conselho de Disciplina da FPF, para decisão final.

## **Parte II – Atividades Desenvolvidas**

### **4.3 – Pareceres**

#### **4.3.1 – Caso da AFL**

Foi-me pedido que desse um parecer em relação à questão de saber se associação de futebol de Lisboa poderia continuar a usar o regulamento disciplinar de 2006, com as necessárias adaptações, estando já em vigor o novo regulamento disciplinar.

Nos termos dos estatutos da FPF, cabe aos sócios (associações) cumprir integralmente os estatutos, regulamentos, decisões da FPF e garantir que os mesmos sejam cumpridos e respeitados pelos seus sócios. (sublinhe-se aqui “cumprir integralmente”) – isto de acordo com o art. 13.º.1.1. do RD.

No entanto, temos de ter em conta que o novo regulamento de disciplina, vertido no comunicado oficial n.º466 de 24.06.2013, da FPF, não prevê nenhuma norma semelhante ao art.184.º (comunicado oficial n.º115 de 25.09.2006) que constava do regulamento de disciplina de 2006 (hoje revogado) que permitia às associações fazer as adaptações ao regulamento de disciplina.

Sem prejuízo do exposto, as associações têm ainda o dever de harmonizar os seus regulamentos, com os regulamentos da FPF (ponto 3 do n.º2 do art.13.º), bem como são deveres específicos das associações comunicar à FPF qualquer alteração aos seus estatutos e regulamentos nos termos do ponto 1 do n.º 3 do art.13.º (estatutos FPF).

Como conclusão, entendi, salvo melhor opinião, que existia a obrigatoriedade de observação do novo regulamento de disciplina da FPF, publicitado pelo comunicado oficial nº466, por parte das associações distritais, as quais sempre poderão fazer uso do disposto no n.º3 do art.12.º dos estatutos da FPF.<sup>71</sup>

#### **4.3.2 – Caso do Nacional: Denúncia contra o CLUB SPORT MARITIMO DA MADEIRA**

Veio o Clube Desportivo Nacional, doravante Nacional, apresentar uma denúncia relativamente ao Club Sport Marítimo da Madeira, doravante Marítimo, porquanto este clube apresentou a competição uma equipa “Marítimo C”, no Campeonato Nacional de Seniores 2014/2015.

A Marítimo SAD - criou duas equipas profissionais: Uma no campeonato Nacional da I divisão e outra, equipa “B”, que atuava no Campeonato

---

<sup>71</sup> No entanto parece-me existir uma contradição entre o “cumprir integralmente” os regulamentos (art. 13.1.1) e o “harmonizar os seus regulamentos com os regulamentos da FPF” (art. 13.2.3). Sendo que o art. 13.3.1, menciona serem também deveres específicos dos sócios ordinários: comunicar à FPF qualquer alteração aos seus estatutos e regulamentos bem como a lista actualizada dos seus filiados, membros, associados e representantes legais, ora segundo isto, parece-me estar “aberta” uma porta relativamente à possibilidade de se poder fazer alteração aos regulamentos emanados pela FPF, em face do cumprimento integral dos regulamentos que vem previsto no nº1 do mesmo artigo.

Se bem que em termos formais assiste às associações o direito (art. 12.º, nº3) solicitar a apreciação dos regulamentos aprovados pela DIREÇÃO da FPF junto da Assembleia Geral para a cessação da sua vigência ou aprovação de alterações, desde que o requerimento seja subscrito por vinte por cento dos sócios ordinários ou por igual percentagem de delegados e apresentado no prazo de 30 (trinta dias) contados daquela aprovação e que as referidas alterações sejam destinadas a produzir efeitos a partir do início da época desportiva seguinte.

Nacional da II Divisão B, por força do CO n.º14, de 06.08.99 – (ponto 801.01).

---

60

---

Na época 2012/2013, a equipa “Marítimo C” participou na Divisão de Honra da A.F. Madeira (AFM), tendo terminado em 6.º lugar. No entanto, acabou por ser convidada, pela AFM, para integrar a vaga reservada ao vencedor no Campeonato Nacional de Seniores 2014/2015.

Nessa medida, o Nacional, partindo do pressuposto que a equipa “Marítimo C”, foi criada fora do âmbito da SAD, recorrendo ao Marítimo, clube desportivo que foi transformado em SAD e que mantém as atividades amadoras, entende que aquela participação é, eventualmente, ilegal.

Isto porque o Nacional entende que o Marítimo não pode participar em provas amadoras ou profissionais, de competição de futebol sénior, pois cedeu esse direito à Marítimo SAD.

Pretendeu o Nacional sustentar esta situação no disposto na:

- Denúncia ao abrigo do art.50.º, n.º 2, ponto 2 estatutos FPF (da pesquisa realizada a norma não corresponde);
- Art.2.º, n.º 2, ponto 5, dos estatutos da FPF;
- Art.9.º FIFA (o que, aparentemente, o alegado pelo Nacional, não condiz com a letra do art.9.º dos Estatutos da FIFA);
- Art.18.º do Regulamento do Estatuto, Registo e Transferência de Jogadores.

Colocada de forma sucinta a situação, importa verificar se assiste razão ao Nacional,

Vejamos,

Em face do exposto, o que importa averiguar é se é legítimo ao Club Sport Marítimo ter uma equipa amadora a disputar o Campeonato Nacional de Seniores.

Se observarmos o que o Nacional refere, no ponto 18 de sua exposição (denúncia) que (...) a criação da equipa “B” da Marítimo SAD (...), somos, naturalmente levados a considerar que a Marítimo SAD, criou duas equipas profissionais, conforme atrás já mencionado, uma no campeonato Nacional da I divisão e outra, equipa “B”, que atuava no Campeonato Nacional da II Divisão B, por força do CO nº14, de 06.08.99 – (ponto 801.01). Bem como, expõe, claramente, no ponto 4 da exposição apresentada, que a equipa “A” e “B” integram a estrutura profissional da Marítimo SAD.

Deste modo, qualquer destas duas equipas “A” e “B”, não colide com a possibilidade do Club Sport Marítimo, entidade diferente da Marítimo SAD, entrar com uma equipa no campeonato nacional de seniores. A não ser assim considerado, estar-se-ia a confundir dois tipos distintos de estrutura organizativa, independentes e autónomas entre si.

Considerando que as competições profissionais são aquelas organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional; sendo o Campeonato Nacional de Seniores uma competição sob a égide da FPF, não se observa impedimento de uma equipa de Clube, que não SAD, nela participar.

Por outro lado, o artigo 3.º do Regulamento do Campeonato Nacional de Seniores (CO n.º444, de 24.06.2013) refere que: *“1. Todas as referências a Clubes constantes do presente Regulamento abrangem igualmente as sociedades com fins desportivos, bem como as equipas B que participem na presente Competição, excepto se do seu texto resultar expressamente o contrário.”*

Ora, se a disposição faz referência a clubes, sociedades com fins desportivos (SAD), bem como as equipas “B”, é porque acolhe a

possibilidade de uma competição conter estes diversos tipos de participação ainda que decorrentes de uma mesma matriz, ou seja, uma equipa de um dado clube (amador) e a circunstância de duas equipas profissionais de uma SAD, que teve origem naquele clube, tendo uma delas por designação – equipa “B”.

62

Assim, pelo exposto não será de admitir a denúncia realizada pelo Nacional.

## 4.4 Processos Disciplinares – Instrutora

63

Neste capítulo apenas será aduzido sob forma de quadro uma espécie de resumo do processo em causa - dada a extensão dos mesmos.

### 4.4.1 - Processo Disciplinar: n.º11 - 14/15

O processo em causa, teve por base o ocorrido num jogo de Futebol (jogo nº 350.04.001) a contar para o Campeonato de Promoção de Futebol Feminino.

Do ocorrido resultou que: ao minuto trinta e oito, da segunda parte, o jogo dos autos teve que ser interrompido, pois ambas as equipas envolveram-se em confrontos, agredindo-se mutuamente (tendo a equipa de arbitragem decidido dar o jogo por terminado antes de decorrido o tempo regulamentar - devido à ocorrência de incidentes e falta de condições para prosseguir o jogo).

Foram arroladas 7 testemunhas – a inquirição realizou-se na sede da FPF.

Pelo exposto, incorrem os Clubes arguidos na infracção disciplinar prevista no artigo 175.º, n.º 1, ex vi artigo 62.º que estatui, de acordo com o artigo 174.º, nº 1: derrota (artigo 38.º), realização de jogos à porta fechada (artigo 40.º), a fixar entre um e cinco jogo, e, acessoriamente, multa a fixar entre 10 a 15 UC (mil e vinte euros a mil quinhentos e trinta euros), todos os artigos do RD da FPF.

#### 4.4.2 - Processo Disciplinar: n.º 02

O presente processo disciplinar teve por base os factos relacionados com as declarações proferidas pelo arguido (na qualidade de vice-presidente da FPF) contra a honra, consideração e dignidade do Presidente da FPF, bem como dos restantes membros da direção e árbitros dos quadros da FPF.

Não foram arroladas testemunhas.

Incorre o arguido, na prática na sua forma consumada, de duas infracções disciplinares graves previstas e punidas, cada uma delas, pelas disposições conjugadas dos artigos 70.º, 119.º e 125.º do Regulamento Disciplinar da FPF, sancionado com suspensão de 1 mês a 1 ano e multa a fixar entre 10 a 20 UC.



#### **4.4.3 - Processo Disciplinar N.º 16/ Disc. – 14/15**

O processo em causa teve por base a assinatura de dois boletins de inscrição - ambos apresentados a registo e com vista à época 2014\2015.

Foram arroladas 4 testemunhas, tendo a inquirição sido realizada através do sistema de videoconferência na sede da Associação Futebol de Leiria.

Ao subscrever 2 (duas) inscrições para a mesma época desportiva de 2014/2015, por 2 (dois) Clubes diferentes, o jogador arguido cometeu a infracção disciplinar prevista no artigo 127.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento Disciplinar em vigor, incorrendo desse modo em: Pena de suspensão por 30 a 90 dias.

No entanto e uma vez que o arguido em causa no processo é menor (o que poderá mexer com a sua estabilidade emocional), e que de acordo com o seu cadastro disciplinar verifica-se nunca ter sido punido por qualquer ato inclusive atos da mesma natureza daquele que está em causa no presente processo, entendo que poderão ser circunstâncias a ter em conta no momento da aplicação da pena, incorrendo o arguido na pena mínima – pena de suspensão por 30 dias.

#### 4.4.4 - Processo Disciplinar n.º 17/ Disc. – 14/15

O processo em causa, teve por base os danos resultantes de um jogo de futsal (jogo nº 510.01.046) a contar para o campeonato nacional do 1º divisão de futsal – liga sport zone.

“Finalizado o jogo, foram verificadas algumas ocorrências na bancada e instalações sanitárias” – relativas apenas aos adeptos do clube arguido.”

Não foi apresentada defesa por parte do clube arguido – “ O prazo para apresentação de defesa por parte do Clube arguido terminava no dia 25 de Novembro de 2014. Até à presente data o mesmo ainda não apresentou qualquer defesa, nos termos do artigo 221.º, n.º 4, do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol: “A falta de apresentação de defesa no prazo fixado vale como efectiva audiência do arguido”.

- Pena de indemnização a favor do “Sporting Clube de Portugal” no valor de 1.845,00€ (mil oitocentos e quarenta e cinco euros) – cfr. Orçamentos de reparação juntos aos autos a fls. 30 a 32.

Bem como: pena de Indemnização a favor da Federação Portuguesa de Futebol de valor igual a 20% do montante da indemnização fixada ao lesado, sendo que este valor nunca pode ser inferior a 50€, nos termos do n.º 5, do artigo 173.º, do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol – ou seja 369,00€ (trezentos e sessenta e nove euros).

#### 4.4.5 - Processo Disciplinar n.º20 - 14/15

O processo em causa, teve por base os factos ocorridos durante um jogo de futsal a contar para o campeonato nacional da 1ª divisão. Factos, esses que decorreram a partir do minuto 9:45, da primeira parte. O jogo dos autos teve de ser interrompido - os adeptos de ambas as equipas envolveram-se em conflitos nas bancadas, levando a que o jogo fosse interrompido num período de 28 minutos (sendo necessário recorrer à força policial).

Foram arroladas 2 testemunhas ao processo por parte de um dos clubes arguidos, tendo a inquirição sido realizada através do sistema de videoconferência na sede da Associação Futebol do Porto e Coimbra.

Os Clubes arguidos foi objectivamente responsáveis pelos distúrbios provocados pelos seus adeptos, os quais no jogo dos autos determinaram o árbitro a dar o jogo como interrompido durante vinte e oito minutos.

Pelo exposto, incorrem os Clubes arguidos na infracção disciplinar prevista no artigo 180.º, nº 1, ex vi artigo 62.º estatui, de acordo com o artigo 179.º, nº 1: - Interdição de jogar no seu estádio a determinar entre 1 e 4 jogos, bem como no pagamento de uma multa a fixar entre 10 e 32 UC.

Prevendo ainda no n.º3 que: “Em caso de reincidência os limites das sanções são agravados para o dobro.”

**4.4.6 - Processo Disciplinar n.º56 – 13/14**

O processo em causa teve por base os factos ocorridos durante um jogo de futebol (jogo n.º 305.01.086) a contar para o campeonato de promoção de futebol feminino. Factos, esses que ocorreram em virtude de o Clube arguido ter inscrito (na ficha técnica) e utilizado uma jogadora que não preenchia as condições legais e regulamentares para a representar nesse jogo – uma vez que se encontrava a cumprir pena de suspensão.

Não foram arroladas testemunhas ao processo.

- O clube arguido é objectivamente responsável, agiu livre e conscientemente, bem sabendo que tal conduta não lhe era permitida, pelo Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol. Pelo exposto, incorre o clube arguido na infracção disciplinar prevista no artigo 54.º n.º1 a) do Regulamento Disciplinar da FPF, que prevê como sanção: derrota e multa a fixar entre 15 e 25UC.

- A jogadora arguida é objetivamente responsável, agiu livre e conscientemente, bem sabendo ao participar no jogo dos autos estaria a violar o Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol, uma vez que ainda tinha de cumprir 5 (cinco) meses de suspensão com que havia sido punida (seis meses de suspensão) pelo Conselho de Disciplina – Secção Não Profissional da FPF.

Ao participar no jogo dos autos, quando ainda tinha que cumprir pena de 5 (cinco) meses de suspensão por cumprir, incorre a jogadora arguida na infracção disciplinar prevista no artigo 141.º n.º1 do Regulamento Disciplinar da FPF, que prevê como sanção: Suspensão a determinar entre 1 a 3 meses.

**4.4.7 - Processo Disciplinar n.º44 – 13/14**

O processo em causa teve por base os factos ocorridos durante um jogo de futsal (jogo nº 521.01.118) – a contar para o campeonato nacional da 2ª divisão de futsal. Conforme consta do relatório diário de ocorrências da empresa de segurança - “Nos segundos finais do jogo dois jogadores, um de cada equipa agrediram-se um ao outro. O juiz da partida entrevistou de imediato, expulsando os dois jogadores. Perante esta situação o jogador da equipa Crecor Cortegaça iniciou uma pressão agressiva sobre o juiz da partida tendo o mesmo recuado alguns metros, mesmo assim o jogador empurrou violentamente tendo o juiz da partida caído ao chão. De pronto entrevi levantando o mesmo evitando mais agressões e ao mesmo tempo acalmar”.

Não foram arroladas testemunhas ao processo.

O jogador arguido é objectivamente responsável, agiu livre e conscientemente, bem sabendo que tal conduta não lhe era permitida, pelo Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol.

Pelo exposto, incorre o jogador arguido na infracção disciplinar prevista no artigo 132.º, nº 3 do Regulamento Disciplinar da FPF, que prevê como sanção: Suspensão a determinar entre 6 meses a 3 anos.

**4.4.8 - Processo Disciplinar n.º19 - 14/15**

70

O processo em causa teve por base os factos ocorridos no jogo nº 211.02.069, realizado em Pinhal Novo, a contar para o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Juniores “A”.

De acordo com o relatório do árbitro:

- “os Jogadores e as equipas técnicas de ambos os clubes “entraram em conflitos”
- “Face ao comportamento do jogador n.º 10 do clube arguido, e a toda a confusão instalada em campo, o público presente no recinto proferiu “palavras agressivas e injuriosas aos jogadores e equipa técnica do “xxxx”, de entre as quais consegui perceber o seguinte: “Vão para a vossa terra pretos (...)”, “Vocês deviam ter vergonha por meter esses pretos a jogar”.

Foram arroladas 3 testemunhas ao processo por parte do 1º clube (tendo a inquirição sido realizada na sede da FPF e por sistema de videoconferência na AFP), e 3 testemunhas por parte do 2º clube (tendo sido realizada a inquirição por sistema de videoconferência na AFS).

Relativamente ao 1º clube: Face à alteração da ordem e da disciplina provocadas pelos jogadores bem como equipa técnica, incorre o Clube arguido na infração disciplinar prevista no artigo 174.º do Regulamento Disciplinar da FPF (ex vi artigo 62.º) que estatui de acordo com o n.º1: Derrota (artigo 38.º); Realização de jogos à porta fechada (artigo 40.º), a fixar entre 1 e 5 (um e cinco) jogos e acessoriamente, multa a fixar entre 10 a 15 UC (mil e vinte euros a mil quinhentos e trinta euros), todos os artigos do RD da FPF.

No que toca ao 2º clube - Face à alteração da ordem de disciplina provocadas pelos seus jogadores, equipa técnica e ainda adeptos, sócios ou simpatizantes, incorre o Clube arguido na infração disciplinar prevista no artigo 174.º do Regulamento Disciplinar da FPF (ex vi artigo 62.º) que estatui de acordo com o n.º1: Derrota (artigo 38.º); Realização de jogos à porta fechada (artigo 40.º), a fixar entre 1 e 5 (um e cinco) jogo e acessoriamente, multa a fixar entre 10 a 15 UC (mil e vinte euros a mil quinhentos e trinta euros), todos os artigos do RD da FPF. Em concurso efectivo com o disposto no artigo 65.º n.º1, pois ao permitir que os seus adeptos proferissem sons de carácter racista dirigidos aos jogadores da “xxx”, o Clube arguido incorre na infração aí prevista punida com: Pena de realização de 2 a 5 jogos à porta fechada;- Pena de multa a fixar entre 10 e 50UC, sendo esta no entanto reduzida a um quarto de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 109.º do Regulamento Disciplinar em vigor.

Relativamente a este último processo – Proc.nº19/Disc.14/15), importa salientar uma questão que foi levantada pela defesa do 1º clube, que mereceu atenção, pois levanta um problema de tipicidade.

Importa começar por referir que os quadros acima indicados, são um resumo do processo instrutório por mim realizado e que face à minha qualificação, segue para CD, para ser discutido.

No entanto como é possível observar, neste caso, o 1º clube: face à alteração da ordem e da disciplina provocadas pelos jogadores bem como equipa técnica, “incorreu” na infração disciplinar prevista no artigo 174º do Regulamento Disciplinar da FPF (ex vi artigo 62º) que estatui de acordo com o nº1: Derrota (artigo 38.º); Realização de jogos à porta fechada (artigo 40.º), a fixar entre 1 e 5 (um e cinco) jogos e acessoriamente, multa a fixar entre 10 a 15 UC (mil e vinte euros a mil quinhentos e trinta euros), todos os artigos do RD da FPF.

Porém, e antes de remeter a minha decisão para o CD, e depois de efetuadas as diligências processuais necessárias, decidi alterar a sanção que iria ser atribuída ao primeiro clube.

O artigo 62.º do RD da FPF é uma norma habilitante que imputa aos clubes a responsabilidade de atos praticados por pessoas que com ele tenham uma relação funcional. Contudo e apesar do artigo mencionar, expressamente, “*com as necessárias adaptações*”, não nos podemos afastar da letra da lei.

A não ser assim tudo lá caberia e tudo poderia ser imputado ao abrigo do mesmo, e não é essa a finalidade do artigo 62.º do RD da FPF.

As imputações efetuadas ao clube arguido, com base no artigo 62.º do RD, foram motivadas pela “agressão” efetuada pelo jogador do clube arguido.

E nesse aspeto a adaptação inicial foi realizada quando se substituiu: 1. O Clube cujo sócio, adepto ou simpatizante (...), ou seja, adaptou-se, por



inclusão, o interveniente jogador. Mantendo assim a acusação estaríamos a ir mais além do que a finalidade teleológica do preceito, pois nesse caso, estar-se-ia adaptar a substância do artigo, desvirtuando-o por completo, e isso não se afigura como possível.

A construção de um novo artigo não cabe na interpretação do agente, sob pena de ilegalidade.

É necessário ter em conta que a responsabilidade disciplinar segue, subsidiariamente, os Princípios informadores vertidos no Código Penal, nos termos do artigo 13.º do RD - e as normas penais não são suscetíveis de interpretação por analogia!

Como refere o Prof. Figueiredo Dias (Direito Penal, Parte Geral, Coimbra Editora, Tomo I, págs. 175 e ss.): *«tal texto torna-se carente de interpretação, oferecendo as palavras que o compõem, segundo o seu sentido comum e literal, um quadro (e portanto uma pluralidade) de significações dentro do qual o aplicador da lei se pode mover e pode optar sem ultrapassar os limites legítimos da interpretação. Fora desse quadro, sob não importa que argumento, o aplicador encontra-se inserido já no domínio da analogia proibida»*.

O n.º2 do art.179.º do RD, in fine refere: “ (...) de forma a determinar justificadamente o árbitro a atrasar o início ou reinício do jogo ou a interromper a sua realização por período superior a 5 minutos (...) ” - decorrendo da leitura do preceito, observamos, sem margem para diversa interpretação, que só é passível de sancionamento disciplinar o comportamento que atrase o início ou reinício do jogo ou que interrompa o mesmo por período superior a 5 minutos – e não foi isso que aconteceu – no caso em concreto o árbitro deu por encerrado o encontro no seu termo, ou seja, no final do período de descontos (ou seja, a infração praticada pelo jogador do clube arguido foi efetuada depois do árbitro dar o encontro por terminado.)



Desta forma, os acontecimentos que ocorreram não cabem no âmbito da previsão do n.º1 do art.179.º do RD.

Ainda que extensiva, a primeira interpretação (colocando a hipótese da imputação cabe dentro do âmbito do art.179.º), apenas seria permitida quando interpretada em “*bonam partem*”, pois não incriminadora. Proíbe-se a interpretação extensiva das normas penais incriminadoras, de outra forma estar-se-ia a violar o Princípio da legalidade na sua decorrência “*nullum crimen nulla poena sine lege stricta*”, ou seja, de que as normas penais devem ser estritamente aplicadas - o que a manter, estaria acontecer no caso sub judice.

Leal Henriques e Simas Santos, "Código Penal anotado", 2.ª ed., pag. 93 e segs., ao dizerem que “*O limite máximo da interpretação da lei penal é o “sentido literal possível” dos termos linguísticos utilizados na redação do texto legal....Toda a interpretação que exceda este sentido literal possível....deixa de ser interpretação para se converter em criação do direito por via judicial ou doutrinal...Mesmo nos casos de “claro conteúdo literal” toda a norma jurídica necessita de ser interpretada, uma vez que o sentido jurídico de um preceito legal pode ser diferente do que o entendimento vulgar deduz de um texto aparentemente claro, devendo entender-se por interpretação a actividade destinada a compreender e a tornar compreensível o sentido jurídico de um texto*”, bem como Pereira Teotónio ("Interpretação da Lei Criminal e sua Aplicação no Tempo", RVMP, 3, XII, 48) entende ser admissível a interpretação extensiva em direito penal.

Deste modo, havendo ausência de comportamento típico, não há responsabilidade objetiva, por manifesta ausência de enquadramento normativo. Não existindo, conseqüentemente, infração disciplinar - Em homenagem ao Princípio da Legalidade, o qual tem acolhimento constitucional.

Assim, antes de remeter a minha decisão para o CD, ALTEREI A MINHA DECISÃO TENDO PROPOSTO O SEGUINTE:

74

**“CONCLUSÃO:**

*É nosso entendimento, analisando os elementos constantes do presente processo disciplinar, que a infração disciplinar prevista no artigo 179.n.º2, pela qual os clubes arguidos – Associação Desportiva de Oeiras e Vitória Futebol Clube – Futebol SAD- vêm acusados, não podem ser imputados aos mesmos, por manifesta ausência de enquadramento normativo. Existindo ausência de comportamento típico, não resultará responsabilidade objetiva para os arguidos em causa. Não existindo, consequentemente, infração disciplinar.*

*Os acontecimentos que ocorreram não cabem no âmbito da previsão do n.º1 do art.179.º do RD, dado que aquando da ocorrência, o jogo já tinha sido dado por terminado.*

*Sem infração disciplinar, não pode haver lugar à aplicação de qualquer sanção, sob pena de incorrer numa ilegalidade, por respeito ao princípio da tipicidade.*

*De acordo com o Princípio da legalidade na sua decorrência “nullum crimen nulla poena sine lege stricta” e pelo supra-referido, entendemos, que o âmbito da norma do artigo 179.º, não contempla o ocorrido no jogo dos autos, sendo que a este propósito deve decair a acusação pela qual os arguidos vem acusados, não havendo lugar à aplicação de qualquer sanção disciplinar.*

*Pelo exposto,*

*- Relativamente à arguida XXX – (1º Clube), deve ser o presente Processo Disciplinar arquivado, não havendo lugar à aplicação de qualquer sanção disciplinar.*

*- No que diz respeito ao 2º clube – YYY: Refira-se que, apesar de todos os considerandos feitos na defesa apresentada, o arguido apenas alega que os atos em apreço, não correspondem totalmente à realidade, concluindo-se portanto que os mesmos não apresentam valor probatório suficiente que ilidam a veracidade do relatório de jogo.*

*De acordo com o regulamento disciplinar aplicável, o clube arguido é objetivamente responsável pelos atos praticados.*

75

*É nosso entendimento, analisando os elementos constantes do presente processo disciplinar - estar provada a prática da infração disciplinar revista no artigo 65.º do RD da FPF.*

*Ao permitir que os seus adeptos proferissem sons de caráter racista dirigidos aos jogadores da Associação Desportiva de Oeiras, o Clube arguido incorre na infração disciplinar prevista no artigo 65.º, n.º 1, do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol – como foi supra-referido- incorrendo deste modo na sanção: de pena de realização de 2 a 5 jogos à porta fechada, assim como pena de multa a fixar entre 10 e 50UC, sendo esta no entanto reduzida a um quarto de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 109.º do Regulamento Disciplinar em vigor.*

*- Em caso de condenação, quanto a custas deverá ser tido em conta, o disposto nos artigos 25.º, 26.º e 27.º do Regimento do Conselho de Disciplina.*

*-Em face do que antecede, vão os autos ser presentes ao Exmo. Conselho de Disciplina – Secção Não Profissional para, em seu duto critério, apreciar e decidir como melhor entender.”*

**4.4.9 - Processo Disciplinar n.º 25 - 14/15**

76

O processo em causa teve por base os factos ocorridos no dia, 29 de Novembro de 2014, jogo nº 260.04.051 – a contar para o Campeonato Nacional de Seniores. Factos, esses que ocorreram em virtude de jogador arguido ter agredido violentamente o 1.º árbitro - com uma cabeçada no nariz - bem como ter proferido ofensas à reputação do mesmo.

Não foram arroladas testemunhas ao processo.

O jogador arguido é objetivamente responsável, agiu livre e conscientemente, bem sabendo que tais condutas não lhe eram permitidas, pelo Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol.

Por ter agredido fisicamente um elemento da equipa de arbitragem, incorre o jogador arguido na infração disciplinar prevista no artigo 132.º, nº 1 do Regulamento Disciplinar da FPF, que prevê como sanção: Suspensão a determinar entre 1 a 4 anos.

Assim como ao ter difamado e proferido ofensas à reputação de um elemento da equipa de arbitragem, incorre o jogador arguido na infração disciplinar prevista no artigo.º 139, nº 1 e 2 do Regulamento Disciplinar da FPF, que prevê como sanção: Suspensão a determinar entre 4 e 10 jogos.

## 4.5 - O Dever de Adaptação Estatutário – Cumprimento de deveres estatutários por parte dos sócios ordinários da FPF

77

### 4.5.1 - O que é um Dever?

O dever jurídico “é uma situação jurídica passiva, que determina, para uma pessoa, a necessidade de praticar ou não praticar determinado facto.”<sup>72</sup>

#### Dever jurídico de adaptação estatutário

Neste caso o dever jurídico é um dever contratual, que emerge do contrato associativo através dos estatutos da FPF, estatutos esses que estabelecem direitos e deveres recíprocos para com os seus associados, as associações distritais e regionais de futebol. Este dever consubstancia uma vinculação ou limitação imposta aos sócios ordinários da FPF. O dever tem de ser cumprido, sob pena de sanção jurídica.

#### 4.5.1.1 - O que é Adaptar?



<sup>72</sup> PRATA, Ana - Dicionário jurídico – 2ª edição – Coimbra, Almedina, 1989.

#### 4.5.2 - O Dever de Adaptação Estatutário

78

O dever de adaptação radica nos Estatutos, e vem previsto em algumas normas dos Estatutos da FPF como por exemplo artigo 13.º - referente aos “deveres dos sócios”.

No trabalho em causa, a palavra “adaptar” surge no contexto de uma alteração legislativa - alteração do regime jurídico das federações desportivas. O Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de Junho, vem a impor o prazo de 120 dias para as federações desportivas adaptarem os seus estatutos. Face a essa obrigatoriedade imposta pela lei, todas as Federações Desportivas tiveram que adaptar os seus estatutos de acordo com o estabelecido nesse dispositivo legal.

Uma vez adaptados os estatutos da FPF<sup>73</sup>, e de acordo com o disposto no artigo 102.º, as associações, na qualidade de sócias ordinárias da FPF, encontram-se, por sua vez, obrigadas a “adaptar os seus estatutos e a enviá-los à FPF”, no prazo de seis meses, a contar da data de publicação dos estatutos da FPF.

Ora, esta situação coloca uma pertinente questão que é sabermos qual é a data da publicação?

A partir de que data, a partir da qual, começa o correr o prazo para as ARD's terem os seus estatutos adaptados?

Nos termos da regulamentação federativa, o prazo começa a correr com a publicitação dos estatutos. No entanto, na minha opinião, não podemos considerar publicados, os novos estatutos federativos, uma vez que os mesmos não foram publicados em Comunicado Oficial, como deveria ter acontecido. Os estatutos da FPF, apenas foram colocados no site oficial da Federação, sendo que levanta-se alguma dúvida quanto a podermos

---

<sup>73</sup> Estatutos aprovados dentro do prazo previsto – aprovados em AG de 18 de Outubro de 2014 (escritura pública realizada a 25 de Novembro de 2014).

considerar publicados os referidos estatutos. De qualquer das maneiras, vamos considerar, a data da publicação do sítio oficial da FPF, como a data da publicação.

79

Nesse sentido, considera-se para o efeito o dia 27 de Novembro de 2014, em complemento à publicação dos estatutos no portal de justiça, o que ocorreu no dia 26 de Novembro de 2014.

Assim, tendo as ARD's o prazo de seis meses para realizar essa harmonização estatutária, a partir da data acima mencionada, as mesmas têm até ao dia 27 de Maio de 2015 para proceder às devidas alterações.

O período legal de seis meses, para essa adaptação estatutária, constitui um prazo perentório e obrigatório, imposto pela FPF, a ter em conta por parte dos sócios ordinários – as associações regionais e distritais de futebol.

A fixação legal desse período de tempo (seis meses) teve/tem em vista permitir o conhecimento e a adaptação às novas regras, por parte das diversas ARD's, e permitir que as mesmas se possam adequar ao novo enquadramento normativo delineado pela FPF, em consequência das diversas alterações que lhe foram impostas pelo Estado.

Em qualquer caso, até essa data, manter-se-ão aplicáveis, as disposições estatutárias atualmente vigentes nas ARD.

Assim sendo, até ao dia 27 de maio de 2015, todas as associações regionais e distritais de futebol têm que ter os seus estatutos adaptados, de acordo com os estatutos da FPF, sob pena de incumprimento de deveres estatutários.

Uma vez esgotado o prazo indicado, as ARD's, estas ficarão sujeitas à aplicação de medidas sancionatórias por parte da FPF.

#### 4.5.2.1 - Estatutos: quem vincula?

80

Os Estatutos são importantes na vida de uma associação e vinculam os seus associados. São importantes porque, desde logo, determinam a regulamentação detalhada da associação, como o professor Manuel de Andrade <sup>74</sup> assim o refere são “*como que o seu «ordenamento constitucional», ou seja, «o complexo das normas que regulam de modo abstracto para o futuro a estrutura interna»*” do ente associativo bem como do seu modo de funcionamento.

A importância dos estatutos são, ainda, objeto de definição e reflexão por parte de outros autores, ilustrando-se pelos exemplos seguintes:

*“É o conjunto de regras fixadas, em principio, pelas pessoas que intervieram na constituição de uma pessoa colectiva, e pelas quais esta se rege. Os Estatutos são fixados pelos associados no acto de constituição quanto às associações.”<sup>75</sup>*

Os Estatutos pretendem então “*marcar o futuro da associação através de cláusulas que definem os direitos e deveres dos associados, as condições da sua admissão e exclusão, a organização o funcionamento, o regime financeiro e a extinção da associação. É este o conjunto de cláusulas integrantes do contrato de associação que o artigo 167.<sup>o</sup><sup>76</sup> designa, embora de modo pouco preciso, como os estatutos da associação.”<sup>77</sup>*

---

<sup>74</sup> (Ferrara, Le Persone giuridiche, pág. 177.) – Teoria geral da relação jurídica, vol. I, sujeitos e objecto, coimbra 1997, Manuel A. Domingues de Andrade.

<sup>75</sup> PRATA, Ana - Dicionário Jurídico – 2ª edição, Coimbra, Almedina, 1989.

<sup>76</sup> Artigo 167.<sup>o</sup> do Código Civil - (Acto de constituição e estatutos) “1. O acto de constituição da associação especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa colectiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado. 2. Os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa colectiva e consequente devolução do seu património.”

<sup>77</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de – Contratos III – Contratos de Liberalidade, Cooperação e de Risco – 2ª edição, Almedina - 2013.



O vínculo associativo nasce através das relações que se estabelecem no contrato de associação, que radica dos estatutos. Estes por sua vez vinculam os sócios – associados.

Mas até que ponto pode ir esse vínculo associativo?

O artigo 13.º dos estatutos da FPF, menciona nas alíneas c) do seu nº2, e alínea d) do n.º3 o seguinte:

2. “Os Sócios da FPF têm os seguintes deveres: **“Harmonizar os seus Estatutos e Regulamentos com os Estatutos e Regulamentos da FPF,** ressalvadas as especificidades próprias de cada um e os casos em que a autonomia regulamentar resulte da lei”;

3. “São também deveres específicos dos Sócios Ordinários:

d) Submeter à Direcção da FPF **as suas normas estatutárias** para verificação da **sua conformidade com os estatutos da FPF, da UEFA e da FIFA.**”

#### **4.5.2.2 - Harmonizar? Até que ponto o vínculo associativo pode impor que todos os associados tenham os seus estatutos conformes/harmonizados com os da FPF?**

Para isso importa compreender qual a natureza dos poderes exercidos por parte das ARD's e, face a isso, perceber qual o grau de harmonização a ter em conta.

Se entendermos que as associações exercem poderes públicos (exercerem aquelas que são detentoras de UPD) devemos adotar uma conceção maximalista, sendo que, nessa situação, a harmonização tem de ser realizada, ou seja, as associações têm que harmonizar/adaptar os seus estatutos, na mesma medida em é imposto pelo Estado para as Federações desportivas. Pelo contrário, se considerarmos que as ARD's não exercerem poderes públicos, deverá adotar-se uma posição mais

restrita, minimalista, em que a harmonização a ser feita não tem de ser total, tendo apenas que se ter em consideração o regime que lhe é imposto enquanto associação.

Não nos podemos esquecer que nas associações existe autonomia no que respeita à decisão de criar a pessoa coletiva e de modelar os seus estatutos, com respeito embora pelos preceitos injuntivos da lei<sup>78</sup>, tendo estas, através do art.46.º, n.º2 da CRP, o direito de prosseguirem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas, ou seja, são detentoras de uma autonomia estatutária ou de organização interna.

É direito fundamental das associações, ter autonomia para fazer os seus estatutos, tendo liberdade de atuação de acordo com a lei, assim como direito de “auto-organização” para prosseguir livremente os seus fins.

Uma vez que todas as associações, exercerem poderes de natureza pública (são titulares do estatuto de utilidade pública desportiva -UPD), a posição adotada é a maximalista.

Este dever de harmonização/adaptação tem que ser entendido como um verdadeiro dever<sup>79</sup>, e levado em conta por parte das ARD's, sob pena de incorrerem em sanções face ao seu incumprimento – não harmonização - como aconteceu com algumas federações, como o caso da Federação Portuguesa de Futebol e Federação Portuguesa de Vela, por razões de

---

<sup>78</sup> VASCONCELOS, Pedro Pais de – Teoria Geral do Direito Civil – 5ª edição, Coimbra, Almedina.2008.

<sup>79</sup> **É um dever próprio da organização do Futebol?** Parece que não, analisados alguns estatutos de diversas entidades, concluímos não ser um dever próprio do futebol. Exemplos como: Federação Portuguesa de Basquetebol, em que prevê nos seus estatutos, no artigo 11º como deveres dos Sócios ordinários - “b) Compatibilizar os seus Estatutos e Regulamentos com a legislação vigente e com as normas técnicas do Basquetebol”; de igual modo a Federação Portuguesa de Patinagem, que prevê nos seus estatutos um Artigo 20º, onde refere como deveres dos membros ordinários “1.6 Harmonizar os seus estatutos e regulamentos com os estatutos e regulamentos da Federação de Patinagem de Portugal”, bem como nos Estatutos da União Geral de Trabalhadores também vem previsto este dever de adaptação – no art. 15º nº2 que menciona como “deveres específicos: b) Conformar os seus estatutos aos princípios e regras de organização democrática contidos nos presentes estatutos”. Portanto como podemos observar, este dever de adaptação não se cinge somente á realidade da organização do futebol.

incumprimento viram o seu estatuto de utilidade publica desportivo suspenso (por não terem adequado os seus estatutos ao Regime Jurídico das Federações Desportivas - RJFD).

83

Importa referir que o grau de harmonização que vai ser adotado, no capítulo referente ao confronto de normas estatutárias (entre as diversas associações e a FPF) vai ser “total”, ou seja o critério escolhido vai ser o referente ao da posição maximalista, tratando-se de uma harmonização total em que o que é imposto para a FPF, será imposto, de igual modo, para as ARD's.

#### **4.5.3 - Sanções face ao incumprimento do Dever de Adaptação?**

A violação dos deveres dos associados, nomeadamente a violação do dever de adaptação estatutário – art.13º, n.º4 dos estatutos da FPF -, pode acarretar a aplicação de medidas sancionatórias, como por exemplo, uma medida de suspensão, nos termos do art.14.º dos estatutos da FPF, e chegar mesmo a uma medida de expulsão (art. 15.º) se estiver em causa, entre outros, a alteração ou violação das “condições estabelecidas para a sua admissão”, enquanto associado, ou se violar “reiteradamente de forma muito grave os estatutos (...) da FPF.”

Relativamente à sanção de suspensão, esta vem prevista no artigo 14.º dos estatutos da FPF, mencionando ser da competência da Assembleia Geral a suspensão dos Sócios Ordinários da FPF.

Refere o n.º2 que a proposta de suspensão do Sócio Ordinário deve ser apresentada ao Secretário-geral por outro Sócio Ordinário ou pela Direção da FPF.

Por sua vez, o Secretário-geral notifica o Sócio Ordinário visado, que tem o prazo de quinze dias para apresentar a sua defesa escrita (de acordo com o n.º3 do mesmo preceito).

Estatui o n.º4 do referido artigo que a *“defesa apresentada pelo Sócio Ordinário visado ou a menção de que o mesmo a não produziu embora para tal notificado, acompanha, obrigatoriamente, o aviso convocatório da Assembleia Geral.”*

Mencionando que a deliberação da Assembleia Geral deve especificar o prazo da suspensão e a condição a que fica sujeita (nº5).

No caso de se tratar de uma Associação Distrital ou Regional e da LPFP, o n.º 6 prevê que a suspensão não pode afetar o normal funcionamento das provas e atividades por elas promovidas e organizadas; referindo ainda que a suspensão de um Sócio Ordinário não pode ter duração superior a seis meses, nos termos do n.º7.

“A Direcção pode suspender provisoriamente o Sócio Ordinário que tenha violado de forma grave e reiterada os seus deveres e se mantenha nessa situação após ter sido interpelado pela FPF com a cominação de que esse incumprimento pode determinar a sua suspensão.” – n.º 8 do art. 14º dos estatutos da FPF.

De acordo com os n.º 9 e n.º10 do referido artigo *“A suspensão provisória não pode exceder, em caso algum, o prazo de trinta dias, durante o qual será marcada Assembleia Geral que levante a suspensão ou determine a sua duração, seguindo-se o procedimento previsto nos n.ºs 3 e 4. E que a suspensão provisória de um Sócio Ordinário não o isenta do cumprimento de todas as obrigações financeiras para com a FPF e/ou qualquer um dos seus Sócios, mas conduz à suspensão de todos os seus direitos.”*

O artigo 15.º dos estatutos da FPF prevê a sanção de expulsão de um Sócio Ordinário da FPF que:

- *“Não tenha cumprido as suas obrigações financeiras para com a FPF”* (n.º1);

- *“Altere ou viole as condições estabelecidas para a sua admissão”* (n.º 2);
- *“Viole o disposto no artigo 79.º dos presentes estatutos”* (n.º 3);
- *“Viole reiteradamente de forma muito grave os estatutos, directivas ou decisões da FIFA, da UEFA ou da FPF”* (n.º 4).

Refere o n.º 1 do mesmo artigo, que a expulsão é da competência da Assembleia Geral, mencionando o n.º 2 que *“A proposta de expulsão de Sócio Ordinário deve ser apresentada ao secretário-geral pela Direcção ou por Sócio Ordinário, aplicando-se os n.ºs 3 e 4 do artigo anterior.”*

Aludindo o n.º3 ao facto de que *“A expulsão de Sócio Ordinário depende da aprovação de dois terços dos votos dos Delegados presentes na Assembleia Geral”*.

#### **4.5.4 - Qual a postura da FPF e seus associados face ao cumprimento de deveres estatutários?**

Face a uma possível violação de deveres, cabe questionar, tendo por base o plasmado nos Estatutos da FPF, qual a posição da Federação e dos seus associados, face ao incumprimento dos Deveres Estatutários?

A título de exemplo, ilustra-se a seguinte situação: após aprovação dos novos estatutos e regulamento disciplinar da FPF, se esta, alguma vez solicitou aos seus filiados (associações) que enviassem os seus Estatutos para Homologação?

É hábito? Existem penalizações?

Ao longo do estágio pude perceber que a FPF não tem qualquer tipo de procedimento relativo às matérias em questão. Apesar de alguns dos deveres dos sócios serem: “

- a) “Comunicar à FPF qualquer alteração aos seus estatutos e regulamentos (...)” assim como
- b) “ Submeter à Direcção da FPF as suas normas estatutárias para verificação da sua conformidade com os estatutos da FPF”,

86

A Federação não exerce qualquer tipo de controlo ou fiscalização, nem solicita aos seus filiados os seus estatutos para homologação ou verificação de conformidade, ou qualquer alteração que possa ter ocorrido. Apenas analisa os que são voluntariamente enviados pelos seus associados, verificando-se que mesmo nesses casos, não existe um procedimento predefinido.

Deste modo, conclui-se que não chega sequer a existir, qualquer penalização pelo incumprimento desses deveres estatutários (dever de adaptação), quer por parte da FPF, quer por parte dos associados.

O que se retira desta situação é a existência de uns estatutos, que fixam e definem um conjunto de regras, mas que, na prática, são constantemente violadas sem existir qualquer tipo de procedimento consequente ou alguma penalização para os infratores.

#### **4.5.5 - Será que as diversas Associações Regionais e Distritais de Futebol já começaram adaptar os seus estatutos de acordo com os estatutos federativos?**

Quer o “Artigo 3.º”, da alteração imposta ao atual Regime Jurídico das Federações Desportivas - Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de Junho - que vem a impor: “o prazo de 120 dias para as federações desportivas adaptarem os seus estatutos”, como o “Artigo 102º” dos estatutos da FPF “Os Sócios Ordinários estão obrigados a adaptar os seus estatutos aos presentes e a enviá-los à FPF no prazo de seis meses contados da

publicação a que se refere o artigo seguinte” falam em “Adaptação de estatutos”.

87

No âmbito do objeto de investigação e para uma melhor perceção quanto à circunstância de sabermos se as ARD's já estão a proceder à revisão / adaptação estatutária (que lhe foi imposta, como consequência da alteração do RJFD), foi elaborado por mim, um questionário, que foi enviado às diversas Associações Regionais de Futebol, para que estas se pronunciassem quanto a essa temática e apresentassem o seu contributo para o presente estudo.

### **Questionário:**

#### **“Alteração do RJFD – Prazo de 120 dias”**

*Face à alteração imposta ao atual Regime Jurídico das Federações Desportivas - Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de Junho - que vem a impor: “o prazo de 120 dias para as federações desportivas adaptarem os seus estatutos”, acarretando como efeito – o dever de adaptação Estatutário e Regulamentar, por parte dos sócios ordinários da FPF.*

*Questionou-se as diversas Associações (22 Associações) sobre as seguintes perguntas:*

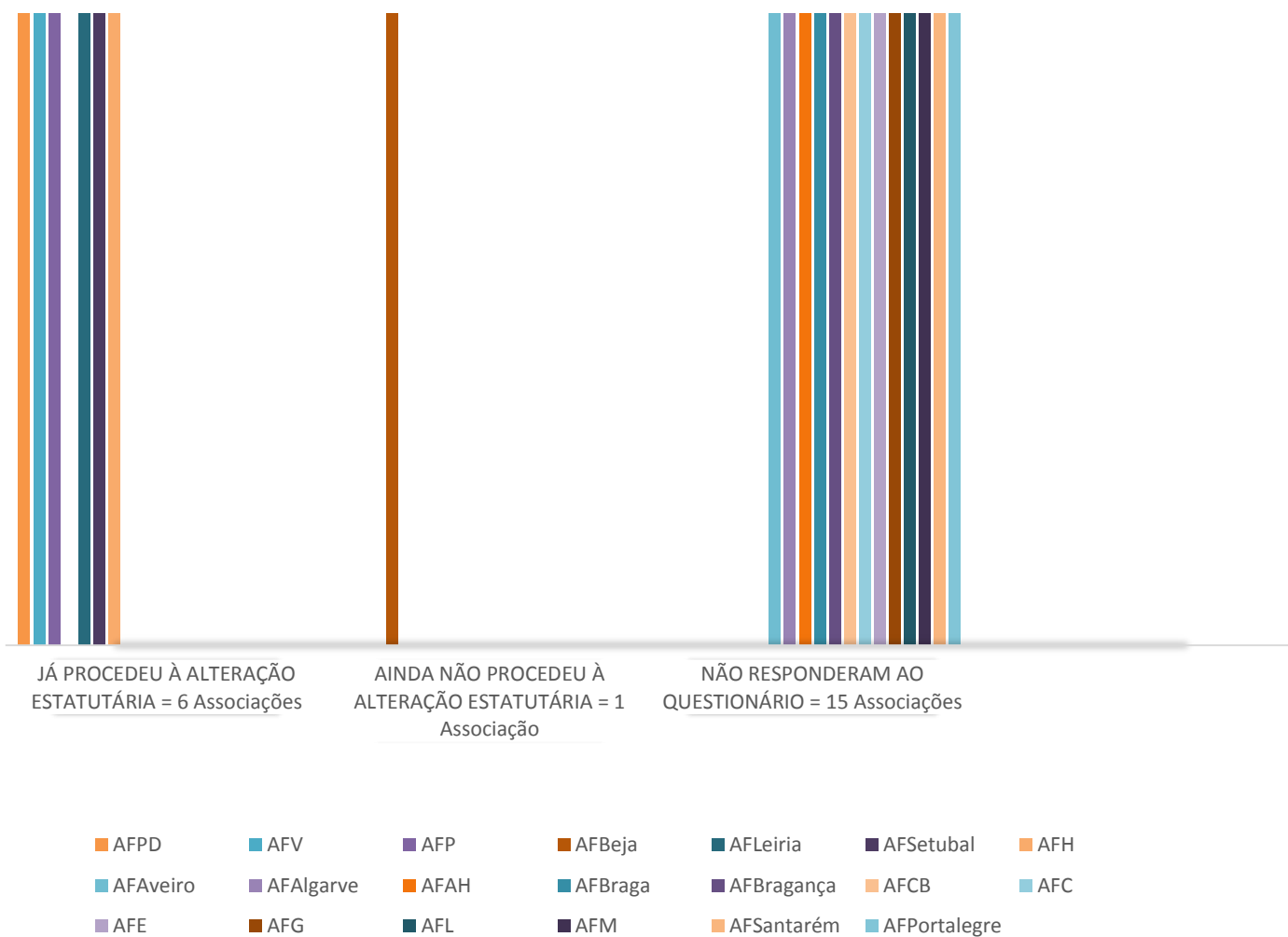
- 1) Já procedeu à adaptação dos Estatutos e Regulamentos (Disciplinar) no prazo indicado? Em caso negativo, qual o motivo?*
- 2) Já adaptou os Estatutos, mas não adaptou o Regulamento Disciplinar? Qual o motivo?*
- 3) Já adaptou o Regulamento Disciplinar, mas não adaptou os Estatutos? Qual o motivo?*
- 4) Já adaptou os Estatutos e o Regulamento Disciplinar, mas não os submeteu a homologação da FPF?”*

Do questionário enviado às 22<sup>80</sup> associações, apenas vamos ter em conta a pergunta 1) no que se refere à parte dos estatutos – “já procederam à adaptação dos Estatutos (...) no prazo indicado?”

88

Através das diversas respostas examinadas conclui-se o seguinte:

### Dever de Adaptação Estatutário



<sup>80</sup> Sendo que das vinte e duas associações regionais e distritais de futebol apenas se conseguiu obter resposta de 7 (sete): Associação de Futebol do Porto; Associação de Futebol de Viseu; Associação de Futebol de Ponta Delgada; Associação de Futebol de Beja; Associação de Futebol de Leiria; Associação de Futebol de Setúbal e Associação de Futebol da Horta.



Até à data<sup>81</sup>:

89

- ❖ **Procederam à adaptação dos estatutos as associações:** AFPD; AFLeiria; AFP; AFV; AFSetúbal; AFH.
- ❖ **Não procederam as associações:** AFBeja

#### 4.5.6 - Confronto Estatutário: Estatutos da FPF Vs Estatutos da ARD's – estão harmonizados?

Uma vez que o prazo para adaptação estatutário ainda está a correr<sup>82</sup> e não é possível perceber se elas cumprem efetivamente com esse dever, decidi fazer um confronto estatutário (à data) para perceber se as associações tem harmonizados os seus estatutos de acordo com os estatutos da FPF. Para isso foram escolhidos 2 temas: “Organização” e “Resolução de litígios - Arbitragem e tribunal Arbitral”

	AFAveiro	Conforme?	AfFAlgarve	conforme?
<b>Órgãos</b>	art. 8º	desconforme	art. 8º	desconforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 17º	conforme	art. 13º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 9º, nº 2	desconforme	art. 9º, nº 4	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	art. 13º	conforme	n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 9º	desconforme	art. 9º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 21º	desconforme	art. 18º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 33º	desconforme	art. 34º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 36º	desconforme	art. 37º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 41º	desconforme	art. 45º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 45º	desconforme	n/c	
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 46º	desconforme	art. 60º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 47º	desconforme	n/c	
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 49º	conforme	art. 50º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 51º	desconforme	n/c	
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 52º	desconforme	art. 52º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 42º	desconforme	n/c	
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 44º	desconforme	art. 57º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdicção</b>	n/c		n/c	

<sup>81</sup> Em anexo seguem as respostas (na íntegra) e algumas dúvidas colocadas pelas ARD's.

<sup>82</sup> Termina no dia vinte sete de Maio de dois mil e quinze.

	<b>AFAH</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFBeja</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 8º	desconforme	art. 8º	conforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 9º, nº 4	desconforme	art. 11º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 9º, nº 8	desconforme	art. 9º, nº 2	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	art. 14º	desconforme	n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	n/c		art. 9º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 19º	desconforme	art. 18º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 24º	desconforme	art. 29º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 33º	desconforme	art. 34º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 37º	desconforme	art. 36º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 45º	desconforme	art. 53º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 47º	desconforme	art. 54º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 48º	desconforme	art. 46º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 50º	conforme	art. 47º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 42º	desconforme	art. 43º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 44º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 52º	desconforme	art. 49º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 54º	desconforme	art. 50º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

	<b>AFBraga</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFBragança</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 9º	conforme	art. 9º	desconforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 12º	conforme	art. 12º	conforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 11º, nº 3	desconforme	art. 11º, nº 3	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 11º	desconforme	art. 11º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 18º	desconforme	art. 18º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 23º	desconforme	art. 23º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 35º	desconforme	art. 35º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 37º	desconforme	art. 37º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 48º	desconforme	art. 48º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 49º	desconforme	art. 49º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 51º	desconforme	art. 51º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 52º	conforme	art. 52º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 44º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 45º	desconforme	art. 45º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 57º	desconforme	art. 57º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 59º	desconforme	art. 58º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

	<b>AFCB</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFCoimbra</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 9º	conforme	art. 8º	conforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 11º	conforme	art. 10º	conforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 10, nº 4	desconforme	rt. 9º, nº 3 e	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 10º	conforme	art. 9º	conforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 17º	desconforme	art. 16º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 21º	desconforme	art. 20º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 33º	desconforme	art. 31º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 37º	desconforme	art. 35º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 49º	desconforme	art. 47º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 50º	desconforme	art. 48º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 52º	desconforme	art. 50º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 53º	conforme	art. 51º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 45º	desconforme	art. 43º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 46º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 58º	desconforme	art. 56º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 59º	desconforme	art. 57º	conforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

	<b>AFE</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFG</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 9º	conforme	art. 9º	desconforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 12º	conforme	art. 11º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 11º, nº 3	desconforme	art. 10º, nº 2	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 11º	desconforme	art. 10º	conforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 18º	desconforme	art. 16º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 23º	desconforme	art. 20º	desconforme
<b>Presidente</b>	art. ?		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 35º	desconforme	art. 31º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 37º	desconforme	art. 32º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 48º	desconforme	art. 48º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 49º	desconforme	art. 49º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 51º	desconforme	art. 42º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 52º	conforme	art. 43º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	rt. 44º, art. 47º	conforme	art. 53º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 45º	desconforme	art. 54º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 57º	desconforme	art. 56º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 58º	desconforme	art. 57º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

	<b>AFH</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFLeiria</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 8º	desconforme	art. 10º	conforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 11º	conforme	art. 12º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 10º, nº 4	desconforme	art. 11º, nº 4	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		art. 14º	desconforme
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		art. 18º	conforme
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 10º	desconforme	art. 10º	conforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 17º	desconforme	art. 22º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 22º	desconforme	art. 31º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		art. 32º	desconforme
<b>Composição da Direção</b>	art. 34º	desconforme	art. 33º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 36º	desconforme	art. 35º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 44º	desconforme	art. 48º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 45º	desconforme	art. 49º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 47º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 48º	conforme	art. 45º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 40º	desconforme	art. 40º e 41º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 41º	desconforme	art. 42º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 50º	desconforme	art. 46º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 51º	desconforme	art. 47º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		art. 65º	conforme

	<b>AFLisboa</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFM</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 11º	desconforme	art. 8º	desconforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 13º	conforme	art. 12º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 12º, nº 4	desconforme	art. 9º, nº 2	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	art. 14º	conforme	n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 12º	conforme	art. 9º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 18º	desconforme	art. 17º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 37º	desconforme	art. 29º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 41º e seguintes	desconforme	art. 32º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 52º	desconforme	art. 40º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 53º e ss.	desconforme	art. 43º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 61º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 70º a 75º	desconforme	art. 43º e 44º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 77º	conforme	art. 45º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 86º e ss.	desconforme	art. 41º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 92º	desconforme	art. 42º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 62º e ss.	desconforme	art. 50º e 51º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 68º	desconforme	art. 52º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	art. 93º	conforme	n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c	n/c	n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c	n/c	n/c	
<b>Jurisdição</b>	art. 93º	conforme	n/c	

	<b>AFPD</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFPortalegre</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 9º	desconforme	art. 8º	desconforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 17º	desconforme	art. 13º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 10, nº 4	desconforme	art. 9, nº 2	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	art. 14º	desconforme	n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 10º	desconforme	art. 9º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 24º e 31º	desconforme	art. 18º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 39º	desconforme	art. 29º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 42º	desconforme	art. 32º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 46º	desconforme	art. 38º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 65º e 66º	desconforme	art. 48º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 67º	desconforme	art. 49º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 51º e 52º	desconforme	art. 41º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 53º	conforme	art. 42º	desconforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 55º	desconforme	art. 39º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 59º	desconforme	art. 40º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 61º e 62º	desconforme	art. 43º e 44º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 63º	desconforme	art. 46º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

	<b>AFP</b>	<b>cconforme?</b>	<b>AFSantarém</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 9º	desconforme	art. 10º	conforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 12º	conforme	art. 14º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 11º	desconforme	art. 11, nº 2	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		art. 12º	desconforme
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		art. 16º	desconforme
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 11º	desconforme	art. 11º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 19º	desconforme	art. 19º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 23º	desconforme	art. 27º	desconforme
<b>Presidente</b>	art. 37º??		art. 28º	desconforme
<b>Composição da Direção</b>	art. 35º	desconforme	art. 29º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 36º	desconforme	art. 31º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 44º	desconforme	art. 34º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 45º	desconforme	art. 35º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 51º	desconforme	art. 40º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 52º	conforme	art. 41º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 47º e 50º	conforme	art. 37º e 38º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 48º	desconforme	art. 39º	conforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 54º e 55º	desconforme	art. 42º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 56º ?	conforme	art. 43º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		art. 55º e 56º	conforme
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		art. 55º	conforme



	<b>AFSetúbal</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFVC</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 7º	desconforme	art. 12º	desconforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 15º	conforme	art. 14º	conforme
<b>Incompatibilidades</b>	rt. 8º, nº 2,3 e	desconforme	art. 13º, nº 3	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		n/c	
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		n/c	
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 8º	desconforme	art. 13º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 18º	desconforme	art. 22º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 30º	desconforme	art. 25º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		n/c	
<b>Composição da Direção</b>	art. 33º	desconforme	art. 32º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 40º	desconforme	art.33º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 54º e 57º	desconforme	art. 47º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 62º	desconforme	art. 48º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 41º	desconforme	art. 41º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 44º	conforme	art. 42º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 49º e 50º	desconforme	art. 37º e 40º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 54º	desconforme	art. 38º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 46º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 48º	desconforme	art. 45º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	art. 76º	conforme	n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

	<b>AFVR</b>	<b>conforme?</b>	<b>AFV</b>	<b>conforme?</b>
<b>Órgãos</b>	art. 9º	desconforme	art. 9º	conforme
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 12º	conforme	art. 11º	desconforme
<b>Incompatibilidades</b>	art. 11º, nº 4	desconforme	art. 10, nº 3	desconforme
<b>Dos órgãos da FPF</b>	n/c		n/c	
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	n/c		art. 14º	desconforme
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	n/c		art. 17º	desconforme
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 11º	conforme	art. 10º	desconforme
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 18º e 30º	desconforme	art. 21º e 27º	desconforme
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art.23º	desconforme	art. 33º	desconforme
<b>Presidente</b>	n/c		art. 34º	desconforme
<b>Composição da Direção</b>	art. 35º	desconforme	art. 35º	desconforme
<b>Competência da Direção</b>	art. 37º	desconforme	art. 37º	desconforme
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 48º	desconforme	art.55º	desconforme
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 49º	desconforme	art. 56º	desconforme
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	n/c		n/c	
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 51º	desconforme	art. 47º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 52º	conforme	art.48º	conforme
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 44º e 48º	conforme	art. 42º e 43º	conforme
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art.45º	desconforme	art. 44º	desconforme
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 57º	desconforme	art. 49º	desconforme
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art.58º	desconforme	art. 50º	desconforme
<b>Arbitragem</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral</b>	n/c		n/c	
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	n/c		n/c	
<b>Jurisdição</b>	n/c		n/c	

**Nota:** a harmonização foi realizada de acordo com a correspondência às normas da FPF

	<b>FPF</b>
<b>Órgãos</b>	art. 20º
<b>Requisitos para a eleição de titulares dos órgãos</b>	art. 21º
<b>Incompatibilidades</b>	art. 23º
<b>Dos órgãos da FPF</b>	art. 24º
<b>Deveres dos titulares dos órgãos</b>	art. 25º
<b>Destituição por violação grave dos deveres estatutários</b>	art. 30º
<b>Duração dos mandatos e limites de renovação</b>	art. 34º
<b>Definição e composição da Assembleia Geral</b>	art. 35º
<b>Competência da Assembleia Geral</b>	art. 39º
<b>Presidente</b>	art. 48º
<b>Composição da Direção</b>	art. 49º
<b>Competência da Direção</b>	art. 51º
<b>Conselho Fiscal - Composição e Funcionamento</b>	art. 54º
<b>Competência do Conselho Fiscal</b>	art. 55º
<b>Órgãos Jurisdicionais</b>	art. 56º
<b>Conselho de Disciplina - Composição e Funcionamento</b>	art. 57º
<b>Competência do Conselho de Disciplina</b>	art. 58º
<b>Conselho de Justiça - Composição e Funcionamento</b>	art. 59º
<b>Competência do Conselho de Justiça</b>	art. 60º
<b>Conselho de Arbitragem - Composição e funcionamento</b>	art. 61º
<b>Competência do Conselho de Arbitragem</b>	art. 62º
<b>Arbitragem</b>	art. 76º
<b>Tribunal Arbitral</b>	art. 77º
<b>Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana</b>	art. 78º
<b>Jurisdição</b>	art. 79º

#### 4.5.7 - Considerações:

Através da análise dos dados recolhidos, verifica-se que a totalidade das Associações Regionais, apresentam uma desconformidade perante as normas estatutárias da FPF.

A tabela que se elaborou carece, porém, de interpretação, para que se decodifique o resultado obtido. Desde logo, deverá referir-se que a patente desconformidade das Associações Regionais deve-se ao facto de

o critério utilizado ter sido o da “posição maximalista”, ou seja um acompanhamento próximo e rigoroso da regulamentação federativa.

96

No entanto, como supradito, o critério a adotar dificilmente poderia ser diferente, na medida em que as Associações Regionais são detentoras de UPD, isto é, exercem poderes de natureza pública e tal qualidade determina uma obrigação de harmonização estatutária.

Assim, a pesquisa realizada é elucidativa no que concerne à não conformidade das Associações com a realidade Federativa. Quer isto significar que, a esta data, nenhuma das vinte e duas Associações Regionais tem os seus Estatutos harmonizados com a FPF.

Sem prejuízo de se poder efetuar uma avaliação mais pormenorizada, o que será possível pela análise da tabela supra, esta circunstância é perfeitamente visível através, de entre outros exemplos, como inexistência da figura de Presidente da Associação nos termos definidos no art. 20.º, dos Estatutos da FPF; destituição por violação grave de deveres estatutários, como previsto no art.30.º dos Estatutos da FPF ou ausência praticamente completa e relativa ao capítulo da Resolução de litígios - Arbitragem e tribunal Arbitral, que comporta os subtemas da “Arbitragem”, “Tribunal Arbitral”, “Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana” e o da “Jurisdição”, conforme dispõe o art. 76.º e seguintes dos Estatutos da FPF.

Quanto a esta questão em concreto, da possibilidade de resolução de litígios por arbitragem, sempre se poderá dizer que é um capítulo fulcral, que deve merecer atenção por parte das diversas associações pela extrema importância que ostenta ainda mais agora, com a criação de um tribunal arbitral do desporto – o TAD.



Nos termos da Lei da Arbitragem Voluntária, no seio da FPF é integrado um Tribunal Arbitral<sup>83</sup> para resolução de litígios, de dimensão nacional, entre sócios ou agentes desportivos ou entre estes e a Federação, que não se enquadrem na jurisdição de outros órgãos ou lhe esteja vedada por imperativos legais.

A FPF é competente para decidir litígios de âmbito nacional.

Tanto as federações desportivas nacionais como internacionais, contam com duas instâncias internas de resolução de conflitos, em particular no domínio disciplinar: o Conselho de Disciplina e o Conselho de Justiça.

O Conselho de Disciplina decide em primeira instância e, depois, cabe recurso para o Conselho de Justiça.

Os estatutos das federações desportivas nacionais mencionam, que o acesso aos tribunais administrativos só se torna possível após esgotadas estas duas vias internas, ou seja, o recurso só pode ter lugar a partir da decisão do Conselho de Justiça.

#### **4.5.7.1 - “Novo ano, vida nova” – 2015 e a criação do Tribunal arbitral do Desporto como meio adequado e institucional para o bom funcionamento da justiça desportiva?**

Com a criação de um tribunal arbitral do desporto - de acordo com a opinião do Professor José Manuel Meirim<sup>84</sup> - *“Pretende-se “transpor” para o ordenamento jurídico português o Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana*<sup>85</sup>. *Essa transposição, total ou maioritária (perdoe-se-nos a*

---

<sup>83</sup> O Tribunal Arbitral funciona na sede da Federação Portuguesa de Futebol e é composto por três árbitros, sendo dois nomeados pelas partes e um terceiro, que preside, cooptado por aqueles.

<sup>84</sup> “Um Tribunal Arbitral do Desporto em Portugal”.

<sup>85</sup> O Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne (Court of Arbitration for Sport - CAS / Tribunal Arbitral du Sport - TAD) é um organismo internacional fundamental para a resolução de disputas no âmbito desportivo, através da mediação e da arbitragem – “é uma fundação de direito privado que constitui uma instância de recurso fundamental no direito desportivo, enquanto garante de imparcialidade, equidade, celeridade e especialização das decisões disciplinares aplicadas a nível nacional e internacional. Este tribunal tem como principal propósito a resolução por

*expressão), não é contudo possível, pelo menos por via legislativa, pois a essência dos litígios desportivos, derivada da natureza das normas em causa, é diversa: no plano desportivo internacional, estamos perante normas de índole privada e lidamos com organizações privadas que não exercem poderes públicos; no plano nacional, as normas são públicas e as federações desportivas exercem poderes dessa natureza. Não há, pois, possibilidade de reproduzir – sublinhe-se, por via legislativa – solução que se sustenta em tão diferente enquadramento jurídico.”*

O Tribunal Arbitral do Desporto (TAD)<sup>86</sup> é uma entidade jurisdicional independente, nomeadamente dos órgãos da administração pública do desporto e dos organismos que integram o sistema desportivo, dispondo de autonomia administrativa e financeira. É configurado como um tribunal arbitral necessário e ao mesmo tempo tribunal arbitral voluntário.

O TAD exerce a sua jurisdição em todo o território Nacional e goza de competência específica para administrar (no âmbito da arbitragem necessária) a justiça no que diga respeito a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, compete-lhe conhecer dos litígios emergentes dos atos e omissões das federações e outras entidades desportivas e ligas profissionais, no âmbito do exercício dos poderes de regulamentação, organização e direção e disciplina. É excluída da jurisdição do Tribunal Arbitral do Desporto, a resolução de questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva ou seja referente a questões estritamente desportivas.

---

mediação ou arbitragem, dos litígios emergentes entre todos os agentes desportivos” (<http://www.adop.pt/gabinete-juridico/jurisprudencia.aspx>).

<sup>86</sup> Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro – A presente lei cria o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), com competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto e aprova, ainda, a lei do TAD.

O acesso ao TAD só é possível após a última decisão federativa, por regra, a do Conselho de Justiça. O mesmo ocorre quando nos movemos em território europeu ou internacional<sup>87</sup>. O acesso, em via de recuso, ao Tribunal Arbitral de Lausana, só é possível após esgotados os recursos internos das diferentes federações desportivas internacionais.

Admite-se no domínio da arbitragem voluntária a submissão ao TAD, mediante convenção de arbitragem ou cláusula estatutária de uma federação ou outro organismo desportivo – de todos os litígios que não sejam objeto de arbitragem necessária mas que estejam ligados à prática do desporto e nos termos da LAV sejam suscetíveis de decisão arbitral<sup>88</sup>, admitindo-se ainda a submissão a arbitragem voluntária dos litígios emergentes do contrato de trabalho desportivo.

De acordo com o parecer emitido<sup>89</sup> pela Ordem dos advogados:

A essência da natureza arbitral<sup>90</sup> assenta no carácter disponível dos interesses em litígio e na faculdade de as partes em causa poderem decidir, por acordo, se querem ou não submeter a resolução desse litígio a um tribunal arbitral.

A natureza da jurisdição do tribunal arbitral do Desporto não é a de um tribunal arbitral, uma vez que a respetiva jurisdição é obrigatória às partes nos litígios emergentes do exercício de poderes públicos por via da chamada arbitragem necessária.

A imposição da arbitragem necessária do tribunal arbitral do desporto, não assenta no acordo das partes e abrange todas as matérias sujeitas a

---

<sup>87</sup> De acordo com o artigo 78º dos Estatutos da FPF- O recurso das decisões finais e vinculativas de órgão de última instância da FIFA e da UEFA deve ser obrigatoriamente interposto no Tribunal Arbitral do Desporto de Lausana, nos termos dos Estatutos da FIFA e da UEFA.

<sup>88</sup> Lei da arbitragem voluntária (Lei 63/2011 de 14 de Dezembro).

<sup>89</sup> 16 de Novembro de 2012.

<sup>90</sup> Arbitragem voluntária.

contencioso administrativo, no âmbito de litígios emergentes do exercício de poderes públicos, pelas federações desportivas detentoras de UPD.

100

No fundo o que se pretende é criar com a figura do “TAD” é um tribunal administrativo especial para o julgamento das ações e recursos que tenham como objeto resolver litígios emergentes das relações jurídicas administrativas na área do desporto.

Impor legalmente o recurso à arbitragem “necessária” transforma a via de resolução de litígios num instrumento que suprime e limita a autonomia e a liberdade que é própria da arbitragem.

Em sede de conclusões o parecer refere o seguinte:

A Ordem dos Advogados, salvo o devido respeito e melhor opinião, considera que

- 1- Não há necessidade de se criar um Tribunal Arbitral do Desporto com jurisdição obrigatória e plena em matéria de facto e de direito, para administrar a justiça relativamente a litígios que relevem do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, como se pretende através da proposta de lei n.º 84/XII e do projecto de lei n.º 236/XII, dado que a resolução dos litígios emergentes dessas matérias já se encontra atribuída, pelo art. 212º da Constituição aos tribunais administrativos.
- 2- E que a imposição da “*arbitragem necessária*” do Tribunal Arbitral do Desporto, para o julgamento das ações e recursos contenciosos que tenham por objecto dirimir os litígios emergentes das relações jurídicas administrativas, na área do desporto, corresponde à criação de um tribunal administrativo especial não previsto e não consentido pela Constituição, pois viola as normas dos n.ºs 1 e 2 do art. 209º e do n.º 3 do art. 212º, ambos da Lei Fundamental.
- 3- E viola também a norma do n.º 1 do art. 20º da Constituição que determina que “*A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.*”, na medida em que, por via da arbitragem necessária, impede o cidadão de aceder aos tribunais administrativos relativamente a litígios emergentes do exercício poderes publicos, no âmbito do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, quando é certo e insofismável que os tribunais aos quais é garantido ao cidadão o correspondente direito de acesso são os tribunais que a Constituição estabelece, como órgãos de soberania, e não os tribunais arbitrais que têm natureza privada e cuja intervenção só é admissível se ambas as partes estiverem de acordo em lhes submeter a resolução do litígio que disputem entre si.

A meu ver, a criação do TAD, vem a beneficiar de um vasto conjunto de circunstâncias que a ter um efeito útil vão manifestar-se na diminuição da conflitualidade interna dos órgãos federativos, minoração do incitamento de litígios para os tribunais comuns, aliviar e melhorar a celeridade e eficácia. Por outro lado o Conselho de Justiça das Federações Desportivas passa a ter um papel quase que inferior ao próprio Conselho de Disciplina, pelo menos ficará “esvaziado” de competências, deixa de funcionar com uma segunda instância, essa questão entre outros problemas e questões jurídicas mais complexas só irão ser colocadas em questão quando o TAD realmente entrar em funcionamento. Veremos o que acontece. Face a esta nova realidade da justiça desportiva esperemos o TAD, consiga uma melhorar justiça desportiva!

## **5 - Síntese Conclusiva**

A organização desportiva do Futebol é estabelecida por uma hierarquia, que atinge o seu máximo com a entidade da FPF. Na organização decrescente surgem as associações de futebol que se estruturam e agrupam consoante os diferentes clubes da região, responsabilizando-se as mesmas, pelo desporto na área da respetiva jurisdição. As associações são sócias ordinárias da Federação, pessoa coletiva de direito privado, detentora do UPD, é a entidade máxima nacional que rege, dirige e regulamenta o futebol.

De harmonia com os estatutos da FPF, as associações como sócias ordinárias da federação, tem um conjunto de deveres a cumprir, nomeadamente o dever de adaptação estatutário, dever esse, que foi alvo do nosso objeto de investigação.

Realizado o presente estudo, e depois de elaboradas as conclusões face ao cumprimento ou não desse dever, o que se veio a verificar, foi que até á data, nenhuma das vinte e duas associações regionais de futebol, têm

os seus estatutos adaptados de acordo com os estatutos federativos, todavia, todos estes resultados são relativos uma vez que as associações, até ao dia 27 de Maio de 2015, dispõem da possibilidade de cumprir com esse dever estatutário que lhes é imposto.

102

## **6 - Conclusão - Avaliação Pessoal do estágio**

### **6.1 - Relevância atribuída ao estágio**

O estágio curricular foi uma alternativa à dissertação de uma tese que, na minha opinião, ver apresenta muitas vantagens, pois, ao contrário daquela permite viver uma experiência profissional, junto de pessoas (...)

No meu caso concreto, permitiu conhecer a forma de organização das federações desportivas, em especial a FPF, toda a orgânica e estrutura da Federação, conhecer todos os procedimentos a nível dos processos de disciplina, bem como das questões que são colocadas às federações desportivas como entidade regulamentadora e organizadora da prática desportiva no âmbito da sua modalidade.

Como a área de Direito do Desporto é uma área pela qual fruo bastante interesse, a oportunidade de realização do estágio na FPF foi uma experiência bastante enriquecedora, gratificante e relevante para a minha formação, tendo adquirido conhecimentos que, decerto, me serão muito vantajosos no futuro.

### **6.2 - Relação com os orientadores**

Em virtude da oportunidade da realização do estágio na FPF surgir no âmbito do Mestrado da FDUNL, a orientação do mesmo foi efetuada por dois orientadores: o Dr. João Leal - Diretor Jurídico da FPF e pelo Prof. Doutor. José Manuel Meirim - Professor da FDUNL, que me orientou em

todo o processo e ficou responsável pela orientação do relatório de estágio.

103

A existência de dois orientadores, de reconhecido mérito e experiência, ao longo da realização do estágio e consequente elaboração de trabalho, traduziu-se num valor acrescentado em todo o processo de aprendizagem.

Relativamente ao estágio na FPF, desde o início, pude contar com a disponibilidade e conhecimentos do Dr. João Leal, que sempre se mostrou recetivo a prestar-me todas as explicações necessárias, de forma a resolver todas as dúvidas que iam surgindo ao longo dos trabalhos realizados durante o estágio.

Mostrou-se sempre disponível para ajudar em qualquer dúvida que viesse a surgir no âmbito do próprio relatório. Sempre que necessário procurou dar-me o enquadramento essencial para que percebesse a questão em causa, de forma a poder resolvê-la da melhor maneira. Integrou-me sempre da melhor forma possível e fez com que me sentisse à vontade na casa da FPF.

Aparte do estágio na FPF - pude contar sempre com o apoio, disponibilidade, bem como de todos os conhecimentos do Prof. Doutor. José Manuel Meirim, que foi muito importante ao longo deste processo desde o início ao fim, uma mais-valia – que esteve sempre presente quer fora quer dentro da FPF.

### **6.3 - Expectativas / Correspondência com a realidade**

As expetativas eram altas mas foram superadas!

Trabalhar na FPF, foi um enorme prazer. Antes da realização do estágio, as minhas expetativas eram a possibilidade de poder estar em contato com todo o tipo de problemas que surgem no âmbito desta área do direito; bem



como ter a possibilidade de contactar com uma realidade específica acompanhada de profissionais de reconhecida experiência na área do direito do desporto. Viver uma experiência prática que pudesse enriquecer a minha formação, bem como a possibilidade de acompanhar e estudar toda a envolvência processual dos processos na aplicação da justiça desportiva, na área do Direito do Desporto.

O estágio realizado foi uma clara mais-valia para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Uma vez que sempre tive um interesse especial por direito do desporto e que, de certa forma, pude desenvolver conhecimentos nesta área, este estágio tornou-se particularmente interessante, uma experiência extremamente enriquecedora, com a qual aprendi bastante - junto de todos os profissionais do departamento jurídico, bem como de toda a família da FPF. Todos fizeram com que me sentisse bem e integrada assim como motivada para abraçar este projeto cada vez com mais vontade - tendo a este propósito “conquistado” um lugar no departamento jurídico da FPF (estágio profissional) – não poderia estar mais contente.



## 6 – Bibliografia

105

- Monografias:

ALMEIDA, Carlos Ferreira de – Contratos III – Contratos de Liberalidade, Cooperação e de Risco – 2ª edição, Almedina, 2013.

AMARAL, Diogo Freitas do - Curso de Direito Administrativo, Vol. I, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina;

MEIRIM, José Manuel - Temas de Direito do Desporto, Coimbra, Coimbra Editora, 2006;

VASCONCELOS, Pedro Pais de – Teoria Geral do Direito Civil – 5ª edição Coimbra, Almedina, 2008;

PESSANHA, Alexandra - As Federações Desportivas: Contributo para o Estudo do Ordenamento Jurídico desportivo, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.

- Editoriais:

BRITO, Miguel Nogueira de - O novo regime das Federações Desportivas, in Desporto e Direito, A. 7, n.º 19, 2009.

MEIRIM, José Manuel - A Fiscalização da Constitucionalidade dos Regulamentos das Federações Desportivas, in Revista no Ministério Público, A. 17, n.º 66, abril/junho 1996;

- Internet:

<http://www.fifa.com/>

<http://www.uefa.com/>

<http://www.fpf.pt/>

<http://www.afaveiro.pt/>

<http://www.afalgarve.pt/>

<http://www.afah.pt/>

<http://www.afbeja.com/>

<http://www.afbraga.com/>

<http://www.afbraganca.pt/>

<http://www.afcastelobranco.pt/>

<http://www.afcoimbra.com/>

<http://www.afevora.com/>

<http://www.afguarda.pt/>

<http://www.afhorta.com/>

<http://www.afleiria.com/>

<http://www.afl.pt/>

<http://www.afmadeira.com/>

<http://www.afpd.pt/>

<http://www.afportalegre.com/>

<http://www.afporto.com/AFPOTO3.0/>

<http://www.afsantarem.pt/>

<http://www.afsetubal.pt/>

<http://www.afvianacastelo.com/>

<http://www.afvr.pt/>

<http://www.afviseu.org/>

<http://www.ipdj.pt/>

<http://comiteolimpicoportugal.pt/>

Consulta de:

- Estatutos
- Regulamentos Disciplinares

- Dicionários:

PRATA, Ana – Dicionário Jurídico – 2ª edição, Coimbra, Almedina, 1989.

## 8 - Anexos

108

8.1 - Resultados Obtidos no Questionário enviado às diversas associações:

- **Associação de Futebol de Ponta Delgada**

- 1) **Procedeu à adaptação dos Estatutos e Regulamentos (Disciplinar) no prazo indicado? Em caso negativo, qual o motivo?** *“Sim, A AFPD procedeu à adaptação dos seus Estatutos e Regulamentos dentro do prazo estabelecido pelo Decreto - Lei supra mencionado, incluindo tal ponto em Assembleia Geral, verificando - se os demais trâmites legais aplicáveis.”*
- 2) **Adaptou os Estatutos, mas não adaptou o Regulamento Disciplinar? Qual o motivo?** *“Não aplicável.”*
- 3) **Adaptou o Regulamento Disciplinar, mas não adaptou os Estatutos? Qual o motivo?** *“Não aplicável.”*
- 4) **Adaptou os Estatutos e o Regulamento Disciplinar, mas não os submeteu a homologação da FPF?** *“A adaptação estatutária foi efetivamente realizada e votada em Assembleia Geral mas carece de aprovação a ata da assembleia geral em que se realizou a votação e adaptação. Nestes termos aguardamos a realização de Assembleia Geral ordinária em que será votada e assim ratificada a ata em que se aprovou este processo, de modo a seguir o mesmo para homologação federativa e respetivo registo.”*

- **Associação de Futebol de Viseu:**

109

- 1) **Procedeu à adaptação dos Estatutos e Regulamentos (Disciplinar) no prazo indicado? Em caso negativo, qual o motivo?** *“Sim, ambos os documentos foram atualizados e adaptados.”*
- 2) **Adaptou os Estatutos, mas não adaptou o Regulamento Disciplinar? Qual o motivo?** *“Prejudicado.”*
- 3) **Adaptou o Regulamento Disciplinar, mas não adaptou os Estatutos? Qual o motivo?** *“Idem, idem.”*
- 4) **Adaptou os Estatutos e o Regulamento Disciplinar, mas não os submeteu a homologação da FPF?** *“Ambos os documentos foram enviados á FPF. Estes documentos foram aprovados em AG de 23.12.13 e 20.01.2014, os Estatutos e em reunião de Direção de 30.06.2014, o Regulamento Disciplinar. Ambos foram enviados á FPF para homologação, por email, em 01.10.2014, devidamente adaptados e atualizados.”*

- **Associação de Futebol do Porto**

- 1) **Procedeu à adaptação dos Estatutos e Regulamentos (Disciplinar) no prazo indicado?** *“Esta tudo em ordem.”*
- 2) **Adaptou os Estatutos, mas não adaptou o Regulamento Disciplinar? Qual o motivo?** *“Adaptamos ambos.”*
- 3) **Adaptou o Regulamento Disciplinar, mas não adaptou os Estatutos? Qual o motivo?** *“Adaptamos ambos.”*
- 4) **Adaptou os Estatutos e o Regulamento Disciplinar, mas não os submeteu a homologação da FPF?** *“Submetemos os dois.”*

**Associação Futebol de Beja**

110

*“Em resposta ao v/ email estamos a informar que a AFBeja não procedeu ainda à adaptação dos Estatutos e Regulamento Disciplinar, pelo fato de se ter deparado com algumas dificuldades com encontros com um jurista que aceitasse fazer este trabalho, principalmente por ser no período de verão.*

*Porém, neste momento este trabalho já foi adjudicado a um jurista, aguardando-se para breve a sua conclusão.*

*Sobre os Estatutos e Regulamento Disciplinar em vigor nesta Associação, os mesmos foram enviados quando solicitados.”*

- **Associação de Futebol de Leiria**

*“Em resposta ao solicitado por V.Exa. informamos: Esta Associação procedeu à adaptação dos seus Estatutos e através de Assembleia Geral do dia 30.05.2014, aprovou os mesmos que foram publicados a 02.10.2014.*

*Esta Associação em termos de Disciplina segue o Regulamento Disciplinar da F.P.F. com a única e autorizada exceção por parte da FPF na redução das coimas para 5% nas provas distritais de jovens e 10% nas provas distritais de seniores.”*

- **Associação de Futebol de Setúbal**

111

- 1) **Procedeu à adaptação dos Estatutos e Regulamentos (Disciplinar) no prazo indicado?** “Sim.”
- 2) **Adaptou os Estatutos mas não adaptou o Regulamento Disciplinar? Qual o motivo?** *“Sim – em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.08.2012 e publicados em 22.09.2012). Relativamente ao RD, sofreu alterações pontuais, não sofrendo alterações em função do Regime Jurídico das Federações, por em nosso entendimento não necessitar de adaptação.”*
- 3) **Adaptou os Estatutos e o Regulamento Disciplinar, mas não os submeteu a homologação da FPF?** “Não.”

**Associação de Futebol da Horta**

- 1) **Procedeu à adaptação dos Estatutos e Regulamentos (Disciplinar) no prazo indicado? Em caso negativo, qual o motivo?** *“Sim. Foram aprovados na Assembleia Geral de 1 de maio de 2014 e publicados a 3 de junho de 2014.”*
- 2) **Adaptou os Estatutos, mas não adaptou o Regulamento Disciplinar? Qual o motivo?** *“Adaptou o Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol.”*
- 3) **Adaptou o Regulamento Disciplinar, mas não adaptou os Estatutos? Qual o motivo?** *“Não se aplica.”*
- 4) **Adaptou os Estatutos e o Regulamento Disciplinar, mas não os submeteu a homologação da FPF?** *“Não se aplica.”*

## 8.2 - Dúvidas das ARD's

112

Face ao questionário enviado às diversas associações, surgiram algumas “dúvidas” por parte das mesmas, que mereceram resposta e que importa citar:

- **A nova versão do RJFD tem algum impacto nos estatutos da ARD's<sup>91</sup>? Se sim, que impacto?**

1 - As alterações podem ter impacto a nível das alterações efectuadas pelo DL 93\_2014, mormente pelas modificações de alguns artigos que podem merecer alguma atenção por parte das Associações.

A saber: artigos, 7.º, 8.º, 15.º, 19.º, 21.º, 24.º, 33.º, 34.º, 36.º, 41.º, 43.º, 44.º, 45.º e 49.º.

Aliás, no seguimento do comando vertido no ponto 3, do n.º2 do art.º13.º dos Estatutos da FPF.

- **O RJFD tem algum impacto nos RD's<sup>92</sup> das ARD's? Se sim qual?**

2 - Os RD das Associações estão incluídos nas obrigações constantes do ponto 3, do n.º2 do art.º13.º dos Estatutos da FPF. Os artigos 43.º e 44.º da DL 93/2014 promovem alterações aos conselhos de Disciplina e Justiça.

- **Homologação dos Estatutos e RD's das ADR's pela FPF?**

3 - Em bom rigor a homologação será uma palavra mal utilizada.

Nos termos dos estatutos da FPF, as Associações devem: Artigo 13.º, n.º3, Ponto 1: Comunicar à FPF qualquer alteração aos seus estatutos e

---

<sup>91</sup> Associações Regionais e Distritais de Futebol.

<sup>92</sup> Regulamentos Disciplinares.



regulamentos bem como a lista atualizada dos seus filiados, membros, associados e representantes legais;

113

Artigo 13.º, n.º3, ponto 4: Submeter à Direção da FPF as suas normas estatutárias para verificação da sua conformidade com os estatutos da FPF, da UEFA e da FIFA.

Sendo, ainda, que o n.º4 do art.º 13.º, dispõe: A violação de qualquer um destes deveres pode acarretar a aplicação de medida de suspensão, nos termos do artigo seguinte.

Assim, deverá decair a designação HOMOLOGAÇÃO e, utilizar-se HARMONIZAÇÃO ESTATUTÁRIA.

8.3 - APRESENTAM OS ESTATUTOS E  
REGULAMENTO DE DISCIPLINA NAS SUAS  
PÁGINAS “ONLINE”?

Associação	Estatuto	Regulamento de Disciplina
Associação de Futebol de Aveiro	✓	✓
Associação de Futebol de Algarve	✓	✓
Associação de Futebol de Angra Heroísmo	⊗	⊗
Associação de Futebol de Beja	✓	✓
Associação de Futebol de Braga	⊗	✓
Associação de Futebol de Bragança	✓	✓
Associação de Futebol de Castelo Branco	⊗	✓
Associação de Futebol de Coimbra	✓	✓
Associação de Futebol de Évora	⊗	✓
Associação de Futebol da Guarda	✓	✓
Associação de Futebol da Horta	✓	✓
Associação de Futebol de Leiria	✓	✓
Associação de Futebol de Lisboa	✓	✓
Associação de Futebol da Madeira	⊗	⊗
Associação de futebol de Ponta Delgada	✓	✓
Associação de Futebol de Portalegre	⊗	⊗
Associação de Futebol do Porto	⊗	✓
Associação de Futebol de Santarém	✓	✓
Associação de Futebol de Setúbal	✓	✓
Associação de Futebol de Viana do Castelo	✓	✓
Associação de Futebol de Vila Real	✓	✓
Associação de Futebol de Viseu	✓	✓

93

#### 8.4 - INFORMAÇÃO RETIRADA DAS PÁGINAS DAS ASSOCIAÇÕES DISTRITAIS E REGIONAIS DE FUTEBOL

---

<sup>93</sup> Legenda: quando existe indicação de implementação dos estatutos nas páginas online das associações, essa indicação **segue a verde**, caso não contemple **vai a vermelho** (a opção das letras MAIUSCULAS OU MINUSCULAS apresentadas nas tabelas, estão de acordo com as expressas pelas associações nos sites).

<b>Associação de Futebol do Algarve</b>
<b>Obs.: Informação recolhida no dia - Dia 11 de Setembro de 2014 -</b>
<b><u>Disponível na página da associação:</u></b>
<b>Regulamentos da Associação de Futebol do Algarve:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Estatutos da Associação de Futebol do Algarve</b></li><li>• Regimento da Assembleia Geral da AF Algarve</li><li>• Regulamento de Provas Oficiais de Futebol - AF Algarve</li><li>• Regulamento de Provas Oficiais de Futsal - AF Algarve</li><li>• <b>Regulamento de Disciplina - AF Algarve</b></li><li>• Regulamento de Arbitragem - AF Algarve</li><li>• Regulamento de Prevenção á Violência</li></ul>
<b>Arbitragem – Documentação:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Leis de Jogo Futebol de 11</li><li>• Leis de Jogo – Futsal</li><li>• Leis de Jogo - Futebol de Sete</li><li>• Normas e Instruções para Árbitros - Futebol de Onze</li><li>• Guia do Observador de Árbitros - Futebol de Onze</li><li>• Guia do Observador de Árbitros – Futsal</li><li>• Normas de Classificação - Futebol de Onze</li><li>• Normas de Classificação – Futsal</li><li>• Regulamento de Arbitragem - AF Algarve</li><li>• Relatório de Jogo - Provas Distritais da AF Algarve</li><li>• Vistoria de Veiculo</li></ul>

**Associação de Futebol de Angra Heroísmo**

**Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -**

**Disponível na página da associação:**

**Normas:****Época 2013/2014**

- Normas e instruções para 2013/14
- Inscrição Clube 2013-2014
- 143fut11
- 143Bfut7
- 143Bfut11
- 144futsal
- Boletins Inscrição não praticantes
- Regime Experimental
- DADOS BIOGRÁFICOS 2013-2014
- Normas e Instruções da AFAH 2012/2013
- Normas e Instruções da AFAH 2012/2013.- Modelos a Utilizar
- Decreto-Lei 255/2112
- Comunicado da FPF nº166 -
- Comunicado nº 165 da FPF
- Comunicado Oficial nº 164 da FPF
- Caderno do Torneio Sub 14
- Cartaz do Torneio Sub 14
- Modelo Inscrições 1 - Boletim de Profissionais: Azul
- Modelo Inscrições 2 Boletim de Amador:
- Futebol Masculino – Branco
- Futebol Feminino – Rosa
- Futsal Masculino e Feminino - Verde-
- Modelo Inscrições 3 - Boletim de Contrato
  - De Formação – Masculino e
  - Feminino - Branco
- Regulamento da Taça Ilha Terceira -Juniões C
- Regulamento da Taça Ilha Terceira -Juniões C - Futsal
- Caderno do Torneio Sub 12

- Croqui do campo para provas de Juniores D com 9 Jogadores
- Regulamento da prova de Juniores D com 9 Jogadores
- Quadros competitivos de Juniores A - Juniores A (2ª Divisão) e Juniores B e Juniores C
- Comunicado Oficial nº 1 da FPF
- Normas e Instruções da AFAH Época de 2011/2012

Associação de Futebol de Aveiro
Obs.: Informação recolhida no dia - Dia 11 de Setembro de 2014 -
<u>Disponível na página da associação:</u>
ESTATUTOS:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <a href="#">Estatutos</a></li> </ul>
PROVAS DISTRITAIS DE FUTEBOL 11 e 7:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentos dos Campeonatos e Taças Distritais Seniores Masculinos</li> <li>• Regulamentos dos Campeonatos Distritais de Juniores 'A', 'B' e 'C'</li> <li>• Regulamentos dos Campeonatos Distritais de Juniores 'D', 'E' e 'F'</li> </ul>
PROVAS DISTRITAIS DE FUTSAL:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentos dos Campeonatos Distritais de Futsal</li> </ul>
REGULAMENTO DISCIPLINAR DA AF AVEIRO:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <a href="#">Regulamento_Disciplinar_AFA</a></li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• N044_Alteracao ao Regulamento Disciplinar artigo 46.º.</li> <li>• N084_Alterações ArtºS.46 e 47 R.D</li> </ul>
<b>REGULAMENTAÇÃO NACIONAL DE FUTEBOL E FUTSAL:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentação Nacional de Futebol e Futsal</li> </ul>
<b>LEIS E REGULAMENTOS:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamento da Arbitragem 2014-2015 (Ratificado)</li> </ul>

<b>Associação de Futebol de Beja</b>
<p><b>Obs.: Informação recolhida no dia - Dia 11 de Setembro de 2014 -</b></p>
<b><u>Disponível na página da associação:</u></b>
<b>Estatutos:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <a href="#">Estatutos da AFBeja</a></li> </ul>
<b>Regulamentos da AFBeja:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamento de Provas Oficiais da AFBeja</li> <li>• Regulamento específico para inscrição das equipas "B"</li> <li>• Regulamento dos Encontros de futebol 7 feminino</li> <li>• Regulamento da Liga de Formação - Benjamins</li> <li>• Regulamento da Taça de Honra da 2.ª divisão</li> <li>• Regulamento da Taça Armando Nascimento - Juvenis</li> <li>• Regulamento da Taça Melo Garrido - Iniciados</li> <li>• Regulamento da Taça Dr. Covas Lima - Infantis</li> <li>• Regulamento dos Encontros de Traquinas e Petizes</li> <li>• <a href="#">Regulamento de Disciplina da AFBeja</a></li> </ul>



**Regulamentos da FPF:**

- C.O. N.º 63 - Lista de Substâncias e Métodos Proibidos 2014 - Nova Versão
- Regulamento do Estatuto, da Categoria, da Inscrição e Transferência dos Jogadores
- Regulamento de Jogo ou Torneio Particular
- CO158 Sistema Proteção Menores FIFA

**Regulamentos de Competições e Provas Nacionais:****Futebol Masculino**

- Regulamento da Supertaça Cândido de Oliveira (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento da Taça de Portugal (com alterações para 2014/2015)
- Formato Taça de Portugal CO n.º5 de 3.07.2013
- Layout Bilhetes Taça de Portugal CO.º 44 de 5.08.2013
- Contrapartidas Financeiras Taça de Portugal CO n.º 71 de 23.08.2013
- Regulamento do Campeonato Nacional de Séniores
- Regulamento do Campeonato Nacional da I Divisão de Juniores A (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento do Campeonato Nacional da II Divisão de Juniores A (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento do Campeonato Nacional de Juniores B (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento do Campeonato Nacional de Juniores C (com alterações para 2014/2015)

**Futebol Feminino**

- Regulamento da Taça de Portugal de Futebol Feminino
- Regulamento do Campeonato Nacional de Futebol Feminino
- Regulamento do Campeonato de Promoção de Futebol Feminino
- Regulamento da Taça de Promoção de Futebol Feminino

**Futsal Masculino**

- Regulamento da Supertaça de Futsal

- Regulamento da Taça de Portugal de Futsal
- Regulamento da Liga Sport Zone (I Divisão de Futsal) (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento do Campeonato Nacional da II Divisão de Futsal (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento do Campeonato Nacional da III Divisão de Futsal
- Regulamento do Campeonato Nacional Futsal Junior A - Sub 20 (com alterações para 2014/2015)
- Regulamento da Taça Nacional de Futsal de Juniores A
- Regulamento da Taça Nacional de Futsal de Juniores B

**Futsal Feminino**

- Regulamento da Taça de Portugal de Futsal Feminino
- Regulamento da Taça Nacional de Séniores de Futsal Feminino
- Regulamento do Campeonato Nacional de Futsal Feminino
- Regulamento da Taça Nacional de Juniores Feminino Sub/18 Futebol 7

**Futebol Praia**

- Regulamento de Provas do Campeonato Nacional de Futebol de Praia (com alterações para 2014/2015)

**Documentos de Apoio**

- Banco Suplementar
- Policiamento (COs 154, 160 e 166 de Novembro 2013)

**Leis do Jogo:**

- Leis de Jogo futebol 11 (2013/2014)
- Esclarecimento às Leis de Jogo - CO 401
- Leis do Jogo de futsal (2010/2011)
- Alteração leis de Jogo futsal (2012/2013)
- Futsal Laws of the Game (2012/2013)
- Leis de futebol de 7
- Leis de Jogo de futebol de praia (2006)
- Beach Soccer Laws of the Game (2008)

### Regras e registo de interesses (Arbitragem):

- Fórum da Arbitragem
- Normas e Instruções para Árbitros de Futebol de 11
- Normas e Instruções para Árbitros de Futsal
- Diretivas - Observador de Futebol de 11
- Diretivas - Observadores Futsal (republicação/alterações)
- Normas de classificação para árbitros, árbitros assistentes e observadores Futebol 11 - 13/14
- Normas de classificação para árbitros, árbitros assistentes e observadores Futebol 11 - 13/14 - Aditamento
- Normas de classificação para árbitros e observadores Futsal - 13/14
- Normas para Cronometristas
- Registo de interesses – Declaração inicial
- Registo de interesses – Declaração complementar (com alterações)
- Registo de interesses – Declaração complementar (sem alterações)

### Associação de Futebol de Braga

**Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -**

#### **Disponível na página da associação:**

- Regimento Conselho de Justiça
- **Regulamento Disciplinar AFB**
- Alterações ao Regulamento Disciplinar
- Relatório e Contas 2008/2009
- Arbitragem F.P.F.
- Arbitragem A. F. Braga
- Regulamento Provas Oficiais

Associação de Futebol do Setúbal
Obs.: Informação recolhida no dia - Dia 11 de Setembro de 2014 -
<u>Disponível na página da associação:</u>
<b>Regulamentos:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “SUBSTITUIÇÕES SENIORES 2_DIVISÃO -</li> <li>• ENCONTROS DE TRAQUINAS E PETIZES 2014_2015 - REGULAMENTO ENCONTROS TRAQUINAS E PETIZES - 2014/15</li> <li>• POLICIAMENTO DESP - LEMBRETE CLUBES - POLICIAMENTO DESPORTIVO - LEMBRETE - PROVAS DISTRITAIS</li> <li>• CD INFANTIS - 2º. ANO - SUB/13 HONRA - A PARTIR DE 2015/2016 (ACTUALIZADO)</li> <li>• RPO NOVAS ALTERAÇÕES EQ. B FUTSAL - FUTSAL - ALTERAÇÕES C/ A PARTICIPAÇÃO DE EQUIPAS "B" EM PROVAS A VIGORAR A PARTIR DA ÉPOCA 2014/15</li> <li>• RPO NOVAS ALTERAÇÕES EQ. B FUTEBOL - FUTEBOL - ALTERAÇÕES C/ A PARTICIPAÇÃO DE EQUIPAS "B" EM PROVAS A VIGORAR A PARTIR DA ÉPOCA 2014/15</li> <li>• CD BENJAMINS 2. ANO - SUB-11 -</li> <li>• CD INFANTIS 2. ANO - SUB-13 -</li> <li>• CD JUNIORES FUTSAL SUB-20 - NOVA COMPETIÇÃO - CRIAÇÃO NOVA COMPETIÇÃO - JUNIORES SUB/20 FUTSAL</li> <li>• CREDENCIAL-VERSO-REL-OCORRENCIAS - POLICIAMENTO DESPORTIVO - SEGURANÇA A JOGOS - VERSO CREDENCIAL</li> <li>• CREDENCIAL-JOGOS-ASSOCIAÇÃO - POLICIAMENTO DESPORTIVO - SEGURANÇA A JOGOS - CREDENCIAL</li> <li>• DESPACHO 3973-2014 Nº 52 - POLICIAMENTO DESPORTIVO - SEGURANÇA A JOGOS - DESPACHO 3973/2014</li> <li>• POLICIAMENTO JOGOS AFS TODOS OS ESCALÕES_FINAL_ - POLICIAMENTO DESPORTIVO - SEGURANÇA A JOGOS</li> <li>• TREINADORES-OBIGATORIEDADE - TRANSIÇÃO ÉPOCA 2014/2015 - OBRIGATORIO - ÉPOCA 2015/2016</li> </ul>

- REGULAMENTO 1º GRAU-AFS - REGULAMENTO - CURSO TREINADORES FUTSAL GRAU II
- REGULAMENTO 2º GRAU-AFS ACTUALIZADO - REGULAMENTO - CURSO TREINADORES FUTSAL GRAU II
- **REGULAMENTO DISCIPLINAR\_AFS\_2012.JULHO - REGULAMENTO DISCIPLINAR**
- REGIMENTO CONS. DISCIPLINA 2012-2016 -
- CD JUV 2 E INICI. 3 DIV - ESCLARECIMENTO - AO CO 044 2013/2014
- TAÇA AFS SEN FUTSAL FEM -FINAL - FINAL - TAÇA AFS - SENIORES FEMININOS FUTSAL.
- REGULAMENTO GRAU I.DOCX - REGULAMENTO - CURSO TREINADORES GRAU I
- REGULAMENTO GRAU II. - REGULAMENTO - CURSO DE TREINADORES GRAU II
- TAÇA AFS SEN FEM FUTSAL - F.GRUPO -FORMAS DESEMPATE - TAÇA AFS SENIORES FUTSAL FEMININO - FASE GRUPOS - FORMAS DE DESEMPATE
- POLICIAMENTO JOGOS AFS SENIORES - CD SENIORES 1ª E 2ª DIVISÃO
- ALTERAÇÃO RD POLICIAMENTO - ALTERAÇÃO AO ART. 66 DO RD DA AFS
- CD BENJAMINS FUTSAL EQ B -
- REGULAMENTO TRAQUINAS E PETIZES DE FUTSAL - REGULAMENTO TRAQUINAS E PETIZES FUTSAL
- COFICIAL N\_ 56\_ENCONTROS DE TRAQUINAS E PETIZES DE FUTSAL -
- REGULAMENTO TRAQUINAS E PETIZES DE FUTSAL -
- REGULAMENTO BILHETES PROVAS DISTRITAIS - ABAIXO MODELO DOS BILHETES EDITAVEIS
- MODELO BILHETES AFS - EDITAVEL
- RPO ULTIMA VERSAO OUT 2013 - NOV13 - ESTE CO ANULA O Nº. 003 DE 01/07/2013 - PARTICIPAÇÃO EQUIPAS "B" EM PROVAS DA AFS
- **ESTATUTO\_ACTUALIZADOS\_2012\_SET - ESTATUTOS AF SETUBAL**
- LIMITAÇÕES - INFANTIS - BENJAMINS -
- ALTERAÇÃO DENOMINAÇÃO INF - BENJ - BENJAMINS E INFANTIS
- EQUIPAS B - JOGADORES 1\_ ANO -
- NÚMERO DE SUBSTITUIÇÕES DIV. ESCALÕES - NUMERO DE SUBSTITUIÇÕES PERMITIDAS EM DIVERSOS ESCALÕES

- ANTECIPAÇÃO HORA INICIO JOGO-DOMINGOS - HORARIO QUANDO EXISTAM DOIS JOGOS AOS DOMINGOS NO MESMO CAMPO
- TAÇA NIKE - REGULAMENTO DA PROVA - TAÇA NIKE - REGULAMENTO DA PROVA
- TAÇA AFS - SENIORES FUTEBOL E FUTSAL - TAÇA AFS - SENIORES DE FUTEBOL DE ONZE E DE FUTSAL
- TRAQUINAS - PETIZES - FUTEBOL - REGULAMENTO DE TRAQUINAS E PETIZES - FUTEBOL - 2013/14
- REG. TRAQUINAS - PETIZES - FUTSAL - REGULAMENTO TRAQUINAS E PETIZES DE FUTSAL - 2013/14
- ALTERAÇÃO AS LEIS DO JOGO - 2013-2014 - FPF - ALTERAÇÃO AS LEIS DO JOGO - 2013-2014
- NOVAS PROVAS FUTEBOL-FUTSAL - FEMININO - NOVAS PROVAS - FUTEBOL E FUTSAL - FEMININOS
- ALTERAÇÕES AO RPO - AFS - EQ. BES - ALTERAÇÕES AO RPO AFS - EQUIPAS BÊS
- REGIMENTO CONSELHO ARBITRAGEM 2012 A 2016 - REGIMENTO CONSELHO ARBITRAGEM 2012 A 2016
- REGIMENTO\_DIRECCAO\_AFS-2012-2016 - REGIMENTO DA DIRECÇÃO 2012 A 2016
- REGIMENTO\_CONS\_TECNICO\_2012-2016 - REGIMENTO CONSELHO TÉCNICO 2012 A 2016
- REGIMENTO CONS JURISDICCIONAL2012-2016 - REGIMENTO CONSELHO JURISDICCIONAL 2012 A 2016
- REGIMENTO CD 2012-2016 - REGIMENTO DO CONSELHO DE DISCIPLINA - 2012 A 2016"

#### Associação de Futebol de Viana do Castelo

**Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -**

**Disponível na página da associação:**

**Regulamentos:**

- **Estatutos da A. F. V. C.**

- Regulamento das Provas Oficiais da A. F. V. C.
- Regulamento Transitório da A. F. V. C.
- Regulamento da Taça Disciplina da A. F. V. C.
- Campeonato Nacional de Seniores
- Taça de Portugal
- Supertaça Cândido Oliveira
- Campeonato Nacional da 1ª Divisão Juniores "A"
- Campeonato Nacional da 2ª Divisão Juniores "B"
- Campeonato Nacional Juniores "B"
- Campeonato Nacional Juniores "C"

- **Regulamento Disciplinar**

- Campeonato Nacional de Futebol de Praia
- Campeonato Nacional de Futsal I Divisão
- Campeonato Nacional de Futsal II Divisão
- Campeonato Nacional de Futsal da III Divisão
- Taça de Portugal de Futsal Masculino
- Taça de Portugal de Futsal Feminino
- Taça Nacional de Futsal Feminino
- Taça Nacional de Futsal Juniores "A" Masculino
- Taça Nacional de Futsal Juniores "B" Masculino
- Supertaça de Futsal Masculino
- Campeonato Nacional de Futsal Feminino
- Campeonato Promoção Futsal Feminino

- Taça de Portugal Futebol Feminino
- Taça Promoção Futebol Feminino
- Regulamento de Acordos de Patrocínio Clubes Satélite
- Regulamento de Inscrição e Participação de Equipas "B"

### Associação de Futebol de Vila Real

**Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -**

**Disponível na página da associação:**

#### **Estatutos e Regulamentos:**

- **Estatutos e Regulamento Eleitoral**
- Regulamento de Provas Distritais (AG de 30/06/2014)
- Alterações ao Regulamento de Provas Distritais (AG de 20/06/2012)
- Regulamento Específico para as Provas de Traquinas e Petizes
- **Regulamento Disciplinar**
- Normas Regulamentares para Árbitros de Futebol e Futsal
- Regulamento para Atribuição de Subsídios e Ofertas aos Clubes Organizadores de Torneios de Futebol e Futsal

#### **Policimento Desportivo:**



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Violência nos Recintos Desportivos (Lei 52/2013)</li> <li>• Regime do Policiamento (DL 216/2012)</li> <li>• Alterações ao Regime de Policiamento (DL 52/2013)</li> <li>• Valores a receber pela GNR e PSP (Portaria 289/2012)</li> <li>• Alteração a valores a receber pela GNR e PSP (Portaria 68/2014)</li> <li>• Comparticipação do Estado (Despacho 3973/2014)</li> <li>• PIRPED (Portaria 55/2014)</li> <li>• Lei Orgânica da PSP</li> <li>• Lei Orgânica da GNR</li> </ul>
<b>Regimentos:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regimento da Direcção</li> <li>• Regimento da Assembleia Geral</li> </ul>

<b>Associação de Futebol de Viseu</b>
<p><b>Obs.: Informação recolhida no dia - Dia 11 de Setembro de 2014 -</b></p>
<b><u>Disponível na página da associação:</u></b>
<b>ESTATUTOS VIGENTES:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>ESTATUTOS DA AFV EM VIGOR - JANEIRO 2014</b></li> </ul>
<b>REGULAMENTOS:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• REGULAMENTO_DE_ARBITRAGEM_AFVISEU - 2013</li> <li>• PROVA ENCERRAMENTO FUTSAL MASCULINO</li> <li>• PROVA ENCERRAMENTO FUTSAL FEMININO</li> <li>• PROVA ENCERRAMENTO FUTEBOL MASCULINO</li> <li>• REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS</li> <li>• <b>REGULAMENTO DISCIPLINAR</b></li> </ul>

**REGIMENTOS:**

- REGIMENTO DO CONSELHO DE DISCIPLINA

**Associação de Futebol do Santarém**

Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -

Disponível na página da associação:

- Estatutos da Associação de Futebol de Santarém
- Regulamento das Provas Oficiais da A.F. Santarém
- Regulamento Disciplinar da A.F. Santarém
- Regimento do Conselho Fiscal
- Regimento do Conselho de Justiça

**Associação de Futebol do Porto**

Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -

Disponível na página da associação:

**Regulamentos:**

- CIRCULAR Nº.79 - REGULAMENTOS ESPECIAIS C.D. FUTEBOL SETE

- CIRCULAR Nº.77 - REGULAMENTOS ESPECIAIS C.D. FUTEBOL "SUB-14" E FUTEBOL NOVE "SUB-13"
- CIRCULAR Nº.62 - REGULAMENTOS ESPECIAIS C.D. FUTEBOL 2ª DIVISÃO JUNIORES "A", "B", "C" E "D"
- OFICIO CIRCULAR Nº.617 - ALTERAÇÕES REGULAMENTO ESPECIAL PROVAS DISTRITAIS SENIORES MASCULINO E FEMININO FUTSAL ÉPOCA 2014-2015
- OFICIO CIRCULAR Nº.608 - REGULAMENTO ESPECIAL CAMPEONATO DE ELITE FUTSAL ÉPOCA 2014-2015
- OFICIO CIRCULAR Nº.607 - ALTERAÇÕES REGULAMENTO ESPECIAL PROVAS OFICIAIS CAMADAS JOVENS FUTSAL ÉPOCA 2014-2015
- OFICIO CIRCULAR Nº.606 - REGULAMENTO ESPECIAL TAÇA DISTRITAL SENIOR FUTSAL ÉPOCA 2014-2015
- CIRCULAR Nº.42 - REGULAMENTOS ESPECIAIS C.D. FUTEBOL 2014-2015 - 2ª DIVISÃO E 1ª DIVISÃO JUNIORES "D"
- CIRCULAR Nº.23 - REGULAMENTO ESPECIAL TAÇA A.F. PORTO / BRALI 2014-2015
- CIRCULAR Nº.201 - REGULAMENTO PROVAS FUTEBOL D'ELITE PRO NACIONAL E DIVISÃO HONRA
- CIRCULAR Nº.24- ANEXO 1 R.P.O CAMPEONATO ELITE PRO NACIONAL
- CIRCULAR Nº.7 - REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS A.F. PORTO - 1ª DIVISÃO
- OFICIO CIRCULAR Nº.860- REGULAMENTO ESPECIAL TAÇA DISTRITAL SENIOR FUTSAL 2013/2014
- CIRCULAR Nº.67 - REGULAMENTOS ESPECIAIS C.D. FUTEBOL 2ª DIVISÃO JUNIORES "A", "B", "C" E "D"

- OFICIO CIRCULAR Nº.712 -ALTERAÇÕES REGULAMENTO ESPECIAL PROVAS OFICIAIS CAMADAS JOVENS FUTSAL 2013/2014
- CIRCULAR Nº.135- QUADROS COMPETITIVOS 2013-2014 E SEGUINTE
- ALTERAÇÕES REGULAMENTO ESPECIAL PROVAS OFICIAIS FUTSAL 2012-2013
- REGULAMENTO DISCIPLINAR (ACTUALIZADO 21.08.2012)
- CIRCULAR Nº.48 - ADAPTAÇÕES REGULAMENTO DISCIPLINA
- ALTERAÇÕES REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS CIRCULAR Nº.35 2011/2012 (9.09.2012)
- ALTERAÇÕES REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS (A.G. 14.12.2010) CIRCULARES Nº.96 2010-2011
- REGULAMENTOS ESPECIAIS
- REGIMENTO ASSEMBLEIA GERAL
- REGIMENTO DIREÇÃO
- REGIMENTO CONSELHO DE JUSTIÇA
- REGIMENTO CONSELHO DE DISCIPLINA
- REGULAMENTO CONSELHO DE DISCIPLINA (ALTERADO CIRCULAR Nº.32 2.09.2009)
- REGIMENTO CONSELHO FISCAL
- REGIMENTO CONSELHO TÉCNICO
- REGIMENTO CONSELHO ARBITRAGEM
- REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS
- REGULAMENTO ESPECIAL PROVAS FUTSAL

**REGULAMENTOS FPF:**

- **REGULAMENTO DISCIPLINAR FPF**

- REGULAMENTO CAMPEONATOS NACIONAIS SENIORES
- REGULAMENTO TAÇA PORTUGAL
- REGULAMENTO SUPERTAÇA "CÂNDIDO OLIVEIRA"
- REGULAMENTO CAMPEONATO PROMOÇÃO FUTEBOL FEMININO
- REGULAMENTO TAÇA PROMOÇÃO FUTEBOL FEMININO
- REGULAMENTO TAÇA PORTUGAL FUTEBOL FEMININO
- REGULAMENTO TAÇA NACIONAL JUNIORES FEMININO "SUB-18" FUTEBOL SETE
- COMUNICADO OFICIAL Nº.283 - REGULAMENTO PREVENÇÃO VIOLÊNCIA
- COMUNICADO OFICIAL Nº.450 - REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS FUTEBOL C.N. III DIVISÃO
- COMUNICADO OFICIAL Nº.421 - REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS FUTEBOL C.N. II DIVISÃO
- REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS FPF
- REGULAMENTO PROVAS OFICIAIS FUTSAL FPF
- REGULAMENTO DISCIPLINAR (APROVADO A.G. 3 DE ABRIL DE 2004)
- COMUNICADO OFICIAL Nº.436 - ALTERAÇÕES REGULAMENTO DISCIPLINAR (RECTIFICADO)
- REGIMENTO CONSELHO DISCIPLINAR
- REGIMENTO CONSELHO JUSTIÇA
- REGULAMENTO COMISSÃO CONSULTIVA DE FORMAÇÃO DE AGENTES DESPORTIVOS
- REGULAMENTO DIREÇÃO TÉCNICA NACIONAL

- COMUNICADO OFICIAL Nº.115 - REGULAMENTO DISCIPLINAR FPF (CORREÇÕES)
- COMUNICADO OFICIAL Nº.397 - CORREÇÃO DE ARTIGO DO REGULAMENTO DE PROVAS OFICIAIS FPF

**LEIS DE JOGO:**

- LEIS DE JOGO FUTEBOL DE ONZE 2011-2012
- COMUNICADO OFICIAL Nº.67 - CONSELHO DO IFAB SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 11, DECISÃO 2
- LEIS DE JOGO FUTSAL E RECOMENDAÇÕES 2010-2011
- LEIS DE JOGO FUTEBOL DE SETE
- LEIS DE JOGO FUTEBOL DE PRAIA

**REGULAMENTOS ANTIDOPAGEM:**

- COMUNICADO OFICIAL Nº.439 - REGULAMENTO ANTI-DOPAGEM UEFA
- COMUNICADO OFICIAL Nº.224 - REGULAMENTO ANTI-DOPAGEM FPF
- CÓDIGO MUNDIAL ANTI-DOPAGEM 2009
- DECRETO Nº.2/94 CONVENÇÃO EUROPEIA CONTRA O DOPING
- PANFLETO PREVENÇÃO DOPING

**REGULAMENTOS DE ARBITRAGEM:**

- REGULAMENTO ARBITRAGEM APROVADO 22 DE JUNHO DE 2012
- COMUNICADO OFICIAL Nº.324 - ARBITRAGEM REGULAMENTOS EXAMES
- NORMAS E INSTRUÇÕES PARA ÁRBITROS FUTEBOL DE ONZE
- NORMAS E INSTRUÇÕES PARA ÁRBITROS FUTSAL

- COMUNICADO OFICIAL Nº.285 - NORMAS E INSTRUÇÕES PARA CRONOMETRISTAS
- REGULAMENTO INTERNO ARBITRAGEM APROVADO 2011-2015 (ATUALIZADO)
- **ESTATUTOS**

## Associação de Futebol de Portalegre

Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -

Disponível na página da associação:

### Regulamento de Provas Oficiais:

- Época 2014/2015
- Época 2013/2014
- Época 2012/2013
- Época 2011/2012
- Época 2010/2011
- Época 2009/2010
- Época 2008/2009
- Época 2007/2008
- Época 2006/2007

### Regulamentos dos Torneios Centenário 1911-2011:

- Juniores
- Juvenis
- Iniciados
- Infantis
- Benjamins

### FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL:

#### ÉPOCA 2008/2009

- Regulamento de Provas Oficiais de Futsal - Alterações

#### ÉPOCA 2007/2008

- Regulamento de Arbitragem - Alterações

#### ÉPOCA 2006/2007

- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento de Exames de Arbitragem
- Regulamento Disciplinar
- Regulamento de Alta Competição
- Regulamento Antidopagem da UEFA
- Regulamento do Controlo Antidopagem

**ÉPOCA 2005/2006**

- Regulamentos de Cursos de Treinadores
- Futebol de 11 - UEFA B - Nível II
- Futebol de 11 - Nível I - Distrital
- Futsal - Nível II

**ÉPOCA 2004/2005**

- Regulamentos de Provas Oficiais
- Futebol de 11
- Futsal

**LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL:****ÉPOCA 2011/2012**

- Regulamento Geral
- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento das Competições
- Regulamento Disciplinar

**ÉPOCA 2010/2011**

- Regulamento Geral
- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento das Competições
- Regulamento Disciplinar

**ÉPOCA 2009/2010**

- Estatutos e Regulamento Geral
- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento das Competições
- Regulamento Disciplinar

**ÉPOCA 2008/2009**

- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento das Competições
- Regulamento Disciplinar

**ÉPOCA 2007/2008**

- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento das Competições
- Regulamento Disciplinar

**ÉPOCA 2006/2007**

- Regulamento de Arbitragem
- Regulamento das Competições



- **Regulamento Disciplinar**
- **Estatutos**
- Esta Associação se rege pelo Regulamento Disciplinar da F.P.F.

## Associação de Futebol de Ponta Delgada

Obs.: Informação recolhida no dia  
- Dia 11 de Setembro de 2014 -

*Disponível na página da associação:*

- **Estatutos**
- Regimento da Assembleia Geral
- Regimento do Conselho de Disciplina
- Regimento Interno do Conselho de Arbitragem
- **Regulamento do Conselho de Disciplina**

### Outros regulamentos :

- SELEÇÕES - FUTSAL - PLANO PREPARAÇÃO 2014-2015 -
- SELEÇÕES - FUTEBOL - PLANO PREPARAÇÃO 2014-2015 -
- FUTEBOL E FUTSAL - COMPETIÇÕES REGIONAIS INTER CLUBES
- FUTSAL 2015-2015 - SÉNIORES M - TORNEIO APURAMENTO CAMPEÃO AFPD -
- FUTSAL 2015-2015 - JÚNIORES B - TORNEIO APURAMENTO CAMPEÃO AFPD -
- R.P.O. - FUTSAL - AFPD - SÃO MIGUEL - SÉNIORES F -
- FUTSAL 2014-2015 - SÃO MIGUEL - JÚNIORES F -
- SÃO MIGUEL - SÉNIORES M -
- SÃO MIGUEL - JÚNIORES M -
- SÃO MIGUEL - JUVENIS -
- SÃO MIGUEL - INICIADOS -
- SÃO MIGUEL - INFANTIS -
- SÃO MIGUEL - BENJAMINS -

- FUTSAL 2014-2015 - SANTA MARIA - SÉNIORES M -
- FUTSAL 2014-2015 - SANTA MARIA - JUVENIS M -
- FUTSAL 2014-2015 - SANTA MARIA - INFANTIS -
- R.P.O. - FUTEBOL - AFPD 2014-2015 -
- FUTEBOL 2014-2015 - SÉNIORES - I DIVISÃO -
- FUTEBOL 2014-2015 - SÉNIORES - II DIVISÃO -
- 2014-2015 - JÚNIORES -
- FUTEBOL 2014-2015 - JUVENIS -
- 2014 – 2015 INICIADOS -
- 2014-2015 - INFANTIS -
- FUTEBOL 2014-2015 - BENJAMINS -
- FUTEBOL 2014-2015 - TRAQUINAS -
- FUTEBOL 2014-2015 - PETIZES -
- TABELA SORTEIOS -
- DECRETO LEI - EXAMES MÉDICO - DESPORTIVOS -
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - JUNIORES FEMININOS - FUTSAL -
- R.P.O. - FUTSAL - AFPD 2013-2014 -
- PLANO DE PREPARAÇÃO DAS SELEÇÕES AFPD - FUTEBOL -
- PLANO DE PREPARAÇÃO DAS SELEÇÕES AFPD - FUTSAL -
- FUTEBOL - COMPETIÇÕES REGIONAIS E PARTICIPAÇÕES NACIONAIS 2013-2014 -
- FUTSAL - COMPETIÇÕES REGIONAIS E PARTICIPAÇÕES NACIONAIS 2013-2014 -
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INICIADOS - FUTSAL - SANTA MARIA
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INFANTIS - FUTSAL - SANTA MARIA -
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - SENIORES - FUTSAL
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - JUNIORES - FUTSAL
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - JUVENIS - FUTSAL
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INICIADOS - FUTSAL
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INFANTIS - FUTSAL
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - BENJAMINS - FUTSAL
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INICIADOS - FUTSAL - SANTA MARIA
- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INFANTIS - FUTSAL - SANTA MARIA -

- ORGANIZAÇÃO COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - INICIADOS - FUTSAL - TORNEIO APURAMENTO CAMPEÃO AFPD -
- TABELAS DE SORTEIOS -
- REGULAMENTO DE PROVAS OFICIAIS DE FUTEBOL - AFPD - 2013-
- COMPETITIVA E FORMAS DE DISPUTA - SENIORES - FUTEBOL -